



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 68

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 9 de Novembro de 1995

Presidente: Deputado Humberto Melo

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo (*substituído no decorrer na Sessão pelo Deputado António Gomes*)

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10.20 horas)

De acordo com o n.º 2 do artigo 178.º do Regimento da ALRA, iniciou-se o **Período da Ordem do Dia** com os pedidos de esclarecimento ao Governo. Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Martins Goulart (*PS*).

Para prestar os esclarecimentos solicitados anteriormente pelos Srs. Deputados, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*).

Findo este período, e tendo sido aberto o debate, intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Lopes (*PS*), Carlos César (*PS*), Manuel Serpa (*PS*), Fernando Menezes (*PS*), Rui Luís (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Fonte (*PS*), Hélio Pombo (*PS*), Rosa Machado (*PSD*), Francisco de

Sousa (PS), Victor Evaristo (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima), Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral), Saúde e Segurança Social (António Meneses), Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva) e da Educação e Cultura (Bento Barcelos).

Em virtude de se ter chegado à hora regimental, a continuação do debate ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Bom dia Srs. Deputados. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Eugénio Leal, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Evaristo; PS - António Gomes, António Silva Melo, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Martins Goulart, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PP - Alvarino Pinheiro; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos e de acordo com o nosso Regimento, começamos pelos pedidos de esclarecimento ao Governo.

Pedia aos Srs. Deputados que queiram intervir, o favor de se inscreverem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Permitam-me, a título preliminar e antes do momento regimental das perguntas, fazer algumas observações de enquadramento político-institucional das mesmas, em nome do PS.

Desde o início deste processo, iniciado há um mês, o PS tem mantido uma atitude que classificaria de honesta e aberta expectativa democrática durante os sucessivos momentos de indigitação, aceitação, constituição, formação, preparação do programa e apresentação. Foram os momentos ocorridos até agora, nesta nova fase.

Não se trata apenas do benefício da dúvida por pura condescendência nossa. Trata-se do respeito pela regra não escrita da democracia que impõe que, qualquer nova solução democrática, deva ser encarada à partida, como melhor que a anterior. Qualquer novo governo, deve ser suposto melhor que o anterior. Qualquer novo membro do governo ou qualquer velho membro do governo, em novo governo, deve ser suposto melhor do que era no anterior. Qualquer novo programa do governo, quaisquer novas medidas e objectivos devem ser supostos e pressupostos melhores que os do anterior. Esta regra é não escrita, mas é essencial à democracia.

Se quiséssemos procurar exemplos, teríamos um recentíssimo ocorrido ontem ou anteontem em França. Num prazo de 8 horas formou-se um novo governo precisamente baseado nesses novos pressupostos, o melhor.

Mesmo que seja umas horas depois, mesmo que sejam as mesmas pessoas, o seguinte é melhor que o anterior. Por isso, fazem-se revelações. Ocorreu esta e está ocorrendo a mesma transformação entre nós.

Mas esta margem de expectativas pode aumentar ou diminuir ao longo deste processo.

No caso concreto que estamos a viver, a margem de expectativa aumentou com a indigitação de um novo presidente, mas diminuiu logo a seguir com o processo de formação e com a escolha de determinadas pessoas para este Governo.

Continuou a diminuir quando tivemos oportunidade de olhar para o conteúdo do programa do Governo e digo já porquê. Exactamente, porque na sua elaboração, em vez de novas opções, optou-se por esconder por detrás de opções antigas. Em vez das

escolhas concretas a estreitar o campo dos possíveis, mas a garantir as realizações, a preocupação é manter todas as portas abertas.

O que interessa não é manter as portas abertas, mas sim começar a entrar por algumas portas. Isso não aconteceu. Diminuiu a expectativa, a tal margem de expectativa honesta e democrática que nós alimentamos.

A apresentação do programa do Governo continuou a diminuir essa margem de expectativa, porque tivemos na apresentação desse mesmo programa, um programa condensado e resumido aos seus títulos, o que é menos que o programa do Governo e não mais que o programa do Governo.

Sem querer apontar para outros exemplos, eu diria que a sua apresentação bem justificaria um "Foz Coa". Isso fez-se, é possível fazer-se, mas não ocorreu. A margem de expectativa não podia deixar de diminuir.

Mas nós somos teimosos, democraticamente teimosos. Sabemos que depois destes processos há o esclarecimento às perguntas que vão ser postas a seguir e ainda há o debate.

Mantendo essa teimosia democrática que nos permite pensar que na próxima esquina talvez esteja o cumprimento das expectativas, nós continuamos e até interpolamos este Governo pedindo ao Sr. VI Governo que não nos desiluda já. Tente ser cada vez mais esclarecido com as expectativas que pelo facto de ser o VI, já o justificam e cada vez menos parecido com as desilusões de repetir os tiques e os maneirismos que atormentam.

Feito este enquadramento, passaria às perguntas.

No texto do programa do Governo, no segundo parágrafo, diz-se que este se caracteriza por dois objectivos sendo, o primeiro, a coerente assunção dos grandes princípios programados e, o segundo, o necessário ajustamento das medidas tendentes à sua plena realização.

Eu vou começar por formular, à partida, uma pergunta genérica.

Como é que se compreende que este Governo tenha começado muito auspiciosamente por falhar, redondamente, no papel, no discurso, antes da prova dos nove, da prova real da execução, nestes dois objectivos?

Essa é a pergunta genérica que vou tentar pormenorizar através de algumas perguntas e, em primeiro lugar, em relação aos tais princípios programáticos. Estes princípios programáticos estão compendiados no primeiro capítulo, resolver os nossos problemas, e estão resumidos em três títulos: "acreditar na autonomia, servir os açorianos e afirmar os Açores".

É fácil demonstrar que o conteúdo programático novo que este Governo conseguiu imprimir neste programa, se resume a esses títulos. Não vou fazer a comparação literal entre o texto introdutório do programa do V Governo Regional e este agora, mas a partir dos exames que eu terei de dar a seguir, chega-se a esta conclusão, isto é, que o esforço programático se resumiu aos títulos.

Pergunto: porque é que isto acontece? Porque é que esse esforço se concentra e estagnou nos títulos que ainda por cima são vazios de conteúdo, são meramente formais e que podiam ser combinados com o mesmo significado e com o mesmo alcance político de todas as maneiras?

Em vez de dizer como se diz, "acreditar na autonomia, servir os açorianos ou afirmar os Açores", eu podia dizer com o mesmo conteúdo, acreditar na autonomia, afirmar os Açores, servir os açorianos ou fazer qualquer uma das "n" combinações possíveis para as palavras afirmar, acreditar e servir.

Isso significa que esses títulos só por si não têm qualquer conteúdo político.

Porquê a redução a esse esforço? Apenas por causa da tal proclamada fidelidade ao texto programático do V Governo que foi sufragado?

É possível que tenha sido esta solução de facilidade, mas é uma solução que teve até algumas contradições.

No programa do V Governo, esses princípios que não eram citados desta forma mas eram desenvolvidos igualmente, tinham a ver com acreditar na autonomia. Propunham-se, e isso é que tem conteúdo político, reforçar essa autonomia regional através de três soluções que foram suprimidas no programa deste Governo e eu passo a ler essas soluções porque parecem-me importantes:

- 1) "Aumentar a participação dos cidadãos na vida política regional pela revisão do sistema eleitoral regional deverá conduzir à redução do número de deputados e ao maior equilíbrio na distribuição dos mandatos das diferentes ilhas, reforçando a

estabilidade do sistema do governo." Isto desapareceu do programa do V Governo para o programa deste Governo.

2) "Clarificar as esferas de competência da Assembleia Legislativa Regional e do Governo Regional". Isto também se sumiu, apesar da tal fidelidade da transcrição literal.

3) "Adaptar o Estatuto da Região Autónoma dos Açores à nova União Europeia".

Se era por fidelidade porque suprimem esses princípios programáticos que eram, na perspectiva do V Governo, a forma de acreditar, afirmar e reforçar a autonomia?

Isto impõe mais duas perguntas:

O Primeiro Ministro numa entrevista a um semanário desta semana afirmava a autoridade de em 96 se completar a revisão constitucional. Se em ano de previsível revisão constitucional, a maioria regional deixa de ter, no programa do Governo que apoia, os princípios programáticos que apresentou ao eleitorado sobre matéria de revisão constitucional, ou revisão estatutária, como é que ela pode continuar responsável perante os açorianos pela defesa desses princípios?

Eles continuam arquivados no arquivo morto, do programa do V Governo e não têm a sua expressão no programa do VI Governo. É, ao que parece, a responsabilização perante esses princípios ou então é aceitação deles, mas isso não está explícito, porquê passar isso a tácito, a implícito, a latente.

Como vêm, estes princípios passam por esta Assembleia Regional.

O Presidente deste Governo, tendo sido Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e não querendo continuar a tratá-la com o estatuto de menorização com que o anterior Presidente sempre a tratou, - e nós sabemos - ou não podendo explicitar o comportamento que passará a ter com ela, preferiu omitir a questão e na apresentação do programa continua a omiti-la. Prometer diálogo aberto e franco que até foi prometido para todas as entidades possíveis e algumas imaginárias que existem, é pouca coisa, é apenas um instrumento de trabalho. Omitir questões que deviam ser postas neste programa do Governo, parece ter sido uma das suas opções e eu vou citar, nomeadamente, a grande omissão que existe em todo este programa e na apresentação que se seguiu. Essa repetição mecânica, dos mesmos

objectivos programáticos, do texto do programa de 92 do V Governo, parte de dois falsos pressupostos. Tem dois falsos pressupostos na sua base.

Em primeiro lugar, a situação financeira da Região, é a mesma de 92. Se agora se proclama para 96 exactamente os mesmos objectivos de 92 - a saída do Dr. Mota Amaral vem trazer mais uma vez, mas não pela primeira, este problema, há dúvidas, há esclarecimentos a obter - há necessidade de clarificar a dimensão desse desastre financeiro em que vivemos. É inadmissível, é inaceitável que o programa do Governo e a sua apresentação venham perfilhando os mesmos objectivos, pressupondo que a situação é a mesma de 92. Esse pressuposto é falso. Todos sabemos que é falso, mas tem que ser clarificado, assumido e esclarecido. Impunha-se que o programa do Governo e a sua apresentação trouxessem esse esclarecimento, mas isto não foi feito e aí é que está a grande omissão, a lamentável omissão deste programa.

Em segundo lugar, na adopção mecânica dos mesmos objectivos programáticos de 92, o relacionamento com a República encontra-se em situação idêntica à daquele ano.

Só isso explica que este programa do Governo ao falar de finanças na pág. 38, diga que pretende incentivar o diálogo com o novo Governo. Para já, lamentamos o "incentivar" que aqui está. Incentiva-se o diálogo quando se tenta convencer alguém ao diálogo, mas não há aqui ninguém para convencer, há é que participar no diálogo que está aberto. É preciso é que a Região saiba que conteúdo é que vai dar a este diálogo.

Acrescenta-se, continuando a repetir temas e propostas antigos, para além de incentivar ao diálogo, preparar **um quadro de relacionamento financeiro estável**. Mas, Sr. VI Governo, o quadro de relacionamento está proposto, o quadro de relacionamento existe com pormenores, com alíneas. Ele é conhecido. Está no programa da nova maioria na parte das regiões autónomas, está no programa que foi ontem ou anteontem apresentado na Assembleia da República e que diz claramente qual é este quadro, é uma lei das finanças das Regiões autónomas que:

"a) Defina as relações financeiras entre o Estado e as Regiões Insulares, traduzindo o dever de solidariedade do Estado para com as Regiões Autónomas e tendo em vista assegurar a coesão económica e social nacional;

- b) Adapte o sistema fiscal nacional às regiões autónomas assegurando-se uma pressão fiscal menor que a média de Portugal e da União Europeia, por forma a garantir que as regiões sejam atractivas e capazes de compensar aspectos negativos e efeitos desfavoráveis à insularidade económica;
- c) Estabeleça os critérios para as transferências do orçamento do Estado substituindo-se o actual modelo baseado na mera negociação anual;
- d) Clarifique o poder tributário próprio das Regiões;
- e) Permita a implementação de um conjunto coerente de incentivos fiscais e económicos que estimulam o investimento e com ele a criação do emprego e a modernização do aparelho produtivo;
- f) Discipline o regime jurídico das finanças públicas nessas regiões, designadamente no domínio das relações dos orçamentos regionais com as autarquias".

Este é o quadro definitivo que se pretende. A resposta que a Região tem dado, este Governo deveria ter dado e que este programa e esta apresentação deveriam trazer é se serve ou não, ou se quer outra resposta, em que medida a aceita ou não. Não é incentivar o quadro. O quadro é este. Está proposto. Infelizmente, não foi a Região que o propos. É que devia ter feito, está no estatuto esta propositura, mas foi o Governo da República que o veio propor.

Depois do quadro estar definido, o Governo Regional vem na sua - vou ser ofensivo - "bovina" pacatez, dizer-nos que vai definir o quadro. O quadro está definido o que interessa é a resposta da região e essa é que não está lá.

Mais que o quadro definitivo, está também definido o quadro para 96 que vem na alínea a seguir, ou seja, garantir que no orçamento de Estado para 96, o crescimento das transferências do Estado para as Regiões, a título de custo de insularidade, acompanhará a evolução da despesa orçamental.

Sr. Presidente do VI Governo, Sr. VI Governo:

O que os tiques e os maneirismos do V Governo estão fazendo, é tentar dar um passo a trás para se porem na situação de 92 e a partir daí dizerem que vamos fazer diálogo aberto e franco, vamos definir o quadro. Tudo isso está feito. É necessário dar o passo em frente. É esse passo em frente que se impunha e que não está dado. Porquê é a segunda pergunta.

Outras omissões poderiam ser detectadas neste programa e algumas bem curiosas, como por exemplo, quando se fala na identidade açoriana, diz-se, repetindo 92, "O Governo assume o firme compromisso de apoiar a universidade".

Mas em 92, o quadro de relações entre a Universidade e o Governo Regional era um e sabia-se que era o apoio financeiro ao investimento e às despesas correntes da Universidade. Neste momento o quadro é outro.

Em 92, no programa da educação, havia um capítulo sobre o ensino superior, com 6 ou 7 medidas, que traduziam esse apoio firme. O que é que aconteceu? Ficou a boa intenção do apoio firme, mas sem a concretização das medidas e o que nos interessa saber é quais são essas medidas e é isso que o Governo Regional retira do programa. Então não sabe quais são as medidas? Sabe, mas não nos quer dizer.

Não vou falar mais de omissões e de eliminações, vou falar de aditamentos e vou falar de um que me desagrada falar porque implica da parte do Governo ou de quem elaborou o programa do Governo uma clara desonestidade intelectual naquilo que lá se faz, porque quando se falava em 92 da participação da região na construção europeia, dizia-se e passo a ler "Para além da participação na área técnica, é importante manter e reforçar neste mandato a cooperação com as autoridades nacionais no campo político.

Assim, o Governo defende: - estou a ler o texto de 92:

- A participação de membros do Governo Regional em reuniões a nível do governo na área da integração europeia.

- O reforço dos estudos de informação e a permanente disponibilidade para receber nos Açores a sede de instituições criadas no âmbito da comunidade".

Tudo isso foi apresentado como sendo novidade. Foi apresentado no programa do Governo actual antecedido de uma frase condenável, porque pretende "vender gato por lebre", ou seja, "face à nova situação política nacional, o Governo empenhar-se-á na manutenção, cooperação e diálogo com as autoridades nacionais no campo político. Assim, o Governo defende:

- Participação de membros do Governo Regional em reuniões a nível do Governo Central na área da integração europeia." Segue-se as outras duas medidas.

Na incapacidade de apresentar alguma coisa como nova, dá-se o carácter novo com essa frase lamentável do ponto de vista de honestidade e aqui não é uma questão de política, mas sim de dizer que o novo é novo e que o velho é velho. O que o Governo Regional tentou fazer com esta frase foi passar por novo aquilo que já era de 92, o que é lamentável como aditamento.

Tem essa clara conotação e face à nova situação política, se querem essas medidas, isso é falso, é errado e é desonestidade lamentável. Porquê essa desonestidade desnecessária?

Passando ao segundo aspecto que se pretendia no 2.º parágrafo desse texto do Governo, ou seja, "ajustamento das medidas tendentes à realização dos objectivos", ajustar essas medidas aqui, é pô-las na dimensão do tempo de actuação que este Governo terá para as concretizar, reduzi-las à dimensão de 7, 8 ou 10 meses. Não fiz a conta mas é menos de 1 ano.

O que esta Assembleia precisa saber para poder aprovar este programa com conhecimento de causa, e o que os açorianos querem saber, é o que é que o Governo vai fazer em cada sector neste ano. Isso é o que todos nós queremos saber. Mas isto é o que nenhum de nós, deputados açorianos, conseguiu saber considerando as medidas deste programa, porque será preciso pescar à lupa uma qualquer medida em que, depois de a ver lá escrita, se saiba que essa medida é para fazer este ano.

Eu dou alguns exemplos que mostram até que ponto é que vai o horror ao compromisso efectivo para dizer-se que se vai realizar isto ou aquilo.

Quando se refere o plano regional de ordenamento do território dos Açores, diz-se que ele se encontra em fase terminal.

Seria lógico, seria uma oportunidade a aproveitar para alguém que esteve a redigir o programa do Governo prometer que este ano fica terminado, uma vez que está em fase terminal, mas não. Mesmo aquilo que o programa do Governo diz que está em fase terminal, este Governo consegue dizer "nós vamos terminar".

Nós continuamos a saber o que é que o V Governo deixou em fase terminal e perguntamos o que é que este Governo vai fazer?

Vai continuar a manter em fase terminal, em "clima artificial ligado às máquinas" como se diz quando as pessoas estão com sinais vitais? Vão terminá-los? O Governo não diz isso, mas podia ter aproveitado.

Logo a seguir, no capítulo do ambiente, fala-se de várias medidas necessárias e diz-se que estas são necessárias a par de medidas legislativas.

O que interessa a qualquer um de nós, não é saber que também são precisas medidas legislativas, é saber quais é que nós vamos ver apresentadas aqui para o ano, até porque já tivemos aqui medidas legislativas que já foram tiradas e retiradas, metidas na gaveta e retiradas e agora voltaram novamente para lá. Essas medidas legislativas vão ser repostas?

Parece-nos que seria a oportunidade de o dizer, mas nada disso é feito e não se percebe o que é que vos impede de dizer.

Isto, que é apenas dito a título de exemplo, podia ser repetido em relação a outras áreas, mas eu vou citar um outro exemplo que, claramente, leva-nos a perguntar se na redacção deste programa do Governo houve mesmo a consciência que era um programa para um ano.

Ao fazer a leitura deste programa, fui encontrar num programa que se pretende simples, resumido e condensado, duas páginas inteiras sobre cultura e património cultural.

Lendo um dos parágrafos dessas páginas e contando as medidas que lá estão, cheguei à conclusão que, em duas linhas, estavam 12 medidas. Se um parágrafo tem 12 medidas, então resolvi ver quantas tem as duas páginas. Fiz a contagem e cheguei à conclusão que tinha 66 medidas.

Fiquei um pouco perplexo. Serão muitas?! Serão poucas?!

Fui comparar com o programa de 92. Pelo mesmo critério que eu segui para contar neste programa, fiz as contas para o programa de 92. Sabem quantas medidas eu fui encontrar no programa de 92 que era para 4 anos?...

Encontrei 42 medidas.

Mas, se 42 medidas eram suficientes para um programa de 4 anos, 7 6 medidas na cultura e património cultural não serão medidas a mais?

Que credibilidade é que podem ter as 76 medidas para serem realizadas num ano, sendo 42 suficientes para 4 anos?!

É claro que a minha primeira reacção foi pensar, como se trata de um novo secretário da educação e cultura que até vem da área social, como lá não conseguiu criar um rendimento social mínimo, talvez tente agora criar um rendimento cultural mínimo. É a esperança que fica. Até mesmo poderíamos pensar, será o rendimento cultural mínimo que vem para os Açores?

Também poderíamos dizer um pouco sobre a área da educação em que em 1992 havia 30 medidas com as 6 ou 7 medidas da universidade, agora retirando-se as medidas desta ficam 22.

A desproporção também parece funcionar, embora seja mais ou menos o mesmo número de medidas, mas as outras eram para 4 anos e estas são para 1.

Eu pergunto, humildemente, se me permitem:

- Não serão medidas a mais?

Em 92 tínhamos uma medida que dizia: "Assegurar as condições que permitam uma efectiva igualdade de oportunidade no acesso à escola." Isto em 92 era suficiente porque tinham 4 anos pela frente, mas era considerado complicada essa garantia de igualdade. Em 95 e 96 não parece tão difícil porque se conserva essa medida e acrescenta-se "e no sucesso educativo". Não apenas efectividade do acesso mas também no sucesso educativo. Até rima e se calhar foi por força da rima.

Nós prevemos um mundo de problemas que num ano têm que ser resolvidos, mas o responsável por esse programa não achou muito e acha que pode resolver também essa efectividade de oportunidades no sucesso educativo.

Além disso, permitam-me chamar a tenção para a mistura de perspectivas educativas e sociais, na mesma medida que pode trazer algumas incongruências, como parece resultar no texto que diz: "consolidar a rede de educação pré-escolar no reconhecimento que à família cabe o papel fundamental no processo educativo".

Eu não vejo a ligação entre o argumento e a conclusão, mas pergunto se é ou não deficiência minha?

Eu já vou terminar, uma vez que já começaram a apontar para o relógio, mas quero deixar uma pergunta final para o VI Governo:

Se a diferença em relação ao V Governo é que vos pode salvar, porque é que optam, em autêntica tentação suicida, por serem semelhantes ao V Governo? Porque é que não tentam ser o VI Governo e não apenas o V-A?

Presidente: O Sr. Presidente do Governo pretende responder agora ou no final?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Talvez fosse preferível que os Srs. Deputados pedissem os seus esclarecimentos e no fim eu e os Srs. Secretários responderíamos.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Ontem, na apresentação do programa do Governo, o Sr. Presidente referia o fomento de mais e melhor habitação, referia-se também à construção de habitação social mantendo-se os apoios existentes com vista à aquisição ou construção de habitação própria.

No texto do programa do Governo e no capítulo da habitação são também referidos esses aspectos: habitação social, recuperação da habitação degradada, apoios à aquisição e construção de habitação.

O Governo Regional anterior assumiu compromissos com vários cidadãos, tanto no que diz respeito a apoios a habitação para aquisição, como para construção de habitação.

Há compromissos assumidos desde 1992, os quais podemos comprovar com documentos oficiais, que não estão a ser respeitados nem foram cumpridos.

Pergunto: Este Governo Regional pensa cumprir os compromissos já assumidos até ao término do mandato do anterior Governo? Até quando os pensa cumprir?

A habitação degradada nalgumas das ilhas, tem sido diminutamente contemplada e os processos têm sofrido nos últimos tempos uma burocratização desmotivadora para muitas pessoas e até impeditiva de concorrerem aos apoios.

Como pensa este Governo Regional que irá evoluir a habitação degradada ou o apoio à mesma no ano que terá de vigência?

Continuam a existir excluídos sem habitação. Que programas e que financiamentos serão lançados em 96?

Especificando ainda melhor casos pontuais existentes em ilhas onde não são necessários programas, esses também serão contemplados?

Uma das áreas que nos dá aspecto de se notarem maiores diferenças entre o programa do VI Governo e o programa do V Governo, é a área do turismo. Notam-se diferenças formais mais também diferenças na ordenação e na apresentação das questões.

Apesar dessas diferenças, não vislumbramos no programa do VI Governo a abordagem de uma questão que consideramos essencial, ou seja, a acessibilidade dos destinos turísticos da Região.

Que pensa o Governo Regional sobre a necessidade de haver uma redução das tarifas aéreas para a Região, e dentro da Região, como factor indispensável ao crescimento da actividade turística?

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Aproveito para saudar, em meu nome e do Partido Popular, o novo Presidente do Governo Regional dos Açores e a sua equipa governativa, nomeadamente os novos elementos do executivo regional.

É com particular sensibilidade, que passados todos estes anos de saudável e democrático convívio, partilhando tarefas parlamentares nas divergências que nos valorizam, que assistimos agora ao facto de um parlamentar regional, desde o primeiro dia de funcionamento desta Assembleia Legislativa e até agora nosso presidente, assumir a chefia do VI Governo Regional.

Trata-se de uma feliz circunstância que certamente vem favorecer o bom e, hierarquicamente, correcto relacionamento institucional entre os dois órgãos de governo próprio da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Por imperativo estatutário, está este Parlamento obrigado a cumprir a dolorosa formalidade de apreciar o programa provisório para um Governo intercalar que terá uma responsabilidade de gestão inferior a um ano, já que apenas vai gerir três quartos do orçamento da Região para 1996.

Optou, o VI Governo Regional do PSD, por decalcar, com pequenas adaptações, o programa do V Governo Regional abruptamente revogado.

Trata-se de uma metodologia aceitável para quem pretende imprimir uma evolução de continuidade, relativamente à política do passado. É, o programa do PSD, da sua exclusiva responsabilidade. Daí nos parecer lógico aquilo que já afirmámos por solicitação da comunicação social relativamente à nossa posição sobre este documento, porque, em nosso entender, é uma posição de coerência. É a posição que decorre daquela que assumimos nesta Casa há 3 anos, relativamente ao programa eleitoral do PSD subscrito pelo V Governo.

Dado os fundamentos que o actual Governo apresentou para o documento que aqui nos trouxe, em coerência, não lhes restava outra posição. Daí não termos quaisquer dúvidas sobre a nossa postura nessa matéria o que não impede a uma participação empenhada, activa e de necessidade de obter algum esclarecimento.

Reside aqui, como referi, um dos fundamentos da nossa discordância, já que, sobretudo, constatamos um claro desfasamento entre os exaustivos propósitos deste programa e o curto espaço de tempo que dispõe para os atingir.

Se ao longo de três anos o grau de satisfação dos objectivos do programa anterior foi, manifestamente, insuficiente, não é crível que com base numa política semelhante, se atinjam grandes avanços neste limitado período de tempo que se aproxima. Até porque, convenhamos, a herança é negativamente pesada e os vícios e emperros da máquina política administrativa são preocupantes.

Entendeu o Sr. Presidente do Governo Regional não incluir no seu discurso de apresentação do programa do Governo, as questões mais polémicas, antes, enveredando pelas matérias mais consensuais das linhas de força do programa. É um estilo que se regista.

Queremos também salientar, pela positiva, as referências feitas à vontade de imprimir um novo relacionamento com os partidos da oposição, bem como com as autarquias.

Idêntico propósito manifestado nos novos caminhos a trilhar nas relações com o Governo da República, vem igualmente ao encontro do que o Partido Popular sempre acreditou e sempre defendeu neste Parlamento.

Aproveitamos de resto para perguntar a sua Exa. o Presidente do Governo, se no inquestionável desejo de franca colaboração e respeito para com esta Assembleia Legislativa, está como esperamos e desejamos, uma presença assídua de todo o Governo nas sessões deste Parlamento, para que se irradique da nossa memória a respeitosa postura que, neste particular, caracterizou a acção do V Governo Regional e do então seu presidente.

Ainda no âmbito da intervenção do Sr. Presidente, gostaria também de salientar pela positiva, o acto de, democraticamente simpático e politicamente humilde, ter saudado o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pela vitória do PS a nível nacional nas últimas eleições legislativas.

Mas, Sr. Presidente:

Apesar do PP ainda não ser Governo da República, ficámos sinceramente ciumentos, pois o Partido Popular também teria merecido um registo abonatório, mais que não fosse pelos resultados eleitorais que atingimos no passado dia 1 de Outubro, quer na óptica nacional, quer na óptica regional. Também aqui esperamos que o Sr. Presidente possa corrigir essa falha no seu processo de apresentação do programa que aqui nos trouxe.

Deixamos para o debate sectorial muitas das dúvidas e esclarecimentos que este programa nos suscita e que decorrem também do facto, como referimos, do âmbito que o Sr. Presidente do Governo quis e entendeu dar à sua intervenção inicial que retira, por conseguinte, margem de divergência de imediato.

Isso não nos impede de colocarmos desde já ao Sr. Presidente do Governo algumas questões que nos parecem que têm certa relevância e que não mereceram tratamento, nomeadamente no próprio programa do Governo.

Uma delas respeita ao facto de não ter sido feita nenhuma alusão sequer à palavra **geotermia**.

Trata-se de um projecto histórico das sucessivas administrações do PSD e que constituía e constituiu um compromisso estratégico do programa do V Governo Regional, como de resto dos 5 governos anteriores com maior ou menor intensidade.

Constitui, inequivocamente, um dos "elefantes brancos" do investimento público regional. Está envolto num complexo emaranhado técnico-financeiro e carece de definições da maior sensibilidade política e de arrojadas consequências financeiras.

Ademais, Sr. Presidente, é do conhecimento público a existência de uma proposta de uma qualificada empresa internacional para, sem encargos para o Orçamento da Região, assumir a exploração geotérmica em certas zonas da Região, em articulação com a empresa regional distribuidora de energia e as competentes entidades públicas. Assim, não se compreende nem se aceita facilmente tão grave omissão programática sobre uma matéria tão relevante, porque, efectivamente, isso já foi referido anteriormente nesta Sala, como sendo mais importante do que algumas das vontades consensuais que constam do programa do Governo e que é, de facto, o apuramento do que é que se pretende fazer nestes 9 ou 10 meses que temos pela frente. Esse é o desafio deste Governo.

Presumo que ninguém pode ignorar que se vai passar mais um ano ou 10 meses sem fazer-se luz sobre a questão geotérmica. Embora sendo questão sectorial, parece-nos que se fosse possível o pronunciamento de Sua Exa. o Presidente do Governo sobre a mesma, seria de creditar e qualificar aquilo que não vem em sede de documento.

Outra questão, relaciona-se com objectivos e a área sócio-agrícola.

Nós conhecemos a abundância e a bondade dos objectivos da política agrícola regional. Só que há situações que se arrastam e geram fenómenos sócio-productivos que não podem, nem devem, ficar à margem de uma actuação pontual e urgente.

Fala-se nos objectivos do rendimento, na satisfação e melhoria do rendimento dos nossos agricultores, no reforço das unidades produtivas, no equilíbrio entre o sector cooperativo e empresarial, no saneamento desse sector e no seu reforço. Esses objectivos já vêm desde há 3 anos e alguns deles de há 13 ou 19 anos.

Mas, Sr. Presidente, bem aqui ao lado, na Ilha do Pico, passa-se um fenómeno que já se passou nas Flores e que se mantém com algumas componentes, produtiva e social, relativamente ao qual, eu já não digo se o programa do Governo devia ou não pronunciar-se, ao menos devia porque é um programa para 9 meses, mas que pelo menos nesta Casa ficasse uma afirmação de V. Exa., independentemente dos objectivos sectoriais, sobre os propósitos e o reconhecimento eventual de que este

Governo está disposto a encarar e a resolver de imediato o problema dos agricultores do Pico, da lavoura e das suas unidades de produção.

No entender do Partido Popular, isto carece de tratamento, porque é um problema específico.

Estar 14 meses sem receber o vencimento do leite produzido, é um problema insuportável para aquela gente e o Sr. Secretário do sector sabe perfeitamente a situação aflitiva e as consequências que daí resultam intersectoriais, inclusivamente, para os patrimónios das famílias que estão em jogo e envolvidas com compromissos os quais estão incapazes de satisfazer, decorrentes do que se passa com a Lacto-Pico e com a Miragaia.

Sr. Presidente, dê uma palavra a esta Câmara e desejamos que seja um compromisso que o Governo Regional vai resolver este ano, não no fim do mandato. Com tantas centenas de milhares de contos e milhões de contos a apoiar os nossos sectores, o que se passa na Ilha do Pico não pode ficar por resolver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tempo atraiçoa-nos.

Atrevo-me a dizer que, para além do que está dito, talvez também seja importante ser mais ambicioso e, aqui, um pouco ao contrário do que acontece na maior parte dos casos. Este programa é um bocadinho genérico.

No caso das infraestruturas portuárias fica-se por uma rotina.

Dá-se um relevo importante à questão da operacionalidade da estiva dos portos, mas isso vem de trás e sabemos que isso vai continuar. É uma medida corrente. Mas quanto ao apetrechamento dos portos e à operacionalidade dos mesmos, nós temos uma infraestrutura nesta Região que "custou os olhos da cara", que nos empenhou a todos, Governo e oposição e que mete dó a sua incapacidade e a forma como não fomos capazes de mexer com a mesma. Isso tem que ter um tratamento programático específico.

Ademais, é do nosso conhecimento que há felizmente vontade, oxalá que seja concretizada, por parte do sector privado, no sentido de dar um outro alcance a uma infraestrutura de carácter regional, porque como porto de uma ilha, sinceramente, não

valia a pena ter gasto 5 milhões de contos para ter o Porto de Pipas melhorado. Foi demasiado para tão pouco objectivo concretizado no tempo.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco Sousa)

O Orador: Um elefante não, uma cabra branca.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: É preciso mexer com aquele projecto. É um desafio e julgo que no programa, não está assumido por este Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu já estou a falar demais, mas subscrevo muitas coisas que já foram ditas e, principalmente uma questão colocada pelo Deputado Dionísio de Sousa que me parece que vale a pena o Governo se pronunciar, relativamente, à relação financeira com o estado. Julgo que a questão foi muito bem colocada.

Eu já ouvi da nova titular das finanças a resposta que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa e todos os outros Srs. Deputados não encontram no programa do Governo. Presumo que vai ser importante que esta Casa ouça a posição do Governo sobre as propostas e intenções do Governo da República.

Realmente estamos num estádio que não tem nada a ver - e foi bem denunciado - com o tratamento intemporal que o programa do Governo quer referir. Acho que o Governo da República não foi nada simpático para a Região no que toca a 96. Se calhar foi muito feliz no que toca ao futuro, mas relativamente a 96, essa evolução das transferências de acordo com a evolução da despesa pública nacional... meus amigos, quanto a isso, Cavacos já tivemos muitos!

Não era preciso o PS ganhar as eleições para trazer uma proposta dessas. Mas quem está em causa é o Governo e ele é que vai ter que resolver.

Finalmente, Sr. Presidente, queria referir que quanto à questão das privatizações, o Governo propõe continuar a resolver aquilo que o Governo anterior não foi capaz de resolver, não em três anos, em 8.

Se eu tiver tempo, gostaria de fazer um enquadramento à razão porque aqui estamos. Parece-me que existe um quadro de precaridade em tudo isto.

Como sabem, ainda ontem, em Ponta Delgada, o Dr. Costa Neves afirmou que a privatização do BCA será um erro histórico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta afirmação do ilustre Sr. Deputado do Parlamento Europeu, era importantíssima se não tivesse acontecido a decapitação que aconteceu ao PSD. Eu fico preocupado com aquilo que o Dr. Costa Neves disse, coisa que nunca me preocupou até agora, porque amanhã ele pode ser o patrão desta Região, pelo menos até Outubro. O patrão político regional, o líder da maioria e o líder do próprio partido com quem o actual Governo terá que ter com certeza um relacionamento institucional saudável e respeitador.

As probabilidades do Deputado Costa Neves ser presidente do PSD dizem que são elevadas, o que é compreensível. É um processo que todos acompanhamos. Pergunto ao Sr. Presidente, com avaliar a credibilidade, a consistência deste programa do Governo no seu conjunto?

Tendo em conta a questão das privatizações, se daqui a um mês ou mês e meio está à frente do partido maioritário alguém que pensa o contrário de tudo o que está aqui Sr. Presidente, que pensa o contrário daquilo que o Sr. Presidente já nos disse e nos vai dizer, que pensa ao contrário daquilo que os Srs. Secretários Regionais também vão dizer e ao contrário desta ilustre, numerosa e simpática bancada do PSD, que ainda nos vai "torturar" aqui durante horas, este problema também é nosso.

Eu, sinceramente, em relação a este problema estou muito descansado, porque o erro deve ser meu e a preocupação só minha, uma vez que o PS e PSD estão de acordo quanto a isso.

Deputado Carlos César (PS): Em que é que nós estamos de acordo?!

O Orador: Eu depois explico-lhe com mais tempo lá fora.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço desculpa por me ter alongado um bocadinho nalgumas considerações genéricas, mas se houvesse resposta para algumas delas, ficaria muito satisfeito.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, saudar V. Exa., os Srs. Secretários Regionais e enaltecer o propósito denunciado de procurar através do diálogo institucional, especialmente aquele em que se dispõe a participar neste órgão máximo da autonomia, para procurar o encontro das soluções inadiáveis para os graves problemas que marcam perigosamente a actualidade da Região Autónoma dos Açores.

Porque o tempo é limitado, passarei de seguida abordar dois temas que reputo de grande importância e actualidade, que estão assinalados no programa do VI Governo e sobre os quais desejo colocar questões muito concretas.

O primeiro conjunto de perguntas prende-se com a temática referente a acordos e tratados internacionais.

Fixa o programa do VI Governo no âmbito da definição de políticas de cooperação externa o seguinte objectivo: "Manter uma política de desenvolvimento de uma verdadeira estratégia de afirmação pelos Açores", nomeadamente, " em matérias de acordos e tratados internacionais que digam respeito à Região."

Esta meta programática concretiza-se em parte, quando no programa se inscreve o compromisso de procurar quadros de consenso com o Governo da República, designadamente visando "garantir o pagamento de contrapartidas financeiras devidas (e sublinho devidas) por acordos internacionais que envolvam directamente os Açores."

Relevando e louvando o espírito de diálogo com que V. Ex.^a deseja afirmar a base do seu relacionamento institucional com o Governo da República, colocarei a V. Ex.^a algumas questões referentes ao Acordo de Cooperação e Defesa firmado entre Portugal e os Estados Unidos da América no passado mês de Junho.

Na altura, encontrando-me investido noutras funções institucionais, tive o ensejo de declarar publicamente que considerava esse acordo inadequado aos interesses dos Açores, especialmente, por não terem sido devidamente salvaguardados, no acordo

laboral, os direitos constitucionais dos trabalhadores civis portugueses ao serviço das forças armadas dos Estados Unidos da América estacionadas na Base das Lajes, e ainda por não ter sido obtida uma contrapartida civil para benefício do desenvolvimento económico e social dos Açores, de igual valor ao apoio concedido ao Governo Português em armas e equipamento militar.

Assim, pergunto a V. Ex.^a se considera que o processo negocial conduzido pelo Governo Português de então, em que a participação do representante da Região Autónoma dos Açores foi no mínimo equívoca, permitiu que a Região Autónoma dos Açores viesse a receber garantias suficientes de cooperação política ou económica?

Segunda questão: já que no programa do Governo inscreveu o objectivo de obter compensações devidas, que diligências propõe realizar V. Ex.^a no sentido de obter compensações proporcionais à contribuição decisiva que os Açores empregam no relacionamento institucional e tradicional entre dois povos, Portugal e os Estados Unidos?

Por último, quanto a este tema, pergunto a V. Ex.^a se considera o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, incluindo o Acordo Laboral, bons acordos?

Se o não são, agradecia a V. Ex.^a o obséquio de precisar as medidas e as prioridades que nortearão a actuação do VI Governo Regional, no âmbito dos seus poderes de intervenção, com o sentido de corrigir as deficiências dos acordos em causa, para que se salvguarde e promova a defesa dos legítimos interesses da Região Autónoma dos Açores?

O segundo tema que gostaria de ver comentado por V. Ex.^a, respeita a um aspecto primordial da política de comunicação social.

No programa do VI Governo apresenta-se, laconicamente, o objectivo de - cito - "defender a instalação de uma segunda rede de transporte do sinal televisivo dos Açores" - fim de citação.

Como é do conhecimento de V. Ex.^a, a estruturação e o funcionamento do serviço público de televisão, apesar de regulado na Lei n.º 21/92, de 14 de Agosto, não conduziu à prestação de um serviço público tal como se encontra previsto na lei, designadamente, por não ter sido ainda cumprida por parte da empresa

concessionária, a obrigação de emitir dois programas de cultura geral, um dos quais, pelo menos, abrangerá as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

De facto, até hoje, a RTP/SA não emite qualquer programa de cultura geral para todo o território nacional, o que para além de constituir uma clara violação da lei, representa um inaceitável cerceamento dos direitos dos cidadãos portugueses residentes nas Regiões Autónomas. Por isso, coloco a V. Ex.^a as seguintes questões:

Primeira questão:

Considera V. Ex.^a que os cidadãos portugueses residentes nos Açores devem ter o mesmo direito de acesso ao serviço público de televisão que é reconhecido aos cidadãos residentes no território continental português e, se na opinião de V. Ex.^a para que se concretize eventualmente tal desidrato, é suficiente o propósito inscrito no programa do VI Governo que há pouco citei?

Segunda e última pergunta:

Que modelo de serviço público de televisão preconiza o VI Governo Regional, caso V. Ex.^a entenda que este deva distinguir-se daquele que se encontra consagrado na legislação em vigor?

Solicito por isso que, na resposta, V. Ex.^a se debruce sobre a forma e o conteúdo de processos que deverão ser cumpridos, com vista à compatibilização da emissão de um programa de âmbito regional que continue a ser assegurado pelo Centro Regional dos Açores da RTP, com a emissão integral de, pelo menos, um programa de cultura geral, obrigação que a lei em vigor impõe à empresa concessionária do serviço público de televisão.

Presidente: Não havendo mais inscrições dos Srs. Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há, no conjunto das questões levantadas, algumas que têm carácter mais genérico, outras carácter mais sectorial.

Eu procurarei responder a todas, mas se eventualmente ficar alguma coisa por responder, naturalmente que nas intervenções dos Srs. Secretários Regionais elas serão explicitadas e serão debatidas pormenorizadamente.

Qualquer mudança traz, a todos os seus intervenientes, um certo sentido de esperança e uma certa visão com algum optimismo de que muitas coisas possam mudar.

A mudança do Governo, e num regime parlamentar nosso, dar-nos-ia a possibilidade de esperar que o executivo se apresente com outra postura, mas também é legítimo aceitar, por parte dos intervenientes no parlamento, outro estilo, outra linguagem, outras formas de apresentação que pudessem ocorrer.

Também aqui poderia, seguindo o exemplo do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, graduar o benefício da dúvida. Não o vou fazer. E não o vou fazer, porque há muito que conheço o estilo e a forma de actuação parlamentar do Sr. Deputado Dionísio de Sousa e portanto, relevo alguns comentários mais directos, alguns, como ele próprio qualificou, de mais "provocatórios" e vou directo àquilo que me parece ser essencial no nosso debate.

Nunca neguei, nem nego, nem posso negar, que o programa que o VI Governo aqui traz, é um programa que resulta dos compromissos eleitorais do Partido Social Democrata em 1992 e que tem por base, efectivamente, a continuação ou muito da continuação do que foi o programa do V Governo.

Outra coisa da minha parte, seria tentar uma ruptura que não quero fazer, porque não enjeito os princípios em que acredito e os valores da social democracia.

Tenho militado ao longo de 20 anos e pareceria até estultícia que aqui quisesse vir, "tapando o sol com a peneira", apresentar um programa que não tivesse nenhuma relação, com o passado, o qual não enjeito, com aquilo que é necessário fazer durante um ano.

Um programa do Governo, todos sabemos, é um elenco de propostas claras que resultam de compromissos assumidos durante o período eleitoral e que se pretendem realizar num espaço temporal que diz respeito a uma legislatura.

Estamos, pela primeira vez nos Açores, a viver uma experiência nova, que é na parte final de uma legislatura haver uma alteração de Governo que nos obriga a estar aqui presentes.

É evidente que haverá muitos pontos de contacto, muitas omissões e até algumas situações que são diferentes, haverá coisas mais vagas e outras mais explícitas, mas isso sempre existiu nos programas do Governo que por aqui passaram e existem em

qualquer programa do Governo que se apresente em qualquer parlamento por esse mundo fora.

O programa do Governo é um conjunto de princípios e de objectivos que se querem prosseguir, não são esmiuçados nem são postos ao detalhe como noutros documentos de orientação política que aqui também são debatidos e aprovados.

Posto isto, eu começaria pela questão que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa coloca, relativamente à questão do fortalecimento da autonomia.

Efectivamente, foi retirada deste Governo qualquer menção a situações que não cabem na competência do mesmo.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que não cabe ao Governo Regional a iniciativa legislativa perante esta Assembleia ou outra qualquer, no sentido da revisão constitucional, no sentido da revisão do Estatuto ou das situações que o Sr. Deputado acabou de proferir. Essas, são rigorosamente, questões programáticas do Partido Social Democrata que competem claramente ao Grupo Parlamentar do PSD quando entender e se bem o entender levá-las por diante e apresentá-las.

O Sr. Deputado poder-me-á dizer que eu estou a ir contra a uma situação que estava no V Governo. Eu sou responsável pelo VI Governo.

Portanto, desde logo, fica aqui marcada aquela pequena diferença de que não se trata do V/A, mas sim do VI.

Era bom que o Sr. se habituasse a esta ideia de que, efectivamente, está no VI e não no V ou no V/A!

Não se omitem questões, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, por omitir.

Parece-me que num programa do governo não tem que vir claramente estabelecido, e isso vai ser feito daqui a pouco na intervenção da Sr.^a Secretária das Finanças, o quadro financeiro a partir do qual nós vamos trabalhar.

A Sr.^a Secretária na sua intervenção há-de delineá-lo, enquadrá-lo e há-de dar conhecimento aos Srs. Deputados de todas as coisas que aí estão tratadas.

Por outro lado, Sr. Deputado e sem qualquer qualificativo em relação a esta matéria, mas por uma questão de estabelecimento da verdade, gostaria de chamar a atenção do Sr. para o seguinte:

O quadro financeiro não está claro na altura em que este documento foi presente na Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Ele foi presente no dia 31 de Outubro e o programa do Governo do Partido Socialista na Assembleia da República, foi apresentado na passada segunda feira.

Eu estou a falar no programa do VI Governo e do programa do Governo da República.

Nesta Casa o que temos que falar é nestes dois documentos.

Não houve omissão, nem houve nenhuma tentativa de tentar iludir quem quer que seja sobre as propostas que neste momento estão contidas no programa do Governo da República e que estão a ser debatidas na Assembleia da República. É uma coincidência histórica e interessante estar-se a discutir ao mesmo tempo, na Assembleia da República e na Assembleia Regional, o programa do Governo e estes estarem de alguma forma relacionados, em alguns aspectos, um com o outro e aqui está um caso em que, claramente, estão.

Sobre a bondade das medidas que lá estão, aquelas que eu conheço e que me foram dadas a conhecer, algumas são bem vindas e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro já qualificou uma delas, a qual me dispense de o fazer, mas o que é bom é bom e havemos de seguir por esses caminhos e tentar encontrar formas que revertam a favor da Região.

Portanto, que fique definido que o quadro que está é um quadro proposto. É um quadro que se pode discutir, debater e estamos convictos que se há-de encontrar uma fórmula para encontrar uma solução final que seja a plataforma que nos possamos entender.

No que diz respeito à questão da Universidade, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, há muita forma de dar apoio e muitas têm sido aquelas encontradas pelo Governo Regional ao longo dos anos para apoiar os diversos departamentos da Universidade.

É certo, é sabido, toda a gente o conhece, que a Universidade deixou de ser uma responsabilidade do orçamento regional desde praticamente há dois anos, mas não quero dizer que não hajam formas de apoio indirecto, como é o caso da encomenda de estudos, da relação que há entre os departamentos regionais e os próprios departamentos universitários, naquilo que parece ser uma forma de dar vida à

Universidade, de a tornar útil à comunidade e, por esta forma, contribuir para que haja capacidade e possibilidade da Universidade ter os seus próprios projectos de investigação.

Sr. Deputado Dionísio Sousa, há algumas situações - admito - num documento desta natureza, que sempre se encontram, de linguagem menos clara que possam suscitar alguma dúvida. Mas gostaria de negar, e não posso de maneira nenhuma aceitar, que se possa pensar que houve a intenção de alguma desonestidade política na elaboração deste programa.

Posso garantir-lhe, Sr. Deputado que não houve!

Podem haver limitações, podem haver situações que não sejam tão claras quanto deviam ser, mas não houve, de maneira nenhuma, qualquer tentativa de faltar à verdade ou ser desonesto.

O Sr. Deputado Paulo Valadão coloca algumas questões relativamente à habitação.

Posso garantir-lhe que o Governo vai procurar cumprir com a maior celeridade as suas obrigações nesta matéria.

Esta tem vindo a ser, e continuará a ser, uma área de actuação em que o Governo vai procurar ser muito apurado na sua actividade, por forma a poder alargar os incentivos que vêm a ser atribuídos e também o lançamento das novas acções de colaboração com as autarquias e com instituições nacionais ligadas a este âmbito de habitações para alargar o parque habitacional da Região e na área da habitação social.

É evidente, Sr. Deputado, que a exclusão social, os problemas da pobreza de qualquer ilha, são problemas que nos preocupam.

Enquanto houver alguém que tenha e que sofra o problema da exclusão, que sinta na carne a situação de pobreza, havemos de encontrar formas de poder ajudar, Governo e entidades ligadas a estas questões de carácter social.

As questões que se referem à acessibilidade dos destinos turísticos da Região, os problemas das resoluções de tarifas, hão-de ser tratados pelos Srs. Secretários Regionais durante as suas intervenções.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu agradeço-lhe a sua saudação inicial e de alguma forma fico sensibilizado com ela. Somos companheiros, nesta Casa, desde o primeiro dia e da primeira hora e tratamos e vivemos esta nossa vida parlamentar regional com

alguma intensidade e esta Casa sempre mereceu-nos e vai continuar a merecer o melhor respeito.

Não esqueço que é aqui que reside a força da autonomia e que é aqui que se exerce o cerne do núcleo central da vida democrática regional. Não me esqueço, e vou procurar em cada momento da minha vida e da minha actividade, não me esquecer.

O Governo gostaria de fugir a esta ideia de que se trata de um governo provisório ou de um governo de gestão.

O Governo encara estes meses que tem pela frente como um desafio e um desafio que tem por um lado, a necessidade de não perder um património que vem detrás, que herda e que é um património que foi construído ao longo dos anos, nesta Região, com a liderança do Partido Social Democrata.

O Governo pegará nesse património e procurará elaborar novas formas de actuação, de comportamento, de relacionamento com os nossos concidadãos, por forma a que cada vez mais possamos garantir uma participação empenhada de todos naquilo que é nosso.

O Governo não é proprietário de nada, nem sequer somos donos da verdade. Somos como os outros. Trabalhadores para realizar aquilo que nos parece o bem comum. Isto não tem a ver nem com o provisório, nem com a gestão.

Deputado Carlos César (PS): Estou estupefacto!

O Orador: E o Sr. Deputado naturalmente vai ficar mais estupefacto daqui a uns tempo!

Mas com a toda a simplicidade o digo, não venho para ser reformista, nem para ser provisório. Venho para trabalhar até ao limite desta Legislatura da forma como o sei fazer e como sempre o tenho feito.

Também não é a evolução da continuidade e talvez já tenhamos dado alguns sinais disso.

Gostaríamos de garantir ao Sr. Deputado que sempre que seja possível - e se não houver movimentos de outra natureza que não me permitam aqui estar - é minha intenção estar nesta Casa sempre que ela reunir. Estar à disposição de todos os Srs. Deputados, quer neste lugar, quer nos corredores, para comigo tratarem do que quiserem e da forma como quiserem.

Desde já, garanto que sempre que os telefones funcionem, o telefone do lugar do meu trabalho também estará disponível para que os Srs. Deputados possam falar comigo.

Em relação à questão da energia, eu gostaria de informar o Sr. Deputado que não vem dentro do capítulo da energia a palavra **geotermia**, mas sim **recursos energéticos endógenos**. Não será uma metáfora, mas sim uma forma mais elaborada de se referir essa expressão e esse caso da geotermia.

Eu não posso dizer, neste momento, que tenho ideias claras sobre todas as coisas, mas posso-lhe informar que está combinado - e o Sr. Secretário Regional falará disso - num prazo relativamente curto, elaborar um trabalho que nos possa ajudar a definir algumas coisas neste campo. É o problema global da produção energética da Região que temos que perceber e nos aperceber de caminhos que têm que ser percorridos.

No que se refere às questões do pagamento dos lavradores da Ilha do Pico, o Governo tem vindo a apoiar uma área grande da lavoura dessa ilha através dos apoios que tem dado à cooperativa que se formou no seguimento do encerramento da fábrica Martins & Rebelo. O Governo tem dado esses apoios à cooperativa, tal como tem dado na Ilha de S. Jorge como também deu na Ilha das Flores.

Há um problema paralelo na Ilha do Pico numa entidade privada também ligada à laboração de leite e à fabricação de queijo. Aí, o problema coloca-se de uma forma mais delicada, porque trata-se de uma entidade privada e este apoio teria que ser visto sempre no plano global dos apoios a entidades privadas nesta área da Região, mas sem assumirmos prejuízos directos nesta matéria. Porém, não escusaremos de maneira nenhuma, continuar a procurar soluções que permitam resolver esta questão, sendo certo que há sempre uma que nós não dominamos na Região que é o problema do mercado, o mais difícil de vencer e é um problema que nós não conseguimos dominar totalmente.

No que se refere ao apetrechamento do porto da Praia, naturalmente o Sr. Secretário das Obras Públicas irá falar sobre o assunto.

Quanto às privatizações, queria garantir ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que elas foram um compromisso eleitoral em 1992, fizeram parte do programa do V Governo, fazem parte do programa do VI Governo e vão ser levadas por diante. Aliás, uma

delas não está fechada está apenas suspensa e temos prazo até Março para avançar com ela.

Creio que respondi às questões que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro me colocou e também devo dizer-lhe com toda a simplicidade que não me custa nada saudá-lo pelo resultado que o seu partido atingiu a nível nacional.

Deputado Rui Melo (PSD): E o PSD, Sr. Presidente?

O Orador: O PSD já foi saudado de várias maneiras e feitos.

O Sr. Deputado Martins Goulart trata de duas questões. Uma tem a ver com o problema dos acordos e tratados internacionais e a outra com a comunicação social.

Em relação à questão dos acordos e tratados internacionais, para começar, tenho que utilizar aqui uma velha frase, isto é, o acordo foi o acordo possível e fico-me por aqui com este comentário.

Há uma questão que quer o Governo da República quer o Governo Regional, podem claramente agarrar, ou seja, pôr de pé as áreas de cooperação que estão abertas por esse acordo e tentar, a partir daí, tirar proveitos para a Região e para o nosso País de forma mais acelerada.

Penso que com esta mudança se poderá levar mais algum tempo a pegarmos neste assunto.

Admito que as prioridades do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros não sejam, neste momento, a de voltar a pegar no Acordo das Lajes que foi assinado outro dia e há pouquíssimo tempo é que foi publicado, mas é uma das áreas em que penso pedir para serem tomadas medidas o mais rapidamente possível.

Vamos trabalhar no sentido do estabelecimento das áreas de cooperação e tentar que a Comissão encarregada de seguir este acordo comece a funcionar o mais breve possível para que a gente consiga dar forma e pôr a funcionar aquilo que temos possibilidade de ir buscar com contrapartidas pela assinatura do Acordo das Lajes.

No que se refere à comunicação social e à questão da televisão, nós mantemos a ideia que temos sobre essa matéria.

Para além do canal regional de televisão que temos e que deve ser mantido, porque consideramos que ele representa uma forma de serviço público que é prestado na Região pela televisão, deve ser transmitido mais um canal, ou seja, o canal 2.

Julgo que sobre isto estamos entendidos. E é sobre isto que havemos de trabalhar com as entidades responsáveis sobre esta matéria para que o mais breve possível também os açorianos possam ter acesso a dois canais públicos de televisão, nomeadamente a RTP/A e Canal 2.

É evidente que a rádio televisão nos Açores terá que encontrar alguns ajustamentos para suprir a parte de programação que será dada na altura pelo segundo canal se for o Canal 2, em relação àquilo que ela própria extraía da emissão nacional desse canal, dentro do quadro de que uma parte é do canal 1, outra parte do canal 2 e uma parte de produção regional. Portanto, terá que afinar a sua produção de acordo com aquilo que vier a ser transmitido.

Penso que de forma genérica procurei dar resposta e comentar aquilo que neste período de perguntas me foi colocado.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa, na sua intervenção, entendeu - fez muito bem, cumpriu o seu dever - fazer alguns comentários e algumas perguntas na área da cultura e na área da educação.

Referiu na sua intervenção, utilizando a palavra "humildemente", que faria as perguntas.

Agradeço ter usado essa palavra porque eu também quero utilizá-la.

Humildemente, quero responder ao Sr. Deputado, quero comentar os comentários que o Sr. fez em relação a esta matéria.

No programa do Governo há dois grandes títulos que fazem parte do mesmo sector: cultura e património cultural.

É evidente que património cultural é cultura. Poderia ser dispensável haver esse sub-capítulo património cultural. Mas, tendo em conta o património cultural que existe nos Açores, arquitectónico, antropológico, etnológico, oral, artístico, é de tal ordem importante que foi entendido que deveria ser um sub-capítulo da cultura.

O Sr. Deputado referiu que o VI Governo tem 72 medidas, ao contrário do V Governo que tinha quarenta e tal. Eu não sei, não fui membro do V Governo, não obstante ter lido o seu programa, mas creio que deve ter havido um equívoco. Eu encontro apenas 8 medidas, 7 objectivos políticos e 2 pontos de enquadramento. Não há de forma nenhuma 72 medidas, deve haver algum equívoco.

Este Governo é um governo para governar. É o VI Governo. E governar na área da cultura não pode ser de forma nenhuma cortar com o passado, não se pode pensar que já não há cultura e que não há património cultural.

A cultura não é nada estanque. A cultura é algo que existe. Existiu no passado, existe no presente e vai projectar-se no futuro.

Não faz sentido que, em termos de programa do Governo, não houvesse a particularidade, num ponto ou noutro, ou não houvesse uma maior explanação.

Creio que talvez uma das razões será alguma sensibilidade por esta área não esquecendo porém que sou técnico, sou funcionário do quadro da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, não obstante ter saído de lá em 1984.

Certamente que haverá aqui pontos de colisão, são pontos de interdependência, são pontos em que se choca, mas creio que a particularidade da nossa cultura, aquilo que até nos identifica, que é um alicerce para a autonomia regional, não podia ser apenas expressa em dois ou três pontos, ou apenas numa ou noutra medida que fosse aqui projectada.

O Sr. Deputado faz também dois comentários em relação à nossa proposta sectorial da educação. Um dos comentários assenta num dos primeiros pontos, "assegurar as condições que permitam uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso à escola e no sucesso educativo...".

Mesmo sendo um Governo de 1 ano, Sr. Deputado, o processo educativo está em curso, o ano lectivo está em curso, as nossas escolas estão a funcionar, os nossos alunos estão lá, por isso não se pode de forma nenhuma estar a retirar essa componente tão importante que é o encontro com a realidade e a realidade é esta.

O sistema educativo, as nossas escolas, os professores, os alunos, os pais, os encarregados de educação, estão mobilizados neste ano lectivo como em qualquer ano lectivo.

Existem 4 pontos fundamentais que alicerçam a reforma do ensino, os quais eu passo a citar:

- "igualdade de oportunidade";
- "democratização do ensino";
- "a pluralização de todo o sistema de ensino na criança, no aluno futuro homem e mulher";
- "reforçar o direito de cidadania".

Temos aqui razões mais que suficientes de que o nosso articulado, os nossos pressupostos enquadrados neste programa, são pertinentes e são válidos.

O Sr. Deputado faz mais uma referência em relação ao "consolidar a rede da educação pré-escolar". A educação pré-escolar é uma grande conquista e é algo de extrema importância.

Eu vou citar um documento do Conselho Nacional da Educação, cujo presidente foi o actual Ministro da Educação do Governo da República, o Sr. Prof. Marçal Grilo, sobre pareceres e recomendações.

A dado passo neste documento, o Sr. Presidente refere 4 pontos fundamentais para o interesse do ensino pré-escolar:

"As crianças que estiveram na educação pré-escolar obtiveram melhores resultados escolares, evidenciaram características importantes para o sucesso do trabalho e nas relações pessoais, sociais, obtiveram mais sucesso na sua vida pessoal e profissional e evidenciaram ser cidadãos mais úteis à sociedade."

Não faz sentido, de forma nenhuma, que por ser um Governo de um ano, não tenhamos a preocupação de consolidar e até nalguns aspectos reforçar a rede da educação pré-escolar que está na primeira linha a nível nacional, com 92% da sua ocupação, nomeadamente alargando-a às zonas de maior carência social como resposta primordial às crianças, ao acolhimento das mesmas e das famílias mais carenciadas.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou prestar esclarecimentos, a uma questão e a uma resposta dada pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura.

Em relação à última questão, e para começar pela que está mais presente, o que fiz foi citar e não pôr em dúvida a necessidade de consolidar a rede da educação pré-escolar. Não foi quis pôr em dúvida, apesar do Sr. Secretário assim o ter entendido.

O que está por fazer, e eu apontei como uma deficiência que não vem grande mal ao mundo em aceitá-la, é que se argumenta que isso deve ser feito no reconhecimento que à família cabe o papel fundamental no processo educativo.

Não é por isso que se vai consolidar a rede pré-escolar, não é no reconhecimento que à família cabe um papel fundamental, é no reconhecimento que a família não dá tudo o que deveria ser dado e é para suprir aquilo que a família não pode dar que se consolida a rede de educação pré-escolar. O argumento é que não justifica, é que está desadequado ao objectivo e foi para isso que se chamou a atenção e não para o facto de se pretender consolidar a rede pré-escolar.

Quanto às medidas, é evidente que há uma diferença de contagem. Eu disse, inclusivamente, que num parágrafo tinha encontrado 12 medidas e eu explico o critério: o critério que usei para o programa de 96 foi o que usei para o programa de 92. Este pode estar correcto ou não, mas é comparar um com o outro e o resultado é esse - 76 medidas num caso e 42 noutro.

Para exemplificar, não perdendo muito tempo, temos aqui uma medida que diz: "promoção e apoio à realização de acções individuais ou colectivas, públicas ou privadas de recolha, levantamento, conservação e divulgação do património cultural açoriano". Dir-me-á que isto é uma medida, mas eu digo que são 12 medidas e isto porque, "promoção e apoio" são 2, "à recolha, ao levantamento, à conservação e à divulgação", são mais 4 medidas...

Risos da bancada do Governo

O Orador: Podem rir!

Simplesmente, o que os Srs. têm que fazer é tomar 4 medidas diferentes para qualquer uma dessas coisas ou então recolha, levantamento, conservação e divulgação são a mesma coisa, não é?

Se são a mesma coisa não deviam aqui estar e se não são a mesma coisa são 4 medidas diferentes que os Srs. querem promover e apoiar.

Portanto, vão promover a recolha, o levantamento, a conservação e a divulgação e apoiar a recolha e o levantamento, são 8 medidas.

Vão fazer isso: para acções individuais são nove medidas, colectivas são 10, públicas são 11 medidas e privadas são 12. São 12 medidas que os Srs. têm que adoptar para satisfazer aquilo que aqui está.

É o que acontece com todos os outros casos e chega-se à conclusão que são 76 medidas. Fica explicado o critério.

O que se pôs em destaque e que pretende ser agora ignorado, como em relação a outras coisas, é que ou se proclama fidelidade ao programa de 92 e repete-se letra por letra, ou altera-se e aceita-se as alterações. As duas coisas é que não são possíveis ao mesmo tempo, dada a forma como elas foram feitas.

Mas o que me interessava, neste momento, era esclarecer o verdadeiro sentido daquilo que disse e as questões ficam postas porque não foram respondidas nesse entendimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores para prestar esclarecimentos

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria apenas precisar uma questão que diz respeito a esta consolidação da rede da educação pré-escolar para que não fiquem dúvidas.

Penso que estamos de acordo, mas é por uma questão de precisão clara desta situação.

À família cabe o papel fundamental da educação das crianças. A escola é para suprir. Penso que é esta a ideia que se retira daqui e foi aquilo que disse há pouco o Sr. Secretário.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não é o que se diz aqui!

O Orador: O que eu retiro daqui é isto, mas de qualquer forma, como se trata de uma matéria da maior importância, é bom que fique claro que a nossa posição é esta.

Presidente: Terminado este período de perguntas ao Governo, vamos iniciar o debate.

Para uma intervenção tem a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de começar a minha intervenção e na sequência daquilo que o Presidente do Governo já terá transmitido aos grupos parlamentares, as minhas desculpas por ter que me ausentar esta tarde da Assembleia, mas obrigações de carácter nacional obrigam-me a estar amanhã às 9.30 horas em Madrid para presidir à Comissão Internacional para a Consolidação do Atlântico, daqui que foi até alterada a ordem de intervenção dos Membros do Governo, sendo eu o primeiro a intervir.

Comprometo-me que qualquer questão aqui levantada que a minha ausência não permita uma resposta, o farei obrigatoriamente a quando da discussão do plano e orçamento.

As minhas desculpas por este facto e agradeço a vossa atenção, no sentido de que todas as coisas terão a sua resposta adequada, se não for agora, será no plano e orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Programa do VI Governo no respeitante aos sectores da Agricultura e Pescas não pode, obviamente, diferir dos objectivos e medidas de política propostas no contexto do programa do V Governo do P.M.P..

Aliás, as diferenças que vamos encontrar, no sector agrícola, em 1996, decorrem de alterações exteriores à Região, e, por outro lado, à implementação das medidas previstas no P.M.P. e actualmente em vigor. Estão essas diferenças referidas no texto em discussão e que constitui o Programa do VI Governo Regional.

Poderia aqui destacar que a reforma da PAC, entretanto posta em prática, prevista quando foi elaborado o PMP, ela só muito mais tarde é posta em prática, aponta para a afirmação da multifuncionalidade da actividade agrícola e para o reconhecimento

de que a agricultura comunitária envolve, para além da função económica de produção, outras funções relacionadas com a conservação do ambiente e dos recursos naturais.

São estas as novidades que aparecem obviamente na reforma da PAC.

Caberá aqui acrescentar que a agricultura da Região desempenha também, e cada vez mais, uma importante e insubstituível função social.

Cada vez mais a agricultura é o sustentáculo da economia da Região, e nela, o sector pecuário assume uma importância cada vez mais significativa.

Como tive oportunidade de afirmar no último Congresso da Agricultura dos Açores:

"O bem estar de milhares de famílias nos Açores depende da saúde do sector primário, e não se vislumbram alternativas credíveis à actividade agrícola. Ela é, sobretudo, no sector agro-pecuário, o "coração" da nossa economia dos Açores."

Será que os nossos objectivos têm sido atingidos?

Um dos indicadores mais seguros do estado da agricultura, é o respeitante à evolução da sua situação estrutural.

Assim, podemos confirmar que os indicadores disponíveis até 1994, demonstram que a situação estrutural das explorações da Região é hoje bastante melhor do que a que se verificava há poucos anos atrás.

Assim, na sua generalidade apresentam evoluções positivas que se poderão sintetizar da seguinte forma.

- a área média de exploração aumentou (cerca de 15%);
- o índice de mecanização aumentou (cerca de 5%);
- a dispersão diminuiu de 36% para 20%;
- aumentou o número médio de bovinos por exploração de 7,90 para 9,03 animais.

Ou seja, no período em análise, a generalidade das explorações agrícolas ganharam maior e melhor capacidade de produtividade e de concorrência e foram melhor servidas em termos de envolvente infra-estrutural viária.

Se estas constatações são verdadeiras para o universo das explorações agrícolas do Arquipélago, são-no de igual forma para o subconjunto das explorações com bovino e cultura.

Pode-se afirmar que as empresas agro-pecuárias exploradas a título principal tiveram uma evolução francamente positiva:

- a área média medida em SAU aumentou cerca de 19%;
- o índice de mecanização aumentou cerca de 19%, a percentagem de dispersão baixou para 22%;
- aumentou o número de bovinos por exploração de 20,28 para 25,67.

Deste modo, se demonstra que os objectivos estabelecidos têm sido atingidos, ficando, como é óbvio, muito por fazer.

E é com este grau de insatisfação que sempre temos trabalhado e continuaremos a trabalhar.

Que novidades temos de dispersão, eu diria macro-económica, para o ano de 1996?

O ano de 1996 poderá ser palco de algum debate a nível da União Europeia sobre as perspectivas de evolução da política estrutural comunitária. Para isso temos de estar muito atentos. Do que vier a acontecer, depende a manutenção e eventual aumento das ajudas que nos são concedidas sob o estatuto de Região-Ultraperiférica.

Tem-se verificado nos últimos anos, que a política estrutural comunitária sofre um processo de revisão no final de cada ciclo de perspectivas financeiras. O actual pacote DELORS II está em vigor até 1999 e, normalmente só nessa altura deverão ser revistos os regulamentos dos fundos estruturais, que constituem direito derivado, decidido por unanimidade, com base no Art.º 130 D, do Tratado da União.

No entanto, alguns estados-membros têm equacionado a possibilidade de levantar esta questão já em 96, a fim de obter garantias relativamente ao futuro dos fundos antes da decisão do alargamento a Leste.

A definição de uma estratégia para 1996, caso seja necessária, depende, obviamente, de definição da posição nacional sobre estas matérias.

As nossas reflexões têm sido apresentadas mas, a introdução de um artigo concreto no Tratado que crie uma base jurídica específica para as Regiões-Ultraperiféricas, parece ser a fórmula mais eficaz para se atingirem os objectivos pretendidos, ou seja, fundamentalmente, a continuação da obtenção de apoios adequados e de carácter duradouro, para a nossa situação, já que esse carácter duradouro tem sido posto em causa por diversos estados-membros.

E isto tudo porquê?

Porque os apoios concedidos aos nossos agricultores, cujo melhor exemplo é o POSEIMA, deverão ser considerados como indispensáveis à sua sobrevivência económica, porque fazem parte integrante dos seus rendimentos. E a sobrevivência económica do tecido agro-pecuário regional é, como claramente o tenho afirmado, a sobrevivência económica da Região.

São estas algumas das nossas preocupações para 96, neste contexto de discussão do Programa do Governo. É óbvio que outras questões serão abordadas no decorrer da apreciação e discussão do Plano e Orçamento para o próximo ano, estas já de âmbito mais concreto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No sector das Pescas, o próximo ano desenvolver-se-á num contexto particularmente difícil ao nível comunitário e mesmo mundial, criado sobretudo pelas consequências acumuladas de anos de sobre-exploração de recursos.

O ano de 1996 será marcado pela entrada em vigor da revisão do Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à U.E., que reflecte as novas tendências da Política Comum de Pescas, nomeadamente, no que diz respeito às medidas de controle dessa actividade.

O Reg. (CE) n.º 685/95, de 27 de Março, relativo à gestão dos recursos nas águas sob a soberania ou jurisdição de Portugal e Espanha, proíbe a utilização de redes de emalhar de deriva e de redes de cerco para a captura de tunídeos nas zonas CIEM X, ou seja, na zona dos Açores. Para além disso, e no que diz respeito à pesca dos tunídeos, fica excluído o acesso dos navios que arvoem pavilhão espanhol às águas insulares sob a soberania ou jurisdição de Portugal nas zonas CIEM X e COPACE, exceptuando, os navios que exerçam actividades de pesca por meios tradicionais no quadro de um acordo comum.

O estabelecimento, pela primeira vez na Região, de um sistema de quotas para algumas espécies demersais, será o facto mais relevante da política de Pescas para 1996, já que não foi possível em 1995 levar a cabo esta tarefa, contrariamente àquilo que eu tinha anunciado.

Para além dos objectivos políticos exhaustivamente definidos no Programa do Governo, e que me dispense de aqui referir, gostaria de salientar dois aspectos

fundamentais: a investigação e o aumento da importância da pesca do atum e a consequente produção de conservas.

A investigação relacionada com o estudo dos nossos recursos demersais, especialmente as espécies de grande valor comercial, quando comercializadas em fresco, deverá constituir uma tarefa prioritária do próximo ano. Com ela, teremos de conseguir programar de forma sustentada, o crescimento da frota costeira de palangre, não permitindo a sobre-exploração que seria altamente lesiva para os nossos interesses.

Uma novidade é que serão iniciados trabalhos de investigação relacionados com o esforço possível de pesca sobre as espécies destinadas ao isco vivo na pesca do atum. Reputo este trabalho de enorme importância, porque ele poderá determinar a velocidade de crescimento dessa mesma frota.

Saliento aqui, o papel fulcral do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, a quem cabe a condução dos trabalhos de investigação.

Contudo, naquilo que, directamente, e de forma muito significativa, afecta a actividade económica da Região, ou seja, o mercado das conservas de atum, vivem-se períodos difíceis. Competir com países cuja mão-de-obra é significativamente mais barata e produtiva do que a nossa, ou com elevado nível de subsidiação das conserveiras, por parte de outros países concorrentes, levanta dificuldades à colocação nos mercados exteriores, mesmo tendo em conta que nos posicionamos numa faixa de consumo de conservas de elevada qualidade, e mesmo contando com as ajudas do POSEIMA.

Para combater esta situação, é necessário encontrar soluções adequadas, como sejam, o contínuo financiamento dos custos resultantes das campanhas de promoção das conservas da Região nos mercados europeus, assim como o suporte das operações de warrantagem das mesmas.

Por outro lado, surge a exploração dos mercados em fresco ou congelado, de determinadas espécies de atum que deverá constituir uma diversificação importante da nossa frota, permitindo-lhe rendimentos adicionais mais significativos.

Considero indispensável também, e estamos já avançando nesse sentido, na medida do possível, continuar a melhoria da qualidade das estruturas de primeira venda de pescado e das condições oferecidas aos pescadores, nos principais portos de pesca. Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

"Em relação ao Matadouro das Flores, que foi a 2.^a pergunta que me fez, eu garanto-lhe que em 1995, teremos cimento e blocos, nas Flores, para iniciar a construção do Matadouro."

Esta frase pode ler-se na página 16, do Diário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, n.º 51, de 6 de Dezembro de 1994 e foi proferida pelo Secretário Regional da Agricultura e Pescas, do V Governo Regional, por altura da discussão do plano e orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o corrente ano.

Porque o plano e orçamento encontra-se em execução, e porque o titular desta Secretaria no VI Governo é o mesmo, gostaria de saber se, no entender do Sr. Secretário, não é descridibilizador para o Governo Regional, para a Secretaria Regional e para o próprio Secretário Regional, fazerem-se afirmações perante os representantes do povo açoriano que depois não são respeitadas porque, efectivamente, a menos de 2 meses do final do ano, não há nem blocos, nem cimento e muito menos Matadouro nas Flores?

Hoje, continua-se como há 40 anos a abater carne para o consumo público, num casinhoto, sem as mínimas condições higiénico-sanitárias e cujos sobejos são, pura e simplesmente, lançados no calhau junto à costa e que lá permanecem até que o mar os leve ou que sejam em parte consumidos pelas gaivotas, cães, ratos, etc..

Por isso, mais uma vez, gostaríamos de saber se o futuro Matadouro das Flores já tem projecto?

No caso de já existir esse projecto, quanto custará essa obra?

Está hoje instalada uma grande incerteza quanto ao futuro da nossa actividade agropecuária. Esta certeza radica-se, em termos políticos, na oscilação dos preços e nas dificuldades de escoamento de alguns produtos, nomeadamente, os bovinos vivos.

Que pensa este Governo sobre a necessidade e características que deverá ter uma rede regional de abate?

Que pensa este Governo a respeito da reestruturação que está em curso do sector industrial do leite e que tem tido consequências, nomeadamente na evolução do preço do leite à produção?

Lê-se no programa do Governo, a páginas 29, "manter-se-á em vigor o regime de compensação dos custos suplementares gerados pela ultraperifricidade ao escoamento de determinados produtos de pesca (atum), instituído pela União Europeia através do POSEIMA."

Pensa o Governo Regional ser justo e ser adequado que esta compensação de custos suplementares só tenham aplicação no sector do atum?

Uma vez que o actual Governo, assume, completamente, a política do anterior, e dado até, como aliás já foi referido, que o titular desta área é o mesmo, porque razão é que quando este assunto esteve em debate em instâncias da União Europeia, o Governo Regional não tomou posição clara em favor de uma opção que beneficiasse, além do atum, a pesca de fundo?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado do Partido Comunista Português, de facto, nem sempre consigo fazer cumprir com algumas afirmações em questões concretas que aqui profiro e está nesse caso o Matadouro das Flores. Por razões que me ultrapassaram, não consigo ter, neste momento, nem cimento nem blocos nas Flores, para fazer o Matadouro.

Questões relacionadas com a elaboração do projecto atrasaram, para além daquilo que eu pensava sobre esse facto. Mas sem estar a fazer mais nenhuma afirmação da qual me possa penitenciar futuramente, neste caso concreto, o projecto do Matadouro

das Flores está praticamente acabado e espero, com a brevidade possível, lançar a concurso público esse mesmo Matadouro.

Algumas das perguntas feitas pelo Sr. Deputado, se me permite a observação, teriam mais cabimento na discussão do plano e orçamento e não na discussão do programa do VI Governo. De qualquer das maneiras, não as quero deixar sem resposta.

Em relação à rede regional de abate, já está elaborado um plano dessa mesma rede. Esse plano e programa de actividades já foi presente ao Conselho do Governo.

O iniciar de uma forma faseada a construção das estruturas que suportam essa rede regional de abate, depende, objectivamente, de dois factores, ou seja, do seu financiamento e da participação comunitária para o mesmo. De qualquer das maneiras, o Governo tem preparado um documento extremamente claro sobre essa matéria.

Quanto à incerteza da exportação dos bovinos vivos, nós estamos vivendo uma situação de mercado e não nos podemos esquecer, Sr. Deputado, que nessas matérias, aqui há uns anos mandávamos sozinhos, mas agora, praticamente, não mandamos nada nesta matéria dos mercados.

Não sei se o Sr. sabe, mas, neste momento, o comércio do bovino vivo ou o comércio do bovino abatido, é totalmente livre em quase todo o mundo e ainda muito mais na União Europeia e daí que surjam flutuações no preço do mercado, muitas vezes imprevisíveis e que não é possível impor determinados mecanismos que antigamente se impunham para corrigir esses problemas.

No tempo em que vivíamos uma economia fechada, no tempo em que havia o monopólio da junta nacional dos produtos pecuários para a intervenção do mercado, estes problemas eram facilmente resolúveis, hoje, esses mecanismos não existem e, mais do que isso, são proibidos pela União Europeia em que nos encontramos integrados.

De qualquer das formas, estão, neste momento, a funcionar 3 mecanismos, ou seja, um mecanismo de suporte à exportação de bovinos vivos, um mecanismo de suporte à exportação de carcaças e vai passar a funcionar muito brevemente um mecanismo de suporte à exportação de carnes desossadas, até 31 de Dezembro.

O Sr. pergunta o que é que penso sobre a estrutura da transformação do leite nos Açores. Não sei qual a intenção da sua pergunta, mas o que penso, é que ela, neste momento, é extremamente diversificada. Tem um cariz em S. Miguel, outro na Terceira e no Faial, no Pico e nas Flores são completamente diferentes. Não tenho nenhuma indicação - talvez o Sr. Deputado tenha - de que essa estrutura teve directamente alguma influência no estabelecimento do preço do leite à produção.

Neste momento, o estabelecimento desse preço, decorre das relações de mercado. Elas são cada vez mais complexas com o nascimento e plurificação das grandes superfícies e chega-se até ao extremo, claro e objectivo, sem estar a escamotear a verdade, de que aparece no nosso mercado regional leite proveniente de países estrangeiros, sobretudo em embalagens de "Longa de Vida", mais barato que o nosso. Quanto aos custos suplementares suportados pelo POSEIMA/Pescas, mais uma vez vou esclarecer que, quando a questão do POSEIMA/Pescas foi apresentada na Comunidade, o Governo Regional apresentou a globalidade do apoio às pescas através do POSEIMA.

Essa globalidade foi liminarmente rejeitada pela Comissão que apenas atendeu ao problema das conservas de atum com o argumento da concorrência do mercado e na minha intervenção tornei isso bastante claro.

O assunto voltou a ser discutido este ano no seio da comunidade e, quando voltou a ser discutido, o Governo apresentou novamente a sua proposta de que seria útil estudar a extensificação dessas ajudas a outras áreas das pescas.

Mais do que isso, Sr. Deputado, no Parlamento Europeu, por iniciativa do Sr. Deputado Apolinário do Partido Socialista, depois com o apoio do Deputado do PSD, Costa Neves e do Deputado do Partido Comunista Português, foi votada, por unanimidade, uma alteração a essa medida que foi presente à Comissão que pura e simplesmente ignorou essa proposta. A única proposta que levou para ser discutida em Comité AD HOC e depois aprovada no COREPER, foi aquela que já detinha que era, exclusivamente, de apoio às conservas de atum e também à sua produção. Isso foi aprovado com a abstenção de 4 países, concretamente, a Inglaterra, a Holanda, a Alemanha e o 4.º país não me recordo.

Portanto, ao Governo Regional não podem ser imputadas nenhuma responsabilidade pela extensificação da ajuda do POSEIMA a outros sectores das pescas.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

Gostaria de pôr algumas questões suscitadas pela sua intervenção sobre a política agrícola e a política de pescas na Região.

Tendo em atenção que estamos a discutir um programa do Governo e não o plano e orçamento, começarei pelas orientações globais.

Dada a sua permanência na gestão desta pasta, já tive a oportunidade, nesta Casa e em Comissão, de dizer que a política agrícola seguida por V. Exa. e aqui defendida, tem privilegiado e continua a privilegiar na apresentação deste programa do Governo, a despesa em vez do investimento.

Aliás, V. Exa. na sua intervenção, continua a privilegiar a função social do sector que evidentemente a tem, esquecendo ou não dando igual relevo à função económica. Isso é mais evidente quando descemos às medidas propostas, senão, vejamos: aumentar a competitividade dos produtos agrícolas açorianos é, de facto, o objectivo geral.

Quando descemos ao particular, não encontramos referências a coisas concretas, algumas delas adiadas, como por exemplo, nós sabemos que aumentar a competitividade dos produtos agrícolas açorianos, passa no sector da pecuária por garantir a qualidade dos produtos, do leite, da carne, etc..

Sabemos que há legislação que aprovou uma nova classificação do leite, contudo, desde há longo tempo, essa classificação aguarda a aplicação.

Nada é dito neste programa do Governo sobre as intenções nesse domínio.

Também nada é dito, embora depois viesse a referir em resposta à pergunta do Sr. Deputado do Partido Comunista, sobre a rede regional de abate. Diz que já há um documento aprovado em Conselho de Governo. Contudo, não há neste programa

nenhuma referência a essa rede nem aos princípios enformadores. Eu já não falo em projectos eventuais, isso ficaria reservado para o plano e orçamento, mas sobre os princípios que enformam essa rede regional de abate, em que ilhas, que tipo de estruturas etc..

No que respeita ao sector das Pescas, também há omissões que eu gostaria de ver aqui esclarecidas e uma das mais significativas é a que se refere à pesca artesanal.

Sr. Secretário, não há uma única referência neste programa à pesca artesanal. A pesca artesanal contribui com quase metade do pescado descarregado nesta Região.

Também é verdade que no que respeita ao POSEIMA/Pescas, a orientação seguida até aqui, foi a de privilegiar a pesca do atum e o apoio à indústria conserveira do atum e não a de privilegiar a pesca artesanal, ou pelo menos equilibrar os apoios concedidos ao sector.

É verdade que depois da defesa no Parlamento Europeu pelo Deputado José Apolinário de propostas que apontavam para a criação de medidas de apoio à pesca artesanal, o euro-deputado Costa Neves, depois de vivamente as criticar, vem posteriormente dar a sua aprovação no Parlamento Europeu a encarrear ou pelo menos a dar algum apoio público às propostas socialistas.

Mas o que é verdade também e tem que ser dito, é que depois de aprovadas, as propostas no Parlamento Europeu que consagravam uma alteração a essa orientação, as mesmas não receberam orientações ao nível do Governo - e eu digo Governo Regional e ao anterior Governo da República - que possibilitassem a viabilização em Comissão das propostas aprovadas no Parlamento Europeu.

Esse é um facto indesmentível e que foi devidamente denunciado pelas organizações do sector.

Estranhámos por isso que V. Exa. venha aqui dizer que agora é outra a vossa orientação. Os factos não o comprovam.

Também no que diz respeito à pesca artesanal e no domínio das estruturas, não vejo referência alguma à reestruturação do sector, nomeadamente, o apoio a novas condições de trabalho em portos de pesca, como o porto de pesca de Rabo de Peixe, em que os trabalhadores trabalham, de facto, em condições inacreditáveis, ou porto

de Pesca da Ribeira Quente ou ainda outros portos de pesca de S. Miguel, para não falar de pequenos portos noutras ilhas.

Penso que a omissão no programa de qualquer referência à pesca artesanal, não é um mero acaso e gostaria de ver V. Exa., nesta Casa, corrigir essa omissão com garantias seguras de que este Governo é, de facto, um novo governo e vai alterar a política seguida até aqui para este sector.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Por motivos de tempo, terei que ser muito rápido, mas de qualquer modo, os problemas relacionados com a aplicação do POSEIMA no sector das pescas, voltaram a ser repetidos e escuso-me de fazer qualquer comentário ou intervenção em relação a essa matéria.

Em relação ao problema da rede regional de abate e em relação aos problemas advenientes da crise de exportação no sector das carnes, diz o Sr. Secretário que não mandamos nada no assunto.

Efectivamente, Sr. Secretário, essa é uma realidade, mas há outras realidades.

Quando o Sr. diz que vai haver apoios à exportação de animais vivos, à exportação de carcaças e à exportação de carne desossada, e quando diz que o plano regional de abate se encontra como documento elaborado e que, infelizmente, nas Flores, não foi possível lançar ou tão pouco fazer o projecto para o Matadouro, implicitamente, o Sr. Secretário está a admitir - por muitas medidas que sejam levadas a cabo - que essas medidas não vão contemplar todos os cidadãos desta Região.

Como é possível os agricultores desta Região beneficiarem do apoio à exportação de carne desossada, do apoio à exportação de carcaças, enquanto tiverem matadouros como aquele que o Sr. tem na Ilha das Flores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu terei a oportunidade, quando for a discussão do plano e orçamento, de dizer ao Sr. Deputado do Partido Socialista que, em relação ao investimento na Região, estamos, neste momento, acima dos valores orçamentais do Quadro Comunitário de Apoio e das próprias disponibilidades orçamentais da Secretaria.

Neste momento, só em carteira, de um único regulamento comunitário de projectos a investimentos da área agrícola, temos cerca de 4 milhões de contos em carteira.

Para dar uma outra ideia, no sector de transformação, em cerca de 9 anos, foram investidos 9 milhões de contos na Região e em carteira estão projectos que totalizam mais de 5 milhões de contos de investimento. Falei-lhe apenas num regulamento de investimento, o 2328, porque se lhe falar numa portaria regional que contempla o chamado PEDAPA, esses números sobem substancialmente.

Quando refiro que a agricultura da Região é, será e continuará a ser um forte suporte social das nossas ilhas, é uma opção política que está descrita no plano, no programa do Governo. É uma opção política minha de há longo tempo, onde refiro que devemos optar por um modelo de desenvolvimento que tenha como objectivo final a sobrevivência do maior número possível de explorações, porque em alternativa não se encontra emprego para os empresários que deixem a actividade agrícola.

No caso do investimento das verbas destinadas à agricultura, nós estamos muito acima daquilo que seria normal esperar.

Quanto ao problema da classificação do leite, obviamente, o Sr. tem razão em levantar o problema.

De facto, está publicada toda a legislação e ainda não se iniciou o processo de classificação. Tem sido terrivelmente difícil correlacionar as diferentes entidades envolvidas para que cheguemos a um acordo e arranquemos, de facto, com a nova classificação do leite no sentido de, por um lado aproveitar as estruturas existentes e disponibilizar a nova classificação de investimentos vultuosos e, por outro lado, pôr as diferentes partes em presença com a ausência total de graus de desconfiança e a fim de poderem trabalhar em conjunto.

Não está, neste momento, em vigor na Região a nova classificação do leite por uma grande dificuldade em pôr as diferentes partes em presença de acordo como ela deve funcionar.

No caso concreto da Ilha Terceira, já temos uma luz verde a indicar que os diferentes parceiros sociais atingiram um acordo e que será possível, brevemente, principiar essa classificação.

No caso de São Miguel, ainda não foi possível atingir esse acordo e sem esse ele a nova classificação do leite não se pode iniciar porque ela se pendurava numa comissão de fiscalização relacionada com a actividade do SERCLA.

Sr. Deputado, eu só posso falar daquilo que me é possível expor claramente.

E quando falei na rede regional de abate, falei num programa global que está de certo modo aprovado. Passar desse programa para a efectivação prática de projectos e de obras, não é possível, porque não há disponibilidades financeiras no actual quadro financeiro do plano.

O mesmo se passa com uma pergunta feita em relação a obras em determinados portos de pesca. Aí, também tenho que lhe dizer, claramente, para que não esteja a encobrir nada a ninguém, que existem já soluções equacionadas para alguns portos de pescas da Região.

Neste momento, eu não posso anunciar a sua implementação na prática, porque não existem possibilidades financeiras de o fazer. Gostaria de fazer tudo muito depressa, mas infelizmente não o posso fazer e assumo essa responsabilidade.

Quanto à pesca artesanal, eu penso que há um equívoco. Eu não quis criticar de forma alguma o Sr. Deputado Apolinário do Parlamento Europeu.

A iniciativa do Sr. Deputado Apolinário foi excelente para mim. O que eu quis foi demonstrar que a Comissão, face a uma proposta do Parlamento Europeu votada por unanimidade, não a respeitou e manteve a sua própria proposta que aliás já tinha mantido quando nós fizemos, logo no início do POSEIMA, a proposta de estender à restante pesca os subsídios do POSEIMA. A Comissão entendeu que, a única justificação encontrada plausível reside no caso da exportação das conservas de atum. Aliás, ela fez o mesmo raciocínio para as conservas que já tinha feito antes no que diz respeito ao POSEIMA/Vaca leiteira.

Falar que está omitida a pesca artesanal, eu não sei muito bem de que é que estamos a falar.

Se falamos de pesca artesanal de barco de boca aberta, existem apoios financeiros para que esse barco continue a sua marcha sem ninguém querer fazer o seu abate definitivo e ele tem o seu lugar na economia da Região.

Se falamos de pesca artesanal a chamada pesca costeira, ela tem apoios comunitários e apoios regionais e tem-se feito um aumento da frota costeira da Região de forma significativa.

Por outro lado, é óbvio que quando estamos a falar de preços e de mercado, não tem nenhuma similaridade o mercado e o preço chamado demersal, do chamado peixe de fundo, versus o peixe destinado à conserva. Aí, os preços têm que funcionar de forma a proporcionar ao pescador um rendimento que eu considero bom.

O que acontece é que a forma de distribuição desse rendimento na pesca artesanal, assim chamada barco de boca aberta, é uma fórmula que penaliza o trabalhador por conta de outrém versus o armador. Mas não há legislação que consiga alterar isso, não é possível alterar essa situação que é chamada a situação do "monte maior", ou seja, um homem que mete 16 ou 17 pescadores a bordo de um barco de boca aberta, se ele é o dono do barco, quando chega a terra tem 5 partes para ele, paga as despesas todas do barco e o que fica para ele é um excelente ordenado ficando para os trabalhadores muito pouco dinheiro. Mas isso é uma situação que é inalterável, porque não se legisla sobre essa matéria.

Por outro lado, tem havido uma grande distinção entre a pesca que se executa, a pesca de demersais que se executa nas Ilhas do Faial, Pico e da Ilha Terceira e aquela que se executa em S. Miguel. Há profundas diferenças sociais e económicas entre estes dois grupos, porque num lado até há falta de mão-de-obra e esta mão-de-obra que aqui trabalha é da Madeira ou de países estrangeiros, enquanto que em S. Miguel os excedentes de mão-de-obra, dificilmente e com grande dificuldade os temos que canalizar para a frota de pesca costeira. Aliás, muito dela em S. Miguel também é de trabalhadores que não são dessa ilha.

Não há aqui uma ausência de se falar na chamada pesca artesanal, há é uma continuidade de acções que eu não vejo necessidade de as alterar, neste momento, no respeitante à pesca em si.

Quanto à questão do POSEIMA, eu fui suficientemente claro. A sua observação de que o Governo não deu orientações à Comissão, ele não pode dar orientações a partir do momento que ela já tem a proposta em cima da mesa.

O Governo já tinha antes disso voltado a propor o que sempre propos. O Governo estava apoiado indirecta e directamente pela proposta do Parlamento Europeu.

A Comissão assim não o entendeu e tanto não entendeu que a própria proposta da Comissão que já é restritiva, passa apenas por 3 anos, tem que ser rediscutida em 96 e passa com a abstenção de 4 importantes países.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr, Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Apenas para fazer uma precisão.

Quando se tratou da discussão desse regime de compensação, o Partido Socialista, na Região, em colaboração com o Sr. Deputado do Parlamento Europeu, José Apolinário, fez apresentar uma proposta que visava a afectação da parte do montante desse regime para a pesca artesanal.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas criticou publicamente essa proposta, opôs-se publicamente a essa proposta.

O Sr. Deputado Costa Neves criticou e opôs-se publicamente a essa proposta e no Parlamento Europeu fez a mesma coisa. É preciso ir às origens procurando a verdade como estas coisas se desenrolaram.

A seguir, verificando o impacto negativo, nos Açores, de uma posição dessa natureza, baseada na ideia de que não se devia reduzir qualquer montante para o atum porque era necessário, os Srs. fizeram chegar ao Parlamento Europeu uma proposta em que adicionavam - os senhores, o Deputado Europeu nessa circunstância - outro montante para além do montante que já estava inicialmente previsto só para o atum, destinado à pesca artesanal.

Tendo os Srs. se oposto à proposta do Partido Socialista, esta segunda proposta foi aprovada por unanimidade, porque o Partido Socialista tinha como prioridade, como interesse, salvaguardar que também a pesca artesanal e as outras espécies para além

do atum, fossem objecto desse regime de compensação e agimos sempre no sentido do interesse regional. É essa segunda proposta que já não passa na Comissão.

O argumento não é definitivo em relação a ser só o atum como reflexão por parte da Comissão, até porque esse argumento embora tenha valido também para as Canárias, não valeu por exemplo para a Guiana.

O argumento que se conhece é que a Comissão é sensível ao argumento financeiro, ao argumento do montante, ao argumento da alteração do aumento do montante.

Para não tirar uma pequena verba ao atum, acabou-se por não se contemplar a pesca artesanal. Essa é que é, na nossa opinião e na leitura factual que nós fizemos da sucessão destes acontecimentos, aquilo que se passou nesta matéria.

É por isso, creio eu, que algumas estruturas ou instituições, o criticaram recentemente e na minha opinião com muitíssima razão.

Fica aqui o esclarecimento da nossa parte.

De resto, eu tenho visto que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas é sempre impreciso no tratamento factual destas questões, insistindo sempre apenas numa parte do problema.

Estivemos todos por unanimidade nesta questão, mas a Comissão não quis. Isso é parte, do problema mas não é todo o problema, nem é a descrição factual que era necessária fazer e clarificar neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Carlos César repôs a verdade dos factos em público.

As posições são públicas de parte a parte e o próprio Sr. Secretário veio, nas explicações, dizer a verdade, afirmando textualmente que "não há falta de apoio à pesca artesanal, há é continuidade da política".

Há continuidade da política Sr. Secretário, porque no passado também não houve apoio à pesca artesanal e no presente o Sr. Secretário continua a não conceder apoios e vem-se justificar com falta de verbas. Mas para além das verbas, há, de facto, uma omissão completa de intenção de apoio e não houve do ponto de vista da acção, no

que respeita ao caso concreto do regime de compensação previsto no POSEIMA, uma acção decidida junto da Comissão. É evidente, Sr. Secretário, que o Sr. não pode impor à Comissão, mas também é claro que a Comissão é susceptível quando há coincidência de posições que vêm dos Governos nacionais e do Parlamento Europeu. O facto é que isso não se verificou. Não houve apoio declarado da parte da sua Secretaria à posição aprovada no Parlamento Europeu, antes pelo contrário. Também é verdade que não chega dizer que se quer apoiar os pescadores dos barcos de boca aberta ou a pesca artesanal, porque embora existam linhas comunitárias, neste programa do Governo, no que respeita à linha estrutural para essa actividade, não existe uma única referência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos César:

Eu posso ser impreciso, posso não ser suficientemente claro, mas garanto-lhe que nunca menti a esta Câmara.

Aquilo que o Sr. chama de "críticas públicas" feitas por mim à posição do Deputado Apolinário do Parlamento Europeu, se me permite, não podem assim ser chamadas.

Aliás, o Partido Socialista, também publicamente, fez saber a toda a gente que o Deputado Apolinário tinha a proposta no Parlamento Europeu e foi-me perguntado o que é que eu pensava. Respondi com muita franqueza que com a experiência que eu tenho da posição da Comissão sobre esta matéria, "temo que a proposta do Deputado Apolinário não consiga nada".

Deputado Carlos César (PS): Foi o que veio escrito!

O Orador: Desculpe, não está escrito em lado nenhum que eu sou contra à proposta!

Deputado Carlos César (PS): Eu não tenho aqui o jornal, mas isso foi publicado!

O Orador: Se algum jornalista disse isso, não transcreveu as minhas palavras na íntegra, porque eu não fui contra a proposta. Eu disse e continuo a dizer que, naquela altura, as informações que eu tinha disponíveis é que a iniciativa do Sr. Deputado iria novamente ter na Comissão a mesma posição, porque tinha dados suficientes para isso.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas não chegou nada à Comissão!

O Orador: A proposta do Parlamento Europeu chegou à Comissão!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): A outra. Os Srs. fazem outra para encobrir essa!

O Orador: O Sr. Deputado desculpe, mas eu não fiz proposta nenhuma, nem tenho nada a ver com as alterações que foram feitas no Parlamento Europeu!

O que eu posso afirmar contra as acusações que me são aqui pessoalmente feitas e que eu tenho que negar, porque estou aqui como Secretário da Agricultura e Pescas, como Adolfo Lima, é que a minha conduta perante este processo desde que ele se iniciou, ou seja, desde que se iniciou o POSEIMA - e até na altura não estava previsto nenhum POSEIMA para as pescas - nós é que iniciámos esse processo há alguns anos - a minha proposta englobava tudo isso.

Deputado Fernando Lopes (PS): Foi o Deputado Cunha de Oliveira que iniciou esse processo!

O Orador: Desculpe, o Sr. não tem razão no que está a dizer, porque a proposta do POSEIMA é discutida muito antes de ser discutida no Parlamento Europeu. Muito antes de tombar no Parlamento Europeu, a proposta do POSEIMA é discutida connosco e com os restantes estados-membros em Comissão. Nessa altura, há propostas da Região sobre a pesca e essas propostas eram extensíveis a todo o arquipélago e foram legadas pela Comissão. Isto é a verdade.

Que depois o Sr. Deputado Cunha de Oliveira tenha iniciado uma tarefa no Parlamento Europeu, acho muito bem, mas eu estou a responder pelas acusações que me são feitas, não estou a responder por aquilo que os outros fazem. É a essas acusações que eu estou aqui a responder perante o povo açoriano que é representado perante os senhores.

Enquanto membro do Governo eu fiz tudo o que estava a meu alcance, na devida altura e nos lugares próprios, para que o POSEIMA fosse extensível à restante pesca, mas não consegui isso. É a isso que eu estou a responder e não pela iniciativa dos outros se são boas ou más ou de alguma imprecisão das mesmas.

Foi-me feita uma acusação a mim e ao Governo que eu pertença e é a isso que eu estou a responder, garantindo a esta Câmara que, falando verdade, foi essa a minha disposição, foi essa a minha luta, mas não consegui.

Quanto aos apoios à pesca artesanal, eu falo daquilo que a Secretaria possui distinguindo duas coisas, a pesca do barco de boca aberta e a pesca de demersais - pesca costeira - de barcos cabinados.

Não sou obrigado a mudar a minha política porque o Sr. a considera má.

Eu considero que esses apoios que existem actualmente são suficientes e que o mecanismo preço do peixe demersal é suficiente para compensar a pesca artesanal. O que está errado é essa distribuição da riqueza ao nível dessa mesma pesca e isso, nem eu, nem esta Câmara podem alterar. É destas acusações que me são feitas que eu me estou a defender e estou a esclarecer a Câmara.

Se há aqui alguma imprecisão, eu peço as minhas desculpas, mas estou a dizer aquilo que eu penso sobre esta matéria, aquilo que eu fiz sobre ela e aquilo que fez o Governo a que eu pertença.

Os apoios que existem actualmente à pesca costeira, à pesca de demersais, são considerados, por mim, suficientes. Se os Srs. não consideram estão no seu direito. É por isso que são oposição.

O preço pago por demersal na Região é altamente compensatório.

A razão porque às vezes não se encontram em barcos de maior porte rentabilidade económica, não tem nada a ver com o preço do peixe, tem a ver com a disponibilidade de recursos, com os impostos que caem sobre a própria pesca, etc., etc., etc..

Eu vim aqui defender aquilo que eu fiz, tentando memorizar historicamente o processo e sem estar a acusar ou a defender os outros, porque eu não tive parte nessas iniciativas.

O POSEIMA, antes de tudo, é discutido à porta fechada com os elementos da Comissão e nessa altura estas propostas foram apresentadas, como foram apresentadas muitas outras. Nós não obtivemos sequer 50% das propostas que apresentámos.

Neste momento, está em Comissão uma proposta de alteração ao POSEIMA agrícola que nem sequer foi apreciada em Comité AD HOC, por razões financeiras.

Eu não estou a fazer aqui propaganda dessas propostas de alteração, porque entendo que não o devo fazer. Isso é da minha responsabilidade. É a isso que eu estou a responder tentando falar verdade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Depois de esclarecidas algumas imprecisões, aceito, de boa fé, as declarações de V. Exa., mas isso também vem levantar outras questões.

Quem é que defendeu em Parlamento Europeu ou junto da Comissão essas tais propostas que nós sabemos que foram contra os interesses regionais?

O Sr. Secretário, em relação à pesca artesanal, vem dizer quer no que respeita aos apoios ao investimento quer à política de preços, que existem os mecanismos suficientes. O Sr. continua a não responder à questão sobre a política estrutural para o sector.

Eu fiz-lhe perguntas sobre as condições de trabalho nos portos de pesca, sobre as alterações dos mesmos e neste programa V. Exa. voltou a não referir a alteração de política para a pesca artesanal.

Nós sabemos quais são as condições de pesca no porto de Rabo de Peixe.

Nós sabemos o que se passa no porto da Ribeira Quente, porque vieram a público organizações do sector.

Também sabemos o que é que se passa noutros pequenos portos desta Região e o Sr. Secretário não falou sobre o assunto. O Sr. desculpe, mas eu volto a repetir a questão.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu não lhe posso responder a questões para as quais eu não tenho resposta.

Política estrutural da pesca artesanal, é um grande palavrão e depois fala-me nas infraestruturas.

Eu já lhe disse que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas não pode, no programa do VI Governo, dizer que vai fazer o porto de Rabo de Peixe ou da Ribeira Quente.

O que lhe posso responder é que temos soluções técnicas para isso, mas não as pode pôr ainda em prática, porque não temos verbas disponíveis para isso. Disse o Sr. Presidente da Câmara da Povoação acompanhado por 12 pescadores diante de mim. Já o disse publicamente diversas vezes. Não lhe posso responder a uma pergunta para a qual não tenho resposta.

O Sr. Deputado pode até dizer que eu devia ter resposta.

Paciência, não tenho!

No entanto, reafirmo que a política da Secretaria em relação à pesca artesanal, não no sector de infraestruturas ao serviço dessa pesca, na minha opinião pessoal, é suficiente. Tanto assim é, que o Sr. também não comentou uma observação feita por mim da forma como a pesca é remunerada. Porém, as infraestruturas indispensáveis, de facto, a uma reconversão que não existem em alguns sítios, e essas infraestruturas têm a ver com as obras dos portos, obviamente eu não vou fazer aquilo que não posso fazer, embora tenha a certeza absoluta interiormente de que necessitava de as realizar. Mas, face aos meios disponíveis e à distribuição desses meios, algumas coisas são sacrificadas, como por exemplo, algumas estradas, hospitais, escolas, portos de pesca, caminhos de penetração, abastecimento de água à lavoura, etc., etc., etc..

Há matadouros sacrificados, como o Sr. Deputado do Partido Comunista Português levantou aqui a questão e muito bem.

Eu, de acordo com a minha programação, já devia ter o Matadouro das Flores em andamento e não consegui ter. Eu estou aqui falando das coisas que me dizem pessoalmente respeito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para duas observações.

Como o Regimento permite, por mútuo acordo, eu posso facultar a palavra ao Sr. Secretário, se o Sr. Presidente assim o entender.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria terminar esta intervenção com uma questão que gostaria de ver debatida, em profundidade, noutra altura, ou seja, o problema do apoio ao POSEIMA restringido às conservas do atum.

Sr. Deputado, que fique aqui, publicamente, dito por mim que uma das maiores preocupações que tenho no sector das pescas, senão a maior preocupação, é o que se está a passar, neste momento, no sector conserveiro.

Sabe porquê?

Porque sem conservas de atum não há pescas nos Açores. Sem conservas de atum, há milhares de desempregados nos Açores.

Eu estou terrivelmente preocupado com o sector conserveiro na Região, porque ele não está escapando como não está escapando o sector conserveiro de Portugal Continental, tal como o de Espanha e o de França.

O que se está passando, neste momento no sector do atum é muito pior que o sector conserveiro da sardinha, porque, enquanto que a sardinha é considerada um "commodity" e pode ter preços sectoriais apoiados, o atum não tem esse suporte. E se não tivéssemos um mercado de elevadíssima qualidade, que é o mercado para onde conseguimos vender a preços que são o dobro do preço dos outros e este apoio do POSEIMA, as fábricas já teriam fechado.

Eu tenho que testemunhar aqui, a minha preocupação social sobre esse problema e coloco-a no topo das minhas preocupações relativamente às pescas, mais acima da pesca artesanal e mais do que tudo o resto, porque dela dependem milhares de empregos. Não faz sentido pescar atum na Região para exportar em fresco, pelo menos nas quantias para viabilizar a frota que nós temos.

É por isso que eu às vezes não durmo a pensar nessas coisas. Não é porque esteja a favorecer um sector em detrimento de outro, é porque estou a ver dentro de mim as implicações num sector a jusante e a montante.

A minha tentativa de procurar aumentar a pesca do bonito e do patudo, fundamentalmente, - e há aqui nesta Sala quem percebe disto - é porque sem 10 mil

toneladas de peixe por ano, não há possibilidades de viabilizar o sector conserveiro da Região. Cada vez que se importa atum, Sr. Deputado, as fábricas perdem dinheiro. Se me perguntasse, se eu não tivesse mais nada que fazer, se não tivesse dinheiro para mais nada, qual a minha maior preocupação, eu dir-lhe-ia: o sector conserveiro do atum, pelos empregos que esse sector significa na Região para os quais não há alternativa. É uma preocupação económica e sobretudo social. E digo-lhe, Sr. Deputado, nem sequer os próprios barcos que pescam atum, se viabilizam economicamente nas actuais condições. Se não fosse o suporte que o Governo está dando, já tinham encostado todos à doca!!

Desculpe o calor que eu ponho nas minhas palavras, mas estou a defender uma coisa que sinto e que sei de que é que estou falando!

Desculpe Sr. Deputado Carlos César por o ter interrompido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu também estou de acordo com estas suas observações sobre a questão da indústria da conserva, mas o que eu acho é que o Sr. não deve ter só "calor" em conserva, deve ter também calor genuíno, artesanal - digamos - ao avaliar a situação da exclusão social, as dificuldades sociais e o desemprego que resultaria, numa como noutra circunstância.

Se há milhares num lado, também há milhares no outro.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Muito bem estruturado! Não há comparação!

O Orador: Haverá uns 4.000 que fazem pesca costeira e artesanal, que são pessoas que, como se sabe, são chefes de famílias numerosíssimas e que vivem problemas gravíssimos, têm uma extensão muito maior que o seu próprio rendimento e têm confluências com problemas conhecidos como o da habitação, promiscuidade etc., etc..

Portanto, há também uma prioridade social no tratamento do problema económico das pescas que não pode ser, de forma alguma, ignorado nos Açores e que, em minha opinião, - e não se trata de pôr a minha opinião em evidência - é resolvido ou

amenizado com montantes financeiros, incomensuravelmente, inferiores àqueles que são necessários na área das conservas e da indústria conserveira.

De resto, V. Exa. sabe que a indústria conserveira nos Açores tem recebido **largos milhões de contos** nos últimos anos a título diversíssimo, até a título de situações que eu não posso ter a certeza se ocorreram ou não em relação às razões de concessão desses subsídios, mas é matéria que quando eu tiver a certeza, não deixarei de repôr nesta Assembleia.

Gostava também de dizer outra coisa, Sr. Secretário: eu já ouvi dizer que o Sr. afirma que agora é que vamos tratar do problema da agricultura, espera que este Governo seja sensível ao problema da agricultura.

Também percebi na elaboração do seu discurso que era esse o tom que dava especial ênfase, designadamente, ao peso da agricultura nos Açores. Parece que agora é tudo. Sobretudo, parece que antes não era nada, que uma imensidão de pessoas antes não eram co-responsáveis de coisa nenhuma nos Açores. É uma situação estranha e, permita-me a expressão, do ponto de vista do julgamento da opinião pública, é uma situação aparentemente fraudulenta!

É necessário que se esclareça quem é que tem responsabilidades nesta Região por se ter investido mais, ou menos, neste sector ou no outro, ou por não se ter tido uma política de correcta avaliação de prioridades. São matérias sobre as quais talvez seja necessário as pessoas reflectirem e serem verdadeiras sobre as mesmas.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

As suas intervenções neste debate, revelaram-me outro aspecto que espero venha a mudar com este Governo, visto que este Governo assentou a sua proposta de mudança em questões de ordem metodológica e não em questões de ordem política. Eu não me apercebi, no programa do Governo, de qualquer alteração política em relação à forma deste executivo se apresentar e cumprir o resto do mandato eleitoral. Percebi que com alguma insistência, mas que também atribuo à personalidade e às características próprias daquele que é hoje o Presidente do Governo Regional, se tenta uma alteração metodológica à necessidade de informar e à necessidade de dialogar que são, de resto, necessidades que o Açores sentem desde que o anterior Presidente do Governo Regional tomou posse.

Nós percebemos uma questão: o Sr., por exemplo, nunca nos disse muitas das coisas que hoje aqui referiu, como seja o caso das suas diligências na Comunidade, os problemas que tem, as proposta que não foram aprovadas porque umas ficaram para trás, outras para a frente e "eu não consegui"...

O Sr. sabe o que é o diálogo? Sabe o que é a informação?

O Sr. Secretário, atempadamente, devia sobre todos esses problemas e na defesa do interesse regional, ter compartilhado essas informações, esses problemas e essas dificuldades, inclusive com a oposição, porque o nosso interesse nessa matéria seria também o interesse dos Açores. E talvez em algumas circunstâncias a gente pudesse dar ajuda, de acordo com a influência que pudéssemos ter noutra situação.

O Sr. provou nesta Assembleia que o passado, afinal, ainda está no presente e, pelos vistos... até é candidato ao futuro!

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou mudar de tónica.

Todas as vezes que abordarmos as áreas da sua Secretaria, agricultura e pescas, sempre relevamos um facto que é evidente, ou seja, a desadequação da escola à realidade em que vivemos sobre uma perspectiva económica, sociológica, etc..

Por isso, aquilo que este ano se prepara ou vai acontecer, merece da minha parte uma saudação especial.

Mas, atendendo ao facto de que uma das experiências a efectuar no Pico, no Matos Souto, o número de candidatos ultrapassou e de que maneira - isso é sintomático em relação às perspectivas que sempre aqui evidenciámos da escola para a vida - eu gostaria de lhe perguntar muito rapidamente, quais as áreas privilegiadas?

Quais são os apoios?

Isso é da responsabilidade directa da sua Secretaria, ou há uma ligação ou acordo com a Secretaria da Educação e Cultura?

Embora eu admita que para começar com 18 alunos, está feito, é uma iniciativa com "pernas para andar", há a perspectiva de crescimento dessa iniciativa?

Eu considero-a fundamental para dar à escola a tónica que ela deve ter, ou seja, o enquadramento com a vida económica e social onde ela está inserida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se o Sr. Deputado Carlos César me permite, o Sr. fez uma intervenção inteligente e habilidosa acerca daquilo que eu disse e esclareci um pouco com o "coração na boca".

O Sr. Deputado tirou ilações acerca daquilo que eu aqui disse que são legítimas e são a sua interpretação.

Quando eu digo que o sector conserveiro traz-me maiores preocupações do que o da pesca artesanal, eu, especificamente, disse-o, porque é que isso acontecia. O Sr. contrapõe e muito bem, afirmando que também há inúmeras famílias, milhares de famílias, que vivem da pesca artesanal - está falando com certeza do chamado barco de boca aberta - e as quais têm problemas complicados de sobrevivência económica e social.

Eu tinha respondido há pouco, com um certo cuidado, que encontro na chamada pesca artesanal, uma remuneração do produto - por isso é que talvez as minhas preocupações não sejam tão grandes tanto num lado como no outro - suficiente para que houvesse muito menos problemas do que esses que o Sr. apontou. Só que a distribuição da remuneração do preço do produto não é feita adequadamente.

Vou-lhe dar um caso concreto: o Sr. pesca num barco de boca aberta em Rabo de Peixe, vai para o mar com 16 homens a bordo.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Deixe-me só acabar.

Eu já o ouvi pacientemente, se o Sr. não tem paciência para me ouvir, eu calo-me já!
Voltando ao assunto, o Sr. pega nesses homens que vão pescar, alguns deles estão lá para fazerem parte da distribuição do monte maior do armador, há ordenados como o dono do barco que podem chegar a 200 contos por mês e há ordenados dos homens que trabalham por conta de outrém, que são os tais pescadores, de 20 contos por mês. Nós estamos aqui a falar de um rendimento que em relação ao peso pago pelo produto base, é um preço altamente remuneratório, como o cherne, o goraz, a garopa, o boca negra etc., só que a distribuição desse rendimento é desadequadamente feita, não é corrigível por qualquer via legal.

É isso que a par dos problemas de carácter social que se vivem, mais concretamente em Rabo de Peixe e Ribeira Quente do que noutros sítios da Região, surgem esses problemas que extravasão à própria pesca.

Quanto aos milhões de contos dados à conserva, comparados com os milhões de contos que os governos dos estados-membros e os governos regionais dão às conserveiras dos seus respectivos países são, passo a expressão, "peanuts" como dizem os americanos!

As nossas principais concorrentes, quer no mercado italiano quer no espanhol, são subsidiadas incomensuravelmente mais, do que são as conserveiras portuguesas, porque isto não se passa só aqui nos Açores.

Era nesse sentido que eu queria dar uma resposta com menos calor, mas tentando explicar-lhe porque é que eu tenho este tipo de preocupações.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes, eu considero essa iniciativa extremamente importante. Penso que ela ainda é bastante diminuta em relação à realidade das nossas necessidades. Mas tinha pensado quando fosse a discussão do plano e orçamento fazer na minha intervenção, uma referência específica a esses casos, da forma como são financiados, quem financia, que hipótese de crescimento é que eles têm, etc., etc., etc.. Se me permite, reservava essa altura para isso.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo. Recomeçamos os nossos trabalhos às 15.30 horas.

Eram 13.15 horas.

Presidente: Srs. Deputados boa tarde. Agradecia que tomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 15.45 horas.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que comece por saudar V. Exa. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional formulando votos de felicitações pessoais e políticas no desempenho das elevadas funções que agora assume por vontade maioritária desta Câmara.

Faço votos igualmente para que o seu mandato contribua para colocar esta Assembleia no centro do debate político, cumprindo-se o desiderato natural e fundamental do sistema democrático e parlamentar que a Constituição e o Estatuto consagram para esta Região Autónoma.

Peço vénia também para cumprimentar V. Exa. Senhor Presidente do Governo Regional, bem como os Senhores Secretários do VI Governo Regional, neste momento de investidura perante a Assembleia Legislativa.

Tendo V. Exa., em virtude de circunstâncias anómalas de todos conhecidas, trocado a cadeira aqui atrás de mim pelo lugar de Presidente do Governo, é legítimo que se espere uma postura diferente em relação a esta Casa, que contribua para o seu prestígio e dignificação como órgão máximo da autonomia, onde o povo se reveja e onde os eleitos participem empenhadamente nos principais actos de decisão política.

As suas palavras esta manhã, auspiciam, de facto, um relacionamento diferente.

É também por isso oportuno e urgente colocar de novo na ordem do dia propostas legislativas apresentadas pelo Partido Socialista, designadamente as que respeitam ao processo de acompanhamento das questões europeias e à alteração do Regimento, com vista a conferir maior operacionalidade, maior proximidade com os eleitores e maior transparência à actividade legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

Os resultados das últimas eleições nacionais que outorgaram ao Partido Socialista uma maioria para governar Portugal, abriram um novo ciclo na vida política portuguesa depois de uma longa governação do PSD muitas vezes autocrática, clientelar e centralista como temos vindo a sublinhar desde há muito nesta Assembleia.

Centralismo e falta de diálogo foram na verdade os principais elementos caracterizadores da relação política existente até aqui, entre o Governo de Lisboa e a Região Autónoma.

Um forte desejo de mudança sentido pelos portugueses e expresso de forma tão significativa nas urnas, chegou também aos Açores e aos açorianos gerando expectativas que não podem ser defraudadas.

O novo governo do PS que recentemente tomou posse e foi investido há três dias na Assembleia da República, não esqueceu as Regiões Autónomas assumindo programaticamente e com coragem, medidas de acção política há muito reclamadas por todos nós, mas sempre e sistematicamente adiadas pelos governos do PSD.

A postura política determinada e dialogante do actual 1.º Ministro, constitui para o PS/Açores a garantia de que as Regiões Autónomas podem aspirar a melhores dias, um quadro de normalidade democrática e de estabilidade, colocando definitivamente de lado tensões e suspeições quantas vezes artificialmente alimentadas ao longo de 20 anos de autonomia.

Espera-se por isso que as autoridades regionais procedam de igual modo, adoptando um comportamento político de responsabilidade, de rigor e de diálogo democrático.

Da verificação destas premissas ficará a dever-se em larga medida a consolidação de uma autonomia que assegure o nosso desenvolvimento e o nosso futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

Foi no raiar deste contexto político novo, que o anterior Presidente do Governo resolveu abandonar o barco reconhecendo implicitamente que o rombo era grande e que a água se aproximava perigosamente do convés.

O "timoneiro" ou "homem do leme" como se auto-proclamava há 3 anos atrás, incapaz de conduzir o barco "no rumo certo" como então dizia, foi o primeiro a ir

embora, não esquecendo contudo de colocar o colete salva-vidas que lhe permite agora olhar da Assembleia da República o que se passa lá longe numas ilhas do Atlântico.

É legítimo questionarmos, como poderia ser um bom Presidente do Governo, aquele que recusou o cargo para que foi eleito, evitando prestar contas aos eleitores no término do seu mandato.

Vem a propósito citar um dirigente do Grupo Parlamentar do PSD que em 17 de Novembro de 1992 a respeito de outra situação afirmava:

"Pensamos que é humilhante a fuga de um agente político, do julgamento da sua acção, pelo povo que o elegeu".

(Fim de citação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é sabido, o PS não exigiu a convocação de eleições antecipadas, nem o deveria fazer.

Se por um lado, questões da natureza técnico-jurídica impediam desde logo tal solução, por outro lado sempre seria necessário averiguar da existência de apoio parlamentar maioritário, que, no caso concreto se expressa pela aprovação ou não do Programa de Governo.

Essa averiguação contudo não dependia, nem depende do PS. Fique porém claro que uma coisa é respeitar as regras de um sistema que é por essência parlamentar e outra bem diferente é apoiar um programa e um governo que continua a não merecer a nossa confiança política.

Sem vacilar nas convicções e sem abandonar princípios de responsabilidade ética e política, o PS continuará assim a adoptar uma postura de total frontalidade e clareza na sua actividade pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É num quadro político nacional e regional assim sumariamente caracterizado que o VI Governo se apresenta a esta Assembleia.

Um governo que não é de "ruptura" nas palavras do seu Presidente, mas que é limitado no tempo e sobretudo na imaginação.

- O PSD não entendeu os sinais do tempo; o PSD não escutou a voz do eleitorado;

- O PSD mais uma vez quis manter a lógica de 20 anos de poder;

Do elenco governativo anterior saíram três secretários sem que se tenha percebido porquê, sendo a política a mesma, e mais uma vez rodaram cabeças de um lado para o outro ao sabor de inconfessáveis desígnios que nada têm a ver com conhecimento, competência ou especial mérito.

Sem um critério visível na sua composição, este Governo nasce torto, frágil e incapaz de fazer sair estas ilhas e os seus habitantes deste turpor e letargia em que nos afundamos cada vez mais.

Definitivamente, este Governo não apreendeu os sinais dos tempos.

Da leitura do programa, fastidioso nas "boas intenções", fica-nos uma sensação de injustificada e cautelosa continuidade.

Onde se esperavam, apesar das limitações temporais, ideias novas para um tempo novo, encontramos as mesmas ideias de um tempo velho.

Não existe qualquer diagnóstico sério e rigoroso da actual situação económica, financeira, social e política, não se enunciam medidas concretas de correcção dos problemas, é gritante a ausência de uma estratégia positiva para um crescimento económico sustentado e não se percebem as prioridades políticas.

Nada se acrescenta quanto à redução do défice público ou, quanto ao rigor dos subsídios e afastam-se da memória as empresas falidas, o desemprego crescente, enfim um passado crítico com o qual não se quer deliberar e definitivamente cortar.

Se confrontarmos o programa do V Governo com o actual programa do VI Governo, encontramos frases, parágrafos e páginas exactamente iguais numa intenção deliberada de perpetuar o mesmo rumo.

A reforma do sistema político, a desgovernamentalização da sociedade e de cargos cuja autonomia face ao executivo é essencial numa sociedade aberta, o reforço da vertente parlamentar e uma perspectiva moderna e mobilizadora para os Açores e para os Açorianos, são mais uma vez questões adiadas neste programa do VI Governo Regional.

Quando era necessário iniciar uma nova cultura democrática, e ganhar os açorianos para uma nova consciência de participação cívica, este Governo prefere manter-se no

"ciclo vicioso" das insuficiências de 20 anos sem a coragem e determinação que a história exige e o nosso povo reclama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com os mesmos protagonistas, com as mesmas ideias e conceitos, com a mesma postura política, o programa do VI Governo Regional bem podia ter um subtítulo.

"A Oeste nada de novo"

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O grito é a primeira manifestação de revolta do jovem perante o mundo.

Nasce chorando e gritando.

Sinais de presença e demonstração de vigor para a caminhada da vida. Caminhada que se torna difícil à medida que os dias, meses e anos vão moldando, estruturando, integrando este ser no mundo.

A revolta é prenúncio de mudança, de criatividade, de vontade, de força, de oportunidade.

Os jovens não querem ser só o futuro.

Querem ajudar a construir o presente.

Não se aceitam decisões sem diálogo, não se compreende política sem participação.

Dialogar é a acção que se pretende.

Cativar, incentivar, motivar são as vias que se aconselham.

Participar é o fim que se deseja.

Começamos com o compromisso de que "a política de juventude do VI Governo assenta fundamentalmente na aposta do espírito criativo e empreendedor dos jovens açorianos".

O desafio fica lançado.

Contem connosco.

A política de e para a juventude deve brotar de uma inter- sectorialidade.

Todas as áreas dizem respeito e são importantes e vitais para os jovens.

De Gaspar da Silva, espera-se a versatilidade do titular, com energia no Emprego e incentivos no Comércio e Indústria.

De Bento Barcelos, aguarda-se a prioridade na Educação, que para nós não é só uma paixão, mas sim um amor forte e ardente, que se enriquece na nossa Cultura e Património e se refresca no Desporto.

De Adolfo Lima, pretende-se uma safra abundante e uma colheita saborosa.

De Manuel Azevedo, exige-se um bom Ambiente, favorável ao Turismo, potenciador do futuro destes pedaços de lava.

Nem só quem casa quer casa e Jaime Medeiros terá de pôr as Obras Públicas a construir e os transportes a unir-nos.

A saúde das pessoas é prioritária. O acesso a um sistema de saúde cada vez melhor e mais perto das pessoas é e terá de ser cada vez mais uma realidade.

Saúde para todos e para António Menezes e também para Berta Cabral a quem se requer rigor nas Finanças que nos preocupam, e Planeamento do presente com futuro.

Em Alberto Romão depositamos confiança na aplicação de princípios e experiências de vida, consubstanciadas em velhos e novos valores que se buscam e se desejam.

A vida é feita de experiência.

A experiência faz o Homem.

Temos Homem.

Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Sra e Srs. Membros do Governo:

Pelo mundo fora alastram fenómenos de desemprego, droga, criminalidade, pobreza, instabilidade social.

O mar que nos separa de outras terras, já nos aproximou desses problemas.

Abrimos as portas e eles aqui estão.

A serenidade e a pacatez do viver ilhéu vão dando lugar a um clima de insegurança e à violência nos meios urbanos.

A realidade é conhecida de todos e deixa as nossas ilhas em sobressalto.

Em tempo de pensarmos o futuro, estas preocupações devem estar acima de quaisquer vontades ou ambições e serem condicionantes das prioridades a desenvolver.

Não só na ilha, tão só nos Açores.

Pretensões materiais, quantas vezes reivindicadas, quantas vezes promovidas por instintos bairristas, devem ir cada vez mais ao encontro da satisfação das necessidades de segurança, estabilidade e bem estar físico, psicológico e moral.

Temos o direito de o propor, temos a obrigação de o exigir.

As ilhas, festivas e acolhedoras, convivem agora com o injectar da droga.

Quisemos dizer "alto lá!"

Basta de discursos!

Vamos passar à acção!

A Juventude Social Democrata divulgou publicamente a sua intenção de apresentar, aos deputados do PSD nesta Assembleia, uma proposta de projecto de D.L.R. sobre o combate à toxicodependência, através do reforço de mecanismos de prevenção e tratamento na R.A.A.

Dito e feito!

Esta proposta encontra-se em análise na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais que deliberou encetar uma discussão pública sobre a mesma.

Esperamos que este tema da "Droga" seja debatido convictamente e que se encontrem os consensos necessários para que se passe da "teoria à prática" o mais rapidamente possível.

Também se deseja que o Plano e Orçamento para 1996 possa contemplar as verbas necessárias para cumprir tal desiderato.

Porque não se pode apenas dizer "Não à Droga".

É preciso fazer "Algo à Droga".

É mesmo preciso.

Mostrar razões para viverem.

Razões para estarem.

Aqui nascemos, aqui vivemos, aqui queremos estar.

Como Nemésio: "... na terra que as próprias entranhas, sob a forma de sismos e emoções, se davam ao luxo de revolver e remodelar, ao menos de século em século. Ali nascíamos, ali vivíamos, ali estávamos. E "Estar" é muito mais verbo para ilhéu do que "viver"."

Mas viver, digo eu, em segurança, estabilidade, bem estar social.

Queremos amar cada vez mais o que temos.

Somos Ilhéus.

Acreditamos.

Acima de tudo, estamos!

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional: Seriam muito poucos os que pensariam há dois meses que esta Assembleia estaria hoje a discutir o programa de um novo Governo Regional.

Mas, mesmo depois de se saber que teria de haver este debate, seriam poucos os que poriam a hipótese de ser discutido **este** programa de Governo, com estas formulações e com estas orientações.

De facto, estamos a discutir um programa de Governo porque o anterior governo caiu, em função da aplicação da b) do n.º 1 do artigo 48.º do Estatuto, ou seja, porque o respectivo presidente pediu a exoneração do cargo.

As razões desse pedido de exoneração têm, obviamente, a ver com a situação política regional, com o insucesso das políticas executadas e com a desadequação da prática governativa.

Entretanto, o PSD/A resolveu formar novo Governo, por forma a que a legislatura chegue ao fim, mas não ponderou sobre as causas profundas da crise, aberta por iniciativa do antigo presidente, e apresenta um programa que copia no essencial o anterior, apenas resumindo ligeiramente um ou outro aspecto.

Por outras palavras, o PSD/A e o seu Governo apontam como remédio para a crise profunda em que a Região está, as mesmas políticas que, em boa parte, foram uma das causas desta situação.

É obrigatório registar-se esta atitude política, como é obrigatório concluir-se que o partido governante perdeu toda a capacidade, quer de ler os efeitos das suas políticas, quer de procurar rectificar, pelo menos, alguns dos seus aspectos mais desadequados. O PSD/A e o Governo estão a proceder como se tudo estivesse na mesma, ou seja, como se a abdicação do anterior presidente não tivesse sido - como foi - o mais evidente atestado da falência da política anterior.

Este Programa, há dias distribuído, acaba por ser, dado o seu irrealismo e dada a patente ausência de esforço para o configurar com a Região real de hoje, um documento político muito desvalorizado e por isso, muito pouco importante para o futuro imediato.

A única conclusão legítima que se pode tirar é que o Governo Regional vai continuar a desenvolver, porventura com menos força, as políticas estabelecidas pelo V Governo, o que será, certamente, muito mau para a Região.

Aproveitaremos o tempo que dispomos neste debate para, uma vez mais, alertar os açorianos para a necessidade de haver mudanças sérias de políticas.

Já o fizemos em outras ocasiões, mas agora depois do intempestivo abandono do anterior presidente, fica bem claro que a razão está mesmo do lado daqueles que defendem outras políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão política das mais importantes prende-se com a situação financeira da Região Autónoma, marcada pela existência de uma volumosa dívida pública e pela estagnação da receita.

Nos últimos 6 anos este problema foi objecto de sucessivas discussões nesta Assembleia.

Dessas discussões tem que se concluir que o PSD e os seus Governos sempre procuraram esconder as questões principais relacionadas com a gestão e a dimensão da dívida e com as razões do fraco efeito reprodutivo dos investimentos financiados pelo endividamento.

Perante a estagnação da economia, o centralismo cavaquista e o fim das transferências por contrapartidas pela utilização do território por bases militares estrangeiras, a receita regional regrediu e ficou aquém das necessidades.

Acontece porém que, em vez de lançar uma discussão séria desta questão, em toda a sua amplitude e envolvendo todas as causas e consequências, o Governo optou, sempre, por evitar esse debate.

Foi sempre posta como tónica dominante da carência de receita, a ausência das contrapartidas pela Base das Lajes, o que sendo uma das causas é, apenas uma.

Foi sempre garantido que o dinheiro obtido pelo endividamento servia para **bom investimento reprodutivo**, o que é de duvidosa credibilidade **até certa altura**, uma vez que não se viam efeitos na economia e é, a partir de certa altura, não verdadeiro, dado o défice do orçamento corrente.

Foi sempre evitado o aprofundamento desta questão porque, em boa verdade, a discussão da necessidade da dívida crescer, implicava e implica a discussão de toda a orientação económica e de muitos aspectos do relacionamento com o Estado.

É evidente que o Governo Regional sempre temeu o aprofundamento da discussão da execução que faz à política económica, pois qualquer aprofundamento faz sobressair o imediatismo, que retira boa parte do efeito económico das medidas. É também evidente que o PSD/Açores quis evitar discutir a sério o relacionamento com o Estado, **pois ficaria ainda mais clarificado o absurdo centralismo de Cavaco Silva.**

Por estas razões foi-se ampliando a dívida, sem discussões sérias.

Chegados ao VI Governo Regional, certamente por efeito de muitas destas questões, é tempo de saber como é que as coisas se vão passar.

É mau sinal continuar a estar no programa do Governo como causa principal e única da dívida, o fim das contrapartidas financeiras das bases estrangeiras.

No entanto, o novo Governo tem que saber ser indispensável tratar esta questão de forma transparente.

Esta Assembleia tem que ter informação completa sobre o montante, a gestão e as implicações para o Orçamento da actual dívida pública.

Esta Assembleia tem que conhecer o problema em toda a sua extensão, incluindo a dívida pública indirecta. Mais, esta Assembleia tem que ser objectivamente informada sobre a realidade económica actual das Empresas Públicas titulares de dívidas avalisadas pela Região.

Do novo Governo, do seu Presidente e da Senhora Secretária das Finanças, tem que se esperar, sobre esta matéria, e em relação a esta Assembleia, um procedimento muito diferente da postura altaneira e distante dos anteriores titulares.

A existência de um novo Governo da República, que incluiu no seu Programa uma perspectiva de novo relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, abre a possibilidade desta questão ter uma nova e mais positiva evolução.

Contudo, algumas prevenções tem que ser feitas.

Por um lado, há que evitar a degradação da situação económica, que tem obviamente repercussão na receita corrente.

Por outro lado, há que pôr termo ao imediatismo que leva a aplicações de meios financeiros públicos sem repercussão económica. **Este alerta é tanto mais necessário quanto vamos entrar em ano de eleições regionais e a má tradição do PSD/A aponta para a realização de um desenfreado eleitoralismo depauperador do Orçamento.**

Por outro lado, ainda, há que discutir com grande abertura as regras que se desejam ver consagradas como instrumento de definição do relacionamento financeiro com o Estado.

Seria muito negativo que esse processo de estabelecimento de um novo relacionamento com o Estado não tivesse o seu prosseguimento num quadro de diálogo alargado, até porque, como sempre dissemos, esse relacionamento terá que ser entre a Região e o Estado, e não apenas entre os Governos.

A evolução da política financeira constitui uma área fundamental e vital para o futuro da Região.

Até agora não houve um mínimo de rigor político nesta área.

Ao VI Governo tem que ser exigido, firmemente, outro comportamento.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Permita-me Senhor Presidente que ao dirigir-me pela primeira vez a esta Assembleia as minhas primeiras palavras sejam para saudar todos os deputados d.esta Câmara, que aqui representam a Região e aqui se encontram ao serviço dos Açores .

Com a apresentação do seu programa, o Governo está a submeter à apreciação dos açorianos, através dos seus legítimos representantes, os compromissos que em consciência entende poder assumir neste ano de mandato, de modo a ir ao encontro das legítimas expectativas e interesses dos seus concidadãos.

O Programa do Governo anuncia de forma clara as principais preocupações e as prioridades que o crescimento económico e a gestão das Finanças Regionais impõem aos diversos sectores de actividade.

Por isso mesmo, nesta minha intervenção, mais do que explicitar os principais aspectos desse documento, considero útil e oportuno fazer uma análise evolutiva e caracterizadora da Situação Financeira Regional, de modo a que melhor possamos enquadrar os objectivos de política económica a adoptar, a estratégia a seguir e as acções a desenvolver.

Desde a instauração do novo período autonómico em 1976, podemos identificar na evolução da Situação Financeira, em termos de saldos das contas públicas, vários períodos distintos.

Um período inicial de equilíbrio, conseguido através de fórmulas de financiamento que permitiram à Região os recursos necessários à execução dos seus planos de desenvolvimento, um momento de desajustamento conjuntural resultante do esforço de investimento feito para apoiar a reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo de 1980, um novo período de equilíbrio conseguido em parte com as transferências ao abrigo dos acordos internacionais e um período de desajustamento estrutural que se prolonga desde a segunda metade da década de oitenta, quase coincidindo com a entrada de Portugal para a então Comunidade Económica Europeia .

O primeiro período em referência, corresponde à entrada em funcionamento do primeiro Governo da Região, em que nos primeiros dois anos o financiamento do défice orçamental era feito com base num regime de capitação sobre o défice do Orçamento do Estado e nos dois anos subsequentes (até/1980) vigorou uma nova regra baseada na capitação das despesas públicas, excluindo-se encargos gerais da Nação.

A partir de 1980 deixa de haver qualquer regra pré-estabelecida para a determinação das transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento da Região e os montantes a transferir passam a ser objecto de decisão descricionária do Governo da República.

Esta nova abordagem à determinação da compensação do Estado aos chamados custos de insularidade mantém-se até hoje .

Com esta forma pouco estável de determinação de uma parte substancial da Receita Anual do Orçamento da Região, a qual tem vindo a apresentar um peso cada vez menor no conjunto das Receitas (em 1980 as transferências do Estado representavam 34% da receita e em 1995 representam apenas 15%), os desequilíbrios estruturais começaram a evidenciar-se a partir de 1988 e a intensificar-se a partir de 1990 com a introdução do Novo Sistema de Remuneração dos Funcionários Públicos.

Por outro lado, o cancelamento a partir de 1992, das ajudas externas provenientes dos acordos internacionais, veio agravar a situação de desequilíbrio, acentuada por outro lado com a quebra das receitas fiscais verificadas em 1993, decorrente da depressão das economias nacional e regional. O cenário de desajustamento da receita às necessidades da despesa tem vindo a impôr, desde 1988, o recurso ao endividamento público, levando a que a dívida crescesse a taxas muito elevadas, evoluindo de uma percentagem de 6,4% do PIB em 1987 para cerca de 50% em 1995.

Reportado a 31 de Outubro último a dívida directa da Região corresponde a 88.865.386.922\$32 à qual há que adicionar o montante de 12.280.000.000\$00, correspondente ao acordo feito com a Caixa Geral de Depósitos e ainda não titulado. A dívida do Fundo e Serviços Autónomos, na mesma data, era de 3.566.630.951\$00

A Dívida garantida na mesma data corresponde a 20.597.469.754\$00 que, se destinou quase exclusivamente a avalizar empréstimos contraídos pelas Empresas Públicas Regionais e pela SOGEO.

Quanto à Dívida das Empresas Públicas, que no final do mês de Outubro do corrente ano se situava na ordem dos 46,6 milhões de contos, há que salientar que nenhuma das nossas empresas públicas, tem a sua situação líquida negativa, pelo que se encontram, do ponto de vista técnico, em condições de solvência total.

Do exposto se concluiu que os Açores a partir de 1988 têm estado cada vez mais entregues a si próprios e que a opção pelo endividamento foi a opção pelo desenvolvimento.

Por um lado, o aproveitamento dos fundos comunitários, por outro lado a noção de que os Açores estavam a ficar cada vez mais desfazados do desenvolvimento económico do resto do País, não deixaram alternativa aos açorianos.

O processo do crescimento dos Açores não pode parar para bem das gerações futuras. Cada ano que nos atrasamos no processo de convergência real, faz-nos perder ainda mais terreno no difícil e moroso percurso de aproximação dos níveis de desenvolvimento nacional e europeu e torna mais gigantesca a tarefa de mobilização das forças e dos recursos necessários para o efeito.

Os níveis de endividamento dos Açores não são dramáticos por comparação com os padrões Europeus. O seu ritmo de crescimento é que se afigura preocupante.

É preciso compreender que pouca influência têm as regiões autónomas na determinação da sua receita. O sistema fiscal que se aplica nos Açores é o sistema fiscal nacional fixado pelos órgãos de soberania e depende em muito da evolução da economia nacional e do desempenho dos serviços de cobrança de impostos.

Sob o controlo dos órgãos de soberania, estão igualmente a negociação das receitas provenientes dos acordos internacionais, dos Fundos Europeus, a fixação das transferências do OE, assim como a fixação dos níveis máximos de endividamento da Região.

Do lado da despesa, cujo montante global é previamente fixado pela restrição da receita, existem também limitações importantes a referir.

Não podemos, nos Açores, facultar aos cidadãos um nível de serviço público diferente do que é facultado a nível nacional, se assim fizéssemos seria discriminatório.

Não podemos, nos Açores, pagar menos aos funcionários públicos, do que se paga no resto do país seria igualmente discriminatório e penalizador do já onerado custo de viver nestas ilhas.

É importante referir que uma percentagem muito considerável das nossas despesas correntes são destinadas à prestação de serviços públicos essenciais à educação e à saúde.

E quanto ao investimento, a outra grande categoria da despesa? Será que podemos reduzir esta rubrica de forma significativa sem atrofiar a capacidade produtiva da Região?

Não nos esqueçamos que não é só nos Açores que se constroem infraestruturas e se apoia o investimento. Todo o espaço económico à nossa volta, com o qual estamos a concorrer directamente, está a fazer isto. Quem não o fizer vai progressivamente perdendo competitividade.

A redução da interferência do Governo na vida desta Região e a abertura de maior espaço para a iniciativa privada, não podem ser confundidas com redução do investimento público.

Pretendemos que o peso do sector público na economia dos Açores seja reduzido não pelo decréscimo da despesa pública ao investimento, mas sim pelo crescimento da componente privada.

Para conseguir este desiderato, é necessário manter a estabilidade macroeconómica e deixar às empresas as actividades que, com vantagem, devem ser desenvolvidas pelo sector privado.

Importa por isso avançar com determinação no processo de transferência de algumas actividades para o sector privado, mas temos que estar conscientes que mesmo que privatizemos todos os activos produtivos na posse da Região e racionalizemos ao máximo toda a máquina administrativa, não ficarão sanados todos os problemas financeiros.

Estamos perante um problema estrutural que, em nosso entender, deve ser resolvido com a revisão da forma como o Estado encara o apoio à Região, dando assim expressão ao objectivo de coesão nacional e ao dever de solidariedade expresso na Constituição, no Estatuto da Região e nos compromissos assumidos pelo actual Governo da República.

Não se exige desde já uma lei das Finanças Regionais que requer estudo, ponderação e concertação. Estamos disponíveis para trabalhar desde já nesse projecto, mas no curto prazo, pretendemos desde logo um alívio significativo da restrição orçamental, por forma a que nos Açores também haja o crescimento real convergente de que o País tem vindo a beneficiar face à Europa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Feita esta análise às Finanças Públicas da Região e tendo em vista os objectivos de criar nos Açores condições para que haja um crescimento convergente, através da adopção de um modelo de gestão político-administrativo caracterizado pela descentralização das funções do Estado e que assegure o equilíbrio das finanças públicas regionais num horizonte de médio prazo, passo de seguida a expôr relativamente a cada uma das áreas da responsabilidade da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública as principais medidas programáticas.

Na área das Finanças e Planeamento propomo-nos:

- Incentivar o diálogo com o novo Governo da República e preparar um quadro de relacionamento financeiro estável, que traduza o dever de solidariedade previsto na Constituição e no Estatuto.
- Conter as despesas de funcionamento com o objectivo de canalizar o máximo de recursos financeiros para o investimento reprodutivo.
- Manter uma rigorosa disciplina Orçamental, propôr a aprovação de uma nova lei de enquadramento Orçamental e a aplicação nos Açores da Reforma de Contabilidade Pública e do Tesouro.
- Potenciar e maximizar a transferência de fundos comunitários através de opções de investimento susceptíveis de serem comparticipadas.
- Prosseguir, os objectivos de convergência real e o equilíbrio das finanças regionais, com recurso moderado ao endividamento.

- Promover o acesso das empresas aos fundos comunitários, através da criação de incentivos à modernização, diversificação e reforço do tecido empresarial e à formação profissional.
- Prosseguir a política de privatizações, fomentando a participação de interesses regionais neste processo de transferência de propriedade das empresas participadas ou regionalizadas.
- Manter uma política fiscal diferenciada para o IVA, assim como os regimes de excepção fiscais em vigor e negociar com o Governo da República e com a União Europeia regimes específicos para tributação das empresas, com vista a atrair o investimento e a consolidar o tecido empresarial regional.

Em matéria de Contas Públicas e considerando a relevância de dados estatísticos credíveis para a análise e projecção da actividade económica, procurar-se-á estreitar os laços de cooperação entre o SREA o INE e a Universidade dos Açores, de modo a uniformizar métodos de recolha de informação e de cálculo dos indicadores.

No que diz respeito à Administração Regional, o Governo defende princípios de legalidade, transparência, eficácia e eficiência, subordinada essencialmente ao grande objectivo que é servir os Cidadãos.

Neste sentido o Governo procurará:

- Preparar a Administração Regional para responder aos desafios do desenvolvimento, procurando uma desintervenção nas áreas económicas e deixando espaço à iniciativa privada.
- Modernizar a Administração através da introdução de novas tecnologias de comunicação e informação, tendo em vista a prestação de um serviço de qualidade.
- Promover a formação profissional e a adopção de novos processos administrativos que diminuam o tempo de resposta aos cidadãos e simplifiquem os procedimentos.
- Limitar o crescimento das unidades orgânicas, flexibilizar o seu funcionamento e intensificar a coordenação intersectorial.
- Seguir uma rigorosa política de contenção de efectivos acompanhada por reformas tecnológicas que promovam uma maior produtividade e eficácia no desempenho de serviços públicos.

- Cooperar com os Municípios e Freguesias, à luz do princípio da subsidiariedade é também um dos objectivos deste Governo.

Neste sentido, prosseguir-se-á o processo de transferência gradual de competências para o poder local e manter-se-á uma forte cooperação técnica e financeira no domínio da elaboração dos Planos Directores Municipais e do investimento Municipal.

Entendemos também que é imprescindível credibilizar a Administração junto dos Cidadãos. A Inspeção Regional, sem prejuízo do exercício de uma acção pedagógica junto dos serviços, intensificará a sua acção de controlo das despesas públicas junto de serviços de Administração Regional, institutos ou fundos públicos, autarquias locais e empresas públicas regionais.

Manteremos e aprofundaremos o diálogo com o sector privado, os parceiros sociais e autarquias locais num clima de abertura, transparência e concertação.

Do mesmo modo, manifestamos toda a disponibilidade para colaborar com esta Assembleia e assegurar a nossa presença nos plenários e trabalhos das Comissões sempre que considerem útil o nosso contributo.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria aproveitar a intervenção da Sra. Secretária das Finanças, para a saudar nesta sua primeira intervenção nesta Casa, saudá-la como Secretária e como a primeira mulher que assume este cargo. Penso que tem um significado positivo em termos de abertura e de modernização da nossa sociedade, ver aceder uma mulher a tão alto cargo. Desejo-lhe também as melhores felicidades no exercício da sua função.

Queria também congratular-me com o facto da Sra. Secretária começar a sua intervenção com o diagnóstico da situação financeira, porque veio confirmar, por excesso, as estimativas que o PS tinha feito sobre o valor da dívida.

O PS fez a afirmação que o valor da dívida atingia os 150 milhões de contos - global, a dívida consolidada. Pelas contas rápidas que aqui fiz, a Sra. Secretária já excedeu esse montante. Eu não fiz as contas para além dos milhões, mas pelas minhas contas estão aqui 169 milhões, contando 170 muito provavelmente se eu fizesse a restante conta. Portanto, 20 milhões acima da nossa estimativa.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Está mal informado!

O Orador: Isso, sem que tenha entrado, porque aí já seria uma discussão de pormenor, no cálculo desta dívida, como por exemplo, a dívida administrativa que é considerada no último relatório do Tribunal de Contas e que na altura era de 6 milhões de contos, sem ter entrado também com eventuais outros empréstimos contraídos ou a contrair, até ao fim deste ano pelos fundos e serviços autónomos. Estou-me a lembrar do fundo de transportes, um milhão e meio de contos, mas isso são pormenores.

De qualquer forma, também queria dizer que este montante nos leva para níveis de endividamento, e aqui permita-me uma correcção ao número, mas é falível. Evidentemente, as estimativas do produto hoje feitas pelo SREA não são hoje em dia as mais fiáveis, mas segundo os nossos cálculos, nós já excedemos os 60% Rácio/Dívida PIB. Estaremos acima do rácio apontado pela Comunidade Europeia. Isto no que respeita ao diagnóstico que ao qual terei oportunidade de voltar aquando da minha intervenção nesta Casa.

No que respeita às medidas, eu gostaria de pedir à Sra. Secretária que explicitasse mais em pormenor o que entende por manter uma rigorosa contenção do défice orçamental e um moderado endividamento.

Penso que os adjectivos são adequados, mas era importante irmos mais além no pormenorizar das medidas.

Ainda dentro das medidas, a Sra. Secretária acentuou que vai continuar a prosseguir os objectivos da convergência real. Eu penso que valeria aí também fazer um

diagnóstico da situação do passado recente, mas também reservarei isso para a minha intervenção.

Disse.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O facto de ser a primeira mulher a tratar dessas matérias Sra. Secretária, não sei se é bom sinal. Os homens dão às mulheres as tarefas mais difíceis e sobretudo aquelas que não querem para si.

Risos da Câmara

Eu quero felicitar a Sra. Secretária pela forma como apresentou o seu trabalho. Julgo que assistimos aqui à apresentação de uma temática que é política, mas cujo diagnóstico teve uma componente técnica que revela um esforço sério de informação na base de um diagnóstico fundamentado e que revela uma intenção de transparência que, na nossa óptica, deve ser realçada.

Relativamente aos números que aponta, também registo aqui, porque julgo que é talvez em 20 anos de parlamento, a primeira vez que um Secretário Regional das Finanças, por iniciativa própria, vem apresentar os números que alguns de nós conhecemos, mas nem todos. É importante que por modo próprio aqui sejam colocados sem complexos e por forma a termos consciência do que é que está em jogo.

Todos sabem que está presente na Assembleia uma proposta de resolução do Partido Popular, no sentido de se chegar a determinado tipo de apuramento de montantes de uma forma um pouco mais alargada do que aquela que a Sra. Secretária referiu.

Seja como for, em sede de apresentação de programa do Governo, parece-me que a sua intervenção é mais do que satisfatória neste pormenor.

Quando refere politicamente que não houve alternativa aos açorianos para o estado a que se atingiu, aí é que está a grande questão, não houve alternativa. Quem é que foi responsável por não ter existido essa alternativa?

Esta é uma matéria sobre a qual o Partido Popular, ao longo destes anos, foi aqui insistindo e que infelizmente nunca se quis criar uma posição açoriana abrangente e frontal de denúncia do papel anti-autonomista e restritivo que o Governo da República nos últimos anos, nomeadamente a partir do fim da década de 80, assumiu em relação à autonomia regional.

Quanto às componentes das variáveis internas regionais do controlo da situação, aprecio a forma como foi apresentada a questão dos pesos dos funcionários públicos no nosso problema financeiro.

Eu sempre ouvi dizer nesta Casa que a aplicação do sistema retributivo da função pública era uma desgraça. Há uma sigla que está distribuída por todos os documentos regionais para justificar o desastre do desequilíbrio a que se chegou.

Acho que a forma que a Sra. Secretária utilizou, é uma forma positiva, correcta e a qual subscrevemos. Não podemos pagar menos aos funcionários públicos nos Açores do que no resto do País. Foi isso que sempre entendemos. Era um mal orçamental inevitável. Sempre colocámos essa questão aos anteriores governos. Será que alguém queria manter o funcionalismo regional - os técnicos - ao nível que ele existia antes do tal sistema? Obviamente que não!

Portanto, confirma a qualidade técnica do diagnóstico.

Também foi importante dizer-se aqui aquilo que há muitos anos se diz nesta Casa, ou seja, o deficit corrente da Região é estrutural. A Sra. Secretária disse-o aqui de uma forma...

Deputado Rui Melo (PSD): Solene!

O Orador: Solene, obviamente. O mal foi a falta de solenidade que caracterizou os 10 anos anteriores!

Sob o nosso ponto de vista, a Sra. Secretária também o disse, é preciso racionalizar a nossa máquina política administrativa.

Há um pequeno pormenor. Algum dos presentes acha diferença naquele Governo que se encontra ali? Olhem que falta dois subsecretários importantíssimos.

Se não teve nenhuma alteração no programa do Governo e pelos vistos não está tendo nenhuma alteração na forma como o debate vai decorrer, possivelmente não vai ter nenhuma alteração na defesa dos interesses dos Açores e provavelmente vão ser melhor defendidos sem subsecretários. Pelo menos alguma comunicação social vai ficar mais tranquila.

(Risos da Câmara)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com isto, quero dizer que temos muita satisfação e congratulamo-nos com o facto da situação financeira, do relacionamento com o exterior e do estado das nossas finanças públicas serem postos nesta Câmara de uma forma correcta.

Permitam aqui alguma imodéstia nossa também, é que há muitos anos contribuímos para que isso acontecesse - a contribuição não sabemos se foi válida - mas o desejo, esse era inquestionável, que esses assuntos fossem tratados da forma como hoje se iniciou aqui o seu debate. É o contributo que damos a essa intervenção.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu queria agradecer as palavras do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não se fie nesse! Não se fie, não se fie!

Risos da Câmara

A Oradora: Nunca fica mal agradecer e reconhecer e quando for a altura de não reconhecer eu na altura com a maior franqueza direi.

Muito obrigado e conto com a sua colaboração assim como a de todos os Srs. Deputados para resolver o problema das finanças regionais, porque temos todos que assentar neste princípio. A questão das finanças regionais, não é uma questão do

Governo, é da Região. É da máxima importância, é supra-partidária e são os interesses dos Açores que estão em causa. Nós, acima de tudo, queremos resolver essa questão.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem! Menos deputados para o PS!

A Oradora: Em relação à questão do Sr. Prof. Fernando Lopes, eu julgo que mais importante do que saber se se superaram as expectativas ou se a dívida está acima ou está abaixo, e porque isso tem muito a ver com as parcelas que se somam, eu queria fazer um reparo, ou seja, os avales são concedidos às empresas públicas e portanto, não pode haver duplas somas. Mas sem querer entrar nisso, queria dizer que o critério que os países utilizam de acordo com o Tratado da União Europeia, é a dívida pública directa. Foi nessa base que eu fiz a relação da dívida com o PIB e dá 51% ou 50, 5%, se quiser.

O PIB que nós temos, é estimado pelo SREA com a colaboração da Universidade dos Açores e posso disponibilizar os dados que tenho aqui.

Quanto às medidas programáticas, o que referiu, "prosseguir os objectivos de convergência real e o equilíbrio das Finanças Regionais com o recurso moderado ao endividamento", não é mais do que uma contestação de que não há milagres nestas coisas. Confiamos que haverá espaço de diálogo e volto aqui a dizer que, se se incentivar o diálogo com o Governo da República é porque a resolução dos nossos problemas só se poderá fazer por diálogo. É óptimo constatar as medidas programáticas do Governo e estamos prontos para colaborar mas em diálogo. Temos que encontrar as melhores soluções para os Açores sempre nesta perspectiva, mas considerando que estas coisas não se resolvem num ano, nem por milagre. Sabemos que o recurso ao endividamento vai continuar a ser indispensável, embora defendamos que seja de uma forma moderada. É o que aqui está.

O problema da convergência, é um problema de coesão nacional e europeia. Temos que nos aproximar dos padrões europeus e nacionais do desenvolvimento. É basicamente o que aqui estava escrito.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É louvável o espírito de abertura aqui demonstrado pela Sra. Secretária das Finanças. Mas permitir-me-ia avançar um pouco mais. Fazer recair a resolução da situação analisada e dos nossos problemas no diálogo, é insuficiente, porque, quando se fala em diálogo, pressupõe-se que há duas partes envolvidas e para que o diálogo se faça de boa fé, é preciso também que sejam dados sinais de parte a parte.

Eu penso que da parte do Governo da República, na apresentação que o Primeiro Ministro fez do programa do Governo, já foram dados alguns sinais que são encorajadores. Todavia, penso que é necessário também, que sejam dados sinais ao nível regional.

O alívio da restrição orçamental de curto prazo, é algo que nós consideramos necessário e urgente, face à situação financeira existente, mas esse alívio tem que ser procurado também ao nível regional. Face à situação existente não há soluções fáceis, há soluções que implicam e nós já o dissemos aqui, o corte com práticas passadas, com desperdícios, com determinados despesismos e é preciso identificá-los. Esses sinais têm que ser dados, porque senão, os parceiros do diálogo não podem acreditar nas intenções, porque já lá diz o povo "de boas intenções está o inferno cheio".

É preciso que este Governo, a Região, dê sinais claros. Por isso, é que eu pedi à Sra. Secretária que passasse da licitação das intenções, para uma maior pormenorização daquilo que entende por rigor na gestão orçamental.

Nós sabemos quanto é que é o deficit do orçamento corrente!

Sabemos que há determinadas rubricas que é necessário fazer sacrifícios! É preciso dizê-lo claramente. É preciso cortar com a cultura de facilidades que até aqui foi cultivada.

Este não é um período de facilidades. Mas não é um período de facilidades porque nos levaram a esta situação. Por isso, temos que ter a coragem de dizer que para endireitar este barco, é preciso tomar decisões difíceis e as decisões difíceis não é só remetê-las para os outros. Temos que começar por portas a dentro.

O mal desta situação é que deixámos chegar a situação financeira da Região a este ponto, sem tomarmos medidas correctoras, sem nos auto-corrigirmos e agora vamos

pedir que outros de fora venham resolver e esse é o pior mal. Nós devíamos ter começado por dentro da nossa casa, porque isso é que é autonomia.

Autonomia não é só reivindicarmos descentralizações, é também assumirmos a responsabilidade e temos que a assumir agora, infelizmente numa hora difícil. Por isso, eu penso Sra. Secretária, e é isso que eu lhe peço, que haja um pouco mais de trabalho nesta licitação sobre aquilo que se entende. Porque proclamações de rigor, nós já ouvimos de outros governos e nesta Legislativa é o 3.º Secretário das Finanças que fala de rigor.

Não basta o adjectivo Sra. Secretária.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Nós estamos a discutir o programa do Governo.

Neste programa há medidas programáticas e julgo que elas indiciam exactamente, uma maior racionalidade e um propósito nessas intenções. Não estamos ainda a discutir nem o orçamento, nem o plano.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A superação de muitos dos actuais problemas existentes na Segurança Social e a adaptação do sistema a uma nova realidade, exige a adopção de uma reforma de fundo.

Este é, aliás, um objectivo que parece reunir o consenso das principais forças políticas do nosso País.

Contudo, a capacidade de intervenção dos órgãos de governo próprio da Região, nesta matéria, é diminuta já que a Segurança Social, em sentido lato, obedece a um “figurino nacional” a que estamos por força da lei vinculados.

Se é assim quanto aos grandes princípios que enformam o sistema, já no que respeita ao desenvolvimento da “Acção Social” a Região pode actuar com inteira autonomia.

No uso desta competência, cumpre aos órgãos de governo próprio da Região criar políticas que previnam as situações de carência e marginalização social. Que assegurem uma protecção especial às pessoas em situação de carência económica ou social, bem como às crianças, aos jovens, aos deficientes e aos idosos. Políticas que estimulem o voluntariado social e novas formas de solidariedade. Políticas que combatam a pobreza e a exclusão social, tentando actuar mais sobre as causas do que sobre as consequências desse flagelo social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pobreza é, de facto, um dos maiores problemas da nossa sociedade e já não pode ser encarada como um fenómeno marginal que se resolve apenas com medidas assistenciais.

É hoje reconhecido que o combate à pobreza tem a ver tanto com a política social quanto com a política económica e cultural e requer um esforço conjunto do Estado e da sociedade civil.

O seu combate requer intervenções diversificadas nos domínios económico, educativo, do mercado de trabalho, da habitação, do apoio familiar, dos serviços e equipamentos sociais, etc..

É um trabalho difícil. Por isso mesmo julgamos ser prioritário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas nossas ilhas o crescimento acentuado não só de idosos, mas de pessoas debilitadas com idade bastante avançada, constitui sem dúvida um dos maiores problemas sociais com que teremos de nos defrontar no futuro imediato.

Na solução deste problema, cabe um papel preponderante à família e à sociedade civil, que deve contar com o apoio do Estado na criação de condições para que as famílias e comunidades locais possam prestar aos idosos o apoio que precisam.

Assim, deve continuar-se a apostar no apoio aos idosos em suas casas, articulando esforços de serviços públicos, instituições particulares, vizinhos e conviventes. Devem estudar-se esquemas de apoio às famílias que mantenham os seus idosos no seu meio ou acolham pessoas idosas não familiares. Em suma, deve evitar-se sempre que possível a desintegração do idoso do seu meio quer familiar quer comunitário.

Mas, é necessário ter em atenção que existem casos de idosos doentes, sem família, em situação de angustiante solidão e abandono e outros com deficiência profunda ou pesada dependência que reclamam situações de internamento quer em lares quer em unidades de cuidados continuados ou Centros de Cuidados Geriátricos se assim lhes preferirem chamar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é certo que dispomos em quase todas as ilhas de equipamentos destinados a idosos, é igualmente verdade que estamos altamente carenciados, especialmente nos maiores aglomerados urbanos, de unidades capazes de prestar o necessário apoio àqueles que por terem perdido a autonomia física e funcional, se tornaram dependentes e por isso necessitam dos cuidados constantes de outras pessoas, incluindo cuidados médicos e de enfermagem.

Esta é uma preocupação, ou melhor, uma necessidade trazida ao conhecimento desta Assembleia por diversas vezes ao longo dos últimos anos. Infelizmente a sua concretização tarda em acontecer. E não se diga que é por falta de iniciativas particulares.

As Misericórdias desde há muito se disponibilizaram para actuarem nesta difícil área de intervenção social, o que é bem uma prova de solidariedade activa e generosidade humana que importa apoiar e estimular.

Trata-se uma vez mais de um problema de definição de prioridades. Afirmar que não é possível fazer um maior esforço em áreas que propiciem melhores condições aos mais carenciados, é admitir por outras palavras que todos os restantes sectores que esgotam o orçamento regional, são ética e politicamente mais importantes.

É este um pressuposto que ninguém de bom senso pode deixar de questionar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A autonomia política e administrativa consagrada na Constituição e no Estatuto, possibilita aos açorianos a adopção de medidas políticas adaptadas às nossas especificidades geográficas, sociais, culturais e económicas.

No sector da Saúde este princípio está consagrado na Lei de Bases que prevê que na Região, “a política de saúde é definida e executada pelos órgãos de governo próprio

em obediência aos princípios estabelecidos na Constituição e na própria Lei de Bases”.

Sabendo nós que o modelo orgânico definido para o sector da Saúde na nossa Região está completamente ultrapassado, existindo mesmo um grande desfasamento entre aquilo que foi concebido já lá vão quinze anos e a situação actual, não se compreende que passados que são mais de cinco anos sobre a publicação da dita Lei de Bases, esta ainda não tenha sido adaptada à nossa realidade regional.

O facto de vivermos em nove ilhas, obriga a que encontremos soluções capazes de responder aos nossos problemas específicos e à nossa realidade geográfica.

Não podemos proporcionar as mesmas condições de assistência a populações com enquadramentos geográficos, sociais e de recursos, totalmente diversos. Daí que, no que respeita à organização dos serviços de saúde, em nossa opinião, deve privilegiar-se um modelo orgânico que assente na “realidade ilha” com a criação de “unidades integradas de saúde”, isto sem prejuízo da dispersão física de instalações, equipamentos e serviços ao nível dos concelhos ou mesmo das freguesias quando tal se mostre aconselhável.

Dotar as ilhas com alguns cuidados considerados essenciais, fazer deslocar com regularidade especialistas às ilhas mais carenciadas e a utilização de novas tecnologias de comunicação que permitam aos médicos de clínica geral contactar com os especialistas dos hospitais (Telemedicina), serão contributos decisivos para uma cada vez maior autosuficiência das ilhas na resolução dos seus problemas de saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A necessária reformulação do nosso sistema de saúde, certamente será objecto de um amplo debate. Seria mesmo desejável que as reformas a introduzir reunissem um consenso alargado de todas as forças políticas e sociais interessadas na problemática da Saúde.

Nesse sentido, seria útil que se pusesse finalmente em marcha o processo da criação e nomeação do Conselho Regional de Saúde, alterando necessariamente a sua composição, mas tudo isto por forma a permitir que este órgão, que se pretende representativo dos profissionais, dos utentes, das autarquias etc., pudesse já participar

activamente e por direito próprio no debate relacionado com a definição da política de saúde para a nossa Região.

Foi este o alcance do requerimento que recentemente apresentei sobre esta matéria. Assim não o entendeu ou não quis entender o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social que defende que a nomeação deste órgão deve acontecer numa fase posterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Propõe-se este Governo, aliás na linha do que já era propósito do Governo anterior, “promover maior equidade no acesso dos cidadãos aos cuidados disponibilizados”. Mas como pensa fazê-lo já que as medidas adoptadas mais recentemente contrariam claramente este objectivo?

Como pensa garantir a equidade de acesso dos utentes às consultas de especialidade nas ilhas que não possuem hospitais, sendo sabido como é, que as populações de seis das nossas ilhas estão em nítida desigualdade neste aspecto.

Um utente do Centro de Saúde da Praia da Vitória, por exemplo, se pretender uma consulta de especialidade, após referenciado pelo seu médico assistente, desloca-se ao Hospital de Angra e obtém a sua consulta. Mas se o hospital não tiver capacidade de dar resposta atempada, resta-lhe sempre a possibilidade de recorrer à clínica privada. Isto sem mais encargos para além do pagamento da consulta.

Já um utente do Centro de Saúde de Velas, por exemplo, se necessitar consultar um especialista ou fazer um exame mais diferenciado, tem de submeter-se a juntas médicas e a um longo processo burocrático antes de ser enviado ao Hospital. E, se da mesma forma o hospital não tiver capacidade de dar resposta em tempo útil, o que acontece muito frequentemente, este utente se desejar recorrer à clínica privada tem de suportar à sua custa o pagamento da estadia e da passagem aérea.

Onde está a equidade que também é sinónimo de justiça?

Como se pode falar de igualdade de acesso a cuidados de saúde, quando muitos cidadãos especialmente nos maiores centros urbanos não dispõem do chamado “médico de família”? Qual a solução? Continuar a estrangular as urgências? Ou será que as pessoas vão ter de continuar a pagar à clínica privada e receber reembolsos de miséria?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Humanizar os serviços de saúde passa necessariamente pela melhoria das instalações e dos equipamentos e pela aposta na formação dos profissionais e agentes administrativos. Mas passa, sobretudo, por um melhor acesso aos serviços de saúde.

A demora no atendimento é a regra. Nalgumas especialidades médicas hospitalares verificamos listas de espera com demoras médias de muitos meses e nalguns casos de anos. Centros de Saúde existem onde para se obter uma consulta torna-se necessário perder um dia de trabalho e esperar pelo “senhor doutor” para lhe pedir o favor de uma consulta.

Os açorianos, como todos os portugueses, pagam os serviços de saúde através dos seus impostos. Têm direito a ser tratados como clientes não como sujeitos passivos da beneficência do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos não estão satisfeitos com os cuidados a que têm acesso.

Gostariam de ter o seu médico assistente no Centro de Saúde e poder ser atendidos quando dele necessitassem. Gostariam que os doentes acamados, especialmente os idosos, fossem visitados em casa por profissionais de saúde. Gostariam de ser mais bem informados e atendidos nos serviços que frequentam. Gostariam de ter consultas de especialidade com marcação fácil sempre que delas tivessem necessidade. Os que vivem em ilhas sem hospital gostariam de ser rapidamente deslocados para o hospital que dispusesse dos meios adequados para o tipo de cuidados requeridos. Aqueles que há vários anos vinham sendo acompanhados pelos serviços ou especialista de determinada unidade de saúde, gostariam de poder continuar a ser assistidos por esses mesmos profissionais. Em caso de emergência, especialmente na Ilha do Pico, quando houvesse necessidade de se proceder a uma evacuação, gostariam de ser tratados com a mesma dignidade que nestas circunstâncias é dispensada aos restantes açorianos.

Em suma, são estas as questões concretas que preocupam os açorianos de Santa Maria ao Corvo. Se na saúde “há muito ainda por fazer” como reconheceu há dias o Senhor Presidente do Governo, então comece-se já. É isso que se espera do Governo. Sempre que se trate de melhorar a qualidade dos serviços de saúde na nossa Região, estou certo, nunca lhe faltará o apoio desta Assembleia.

Disse

(Aplausos da bancada do PS e do Deputado José Manuel Nunes)

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Fonte:

Eu devo-lhe dizer que ouvi com muita atenção, como sempre, a sua intervenção. Também digo-lhe sem problema nenhum que estou de acordo com ela na maioria da análise que fez e das medidas que propõe. Também lhe digo que estou de acordo com a análise crítica que faz dos aspectos menos positivos do nosso serviço regional de saúde.

Eu próprio já reconheci, publicamente e nesta Casa, que há dificuldades na saúde.

Qual o serviço de saúde, neste mundo, que satisfaz completamente as necessidades dos cidadãos?

Gostaria que me indicassem um para, imediatamente, mandar uma missão de estudo a fim de copiar o sistema.

Uma coisa é a base dos princípios com a qual podemos concordar, bem como o nível da análise da situação e do apontar dos defeitos e das deficiências, em que também estamos de acordo e outra coisa, que é a questão mais difícil, consiste em resolver esses problemas.

Se estas questões não estão ainda resolvidas, é porque não são de fácil resolução. Mas não estão resolvidas aqui, como também não estão no Continente ou em outro País deste mundo com muito maiores possibilidades financeiras e com maiores recursos.

Concretamente, em termos de Região, aquilo que é apontado em termos de estrutura do sistema - eu desenvolverei esta matéria na minha intervenção - devo dizer-lhe que estamos na fase final que nos permitirá apresentar durante 1996 um projecto de decreto legislativo regional sobre a adaptação à Região da Lei de Bases de Saúde, que está apontado no programa do Governo.

Tal como tive oportunidade de falar várias vezes com o Sr. Deputado Fernando Fonte e com outros deputados do Partido Socialista, concordo que uma questão desta importância e desta natureza, como a definição do nosso sistema regional de saúde, tem que ser uma matéria que ultrapasse o Governo e o partido que sustenta o Governo. Tem que ser uma questão com uma larga base de apoio, porque um sistema regional de saúde que se faça agora não é para 4 anos, será para muitos e, eventualmente, os Srs. poderão até ter a oportunidade de serem responsáveis pela sua gestão. Por isso, tem que pressupor uma base de consenso muito alargada, até porque o que está aqui em causa são formas muito lentas e muito vultuosas.

Penso que conseguiremos cumprir neste ano que nos falta o objectivo que foi apontado.

Quanto à questão da introdução de novas tecnologias, posso-lhe também informar que estamos a avançar a passos muito largos, para a introdução da telemedicina, o que permitirá fazer aquilo que o Sr. Deputado falou, ou seja, por meios sofisticados, permitir que os doentes em ilhas onde não existem serviço de especialidade e hospitalar, possam tratar acompanhados por especialistas, através de meios informáticos e de comunicações avançadas, as situações previstas.

Estamos a avançar com isto e esta é uma matéria que está sujeita e será objecto de apoio comunitário ao qual também já concorremos.

Quanto à questão da equidade e acessibilidade, o grande problema dos Açores com a nossa dispersão geográfica, é exactamente este.

Se em termos dos princípios, é indiscutível que qualquer açoriano, independentemente da ilha onde viva, tem o mesmíssimo direito aos cuidados de saúde, é muito mais difícil tornar este princípio, este direito que é aceite por todos, numa realidade.

Na prática, é impossível que um cidadão por exemplo do Corvo ou de uma ilha que apenas tenha Centro de Saúde, tenha, mais que não seja a rapidez de acesso, a serviços altamente especializados como tem o Presidente do Hospital de Ponta Delgada ou do Hospital de Angra do Heroísmo.

Há que descobrir a forma de diminuir esta injustiça na acessibilidade. Porém, também não tenho ilusões sobre isso. Eliminá-la completamente, não vejo que seja possível

nos tempos mais próximos, mas há também medidas sobre as quais depois terei oportunidade de desenvolver mais.

De facto, há aqui deficiências e problemas estruturais complicados.

Há, o Sr. Deputado apontou e eu também já reconheci várias vezes, falta de recursos humanos ao nível dos médicos de clínica geral. Nós não fabricamos médicos de clínica geral nos Açores, não temos faculdades de medicina. A maior parte dos médicos de clínica geral que temos hoje na Região, não é oriunda da Região. Fixaram-se por algumas razões conjunturais na altura existentes.

Os que vêm agora, vêm para iniciar funções, mas pretendem sempre aproximar-se das zonas de residência e nós temos um problema complicado de resolver, ou seja, o de fixarmos aqui e aumentarmos os efectivos de clínicos gerais.

É evidente que isto vai influir naquele aspecto que o Sr. Deputado falou que é o das listas de espera nas consultas, isto é, haver um número significativo de utentes que não tem médicos de família e de alguma forma também as listas de espera hospitalares.

Quanto às listas de espera hospitalares e especialidades, temos que ser realistas: há muita coisa a fazer e há algumas especialidades onde se pode importar as listas de espera. Mas isso só poderá ser feito, não por decisão governamental, nem sequer depende do Secretário da Saúde, mas sim e muito do empenhamento e da motivação dos respectivos profissionais.

Ainda há bocadinho no debate com o meu colega da Agricultura e Pescas, foi referido e identificado um aspecto que é uma injustiça flagrante, ou seja, a distribuição dos rendimentos da pesca pelos tripulantes dos barcos de boca aberta.

Foi aqui reconhecido que não é possível, nem ao Governo nem à Assembleia por lei, contrariar regras que não estão escritas mas que resultam de uma cultura de muitas dezenas de anos e que ou os próprios pescadores por si são sensibilizados para alterar esta regara, ou não há governo nenhum que, por via legislativa, a consiga alterar.

Em relação à produtividade, ao maior ou menor empenhamento dos profissionais que poderá levar à redução das listas de espera, não há norma do Secretário Regional e penso que ninguém concordará que é usando e abusando dos meios disciplinares que se vai resolver esse problema, a não ser pela motivação e o empenhamento

permanente e contínuo dos profissionais que se pode corrigir muitas das deficiências que existem.

Há deficiências resultantes de falta de recursos, mas há deficiências existentes não por falta de recursos, mas porque, efectivamente, ainda não se conseguiu um empenhamento total e isso não se faz pela via do processo disciplinar e pela via repressiva.

Ou há motivação, empenhamento e responsabilidade de todos, ou há determinadas questões que nenhum Governo do mundo conseguiu-las-á resolver.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

V. Exa., numa reunião com a Comissão de Juventude, há 15 dias, reconhece que há necessidade, essencialmente nas ilhas pequenas, de alterações na deslocação de doentes.

A solução deste problema era resolvida facilmente através de um fax, de um telefonema ou de um ofício.

Até ao momento o assunto continua na mesma.

O que é que se espera para que assuntos destes, que são tão simples que não têm complicação nenhuma, sejam resolvidos?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em relação a esta matéria, eu já tive oportunidade de emitir um comunicado que foi distribuído pelos órgãos de comunicação social - não sei até que ponto é que teve repercussão - em que, claramente, explicito o meu entendimento sobre esta matéria.

Como o Sr. Deputado sabe, na sequência da publicação da portaria da deslocação de doentes e tendo-se verificado alguns problemas na deslocação dos mesmos, principalmente nalgumas ilhas do Grupo Ocidental, a Assembleia Legislativa Regional, através da Comissão Parlamentar competente, resolveu fazer um inquérito,

uma auscultação alargada junto de várias unidades de saúde e entidades como os sindicatos, ordens de médicos etc., para colher opiniões no sentido de habilitar a comissão a fazer sugestões ao Governo.

No mês de Outubro eu fui chamado à Comissão Parlamentar e no debate que lá ocorreu houve um largo consenso, da minha parte e da parte dos deputados da Comissão Parlamentar, em reconhecer que havia duas ou três questões que tinham que ser alteradas.

No entanto, elas não foram alteradas no papel, e estão explicadas neste comunicado, por duas razões: não foram alteradas, mas foram dadas instruções telefónicas aos responsáveis das unidades de saúde das ilhas em que estão, para flexibilizarem o entendimento destas normas que estavam estabelecidas e houve alguns utentes, nomeadamente da sua ilha, que ligaram directamente para o meu gabinete e eu próprio mandei desbloquear alguns assuntos dentro da linha do que tinha ficado combinado na Comissão. Por consenso, houve instruções e houve desbloqueamento de situações que estavam paradas.

Porque é que eu não cedi a alteração?

Em primeiro lugar, porque entendi que a Comissão Parlamentar, tendo feito um trabalho tão exaustivo sobre esta matéria e apesar de termos chegado a consenso em relação a duas ou três questões, era conveniente aguardar pelo relatório que já me foi entregue e que segunda feira será debatido nesta Casa, para, de uma forma mais ampla e mais aprofundada, me aperceber quais as sugestões que eram feitas para quando fizesse a adaptação fazê-la de uma forma mais completa e não apenas com a ideia que tinha ficado na reunião da Comissão.

Em segundo lugar, por uma questão jurídica e estatutária.

Se, eventualmente, fosse necessário alterar a portaria de deslocação de doentes, eu não o poderia fazer, o Governo de que faço aparte não o poderia fazer, porque nós estávamos em governo de gestão. E só depois da nossa investidura aqui na Assembleia Legislativa Regional, é que nós temos capacidade para legislar ou para alterar a legislação existente.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Hélio Pombo pediu para usar da palavra. Pediria ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para substituí-lo na Mesa.

(Neste momento o Dep. António Gomes substitui o Dep. Hélio Pombo no lugar de Secretário da Mesa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

Eu ouvi com atenção a explanação que o Sr. Secretário fez como resposta à intervenção do meu camarada e ouvi várias afirmações suas.

Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta e também ouvir a resposta possível.

O Sr. Secretário falou na questão da falta de recursos, na falta de médicos para tentar colmatar problemas de várias ordens que existem nesta Região, em relação ao atendimento dos doentes.

Eu gostava de dizer ao Sr. Secretário que na Ilha do Corvo, como noutras ilhas dos Açores - eu estou a falar no Corvo, mas posso falar de qualquer outra ilha, até posso falar dos doentes da Ilha do Faial, mas vou falar da Ilha do Corvo porque é uma ilha que fica mais longe, as pessoas estão isoladas e, quer se queira quer não, no fim do Séc. XX naquela Ilha continua a haver isolamento - há doentes que esperam durante meses para se deslocarem a determinada especialidade, por exemplo, ao Hospital da Horta.

Neste hospital, uma ou várias especialidades estão a funcionar, mas há médicos que utilizam o consultório do Hospital para dar consultas particulares a horas que devem ter combinado com os hospitais e com quem manda neles, e os doentes que estão longe continuam à espera da sua consulta.

O Sr. Secretário pode fazer o favor de me explicar porque é que isto acontece, como é que isto acontece e quem é que é responsável por isto?

Como é que é possível que alguns médicos utilizem os nossos hospitais, os nossos equipamentos, em proveito próprio e os nossos doentes continuem à espera de consulta?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao exercício de medicina privada nas instalações das unidades de saúde, é uma questão que está perfeitamente regulamentada, autorizada e a lei autoriza desde que esse serviço seja feito depois dos horários que os profissionais têm obrigação de cumprir, mediante compensações que são prestadas à própria unidade de saúde. De algumas formas é convencionada, de outras formas já estão previamente regulamentadas.

A questão que me pôs em relação à lista de espera, eu já aqui disse que há em algumas especialidades, listas de espera superiores àquilo que seria aceitável e desejável. Há até especialidades que são cronicamente geradoras de listas de espera muito prolongadas e dou-lhe dois exemplos: a oftalmologia e a estomatologia. Só fundamento duas porque é difícil ultrapassar este problema.

Esta questão tem a ver um pouco com aquilo de que eu já falei há bocadinho, ou seja, o problema da acessibilidade. A nossa preocupação é criar mecanismos para que a acessibilidade de todos os açorianos, independentemente da ilha onde vivam, seja o mais igual possível.

É evidente que um habitante do Faial que tendo bloqueamentos na área da resposta oficial, mas tenha o acesso à privada no hospital, tem realmente uma acessibilidade maior e mais fácil do que um habitante das Flores ou do Corvo que está em lista de espera para um serviço oficial, sendo que essa alternativa de privada está condicionada, inclusive pela distância.

No entanto, o sistema da deslocação de doentes, mesmo na portaria prevista, é considerado, sempre a nível excepcional, porque senão podemos perverter o Serviço Regional de Saúde e nós entendemos que esse serviço deve existir e até seria um desperdício de recurso.

Considera-se como excepcional a possibilidade de ir à privada, mas efectivamente nós não facilitamos a ida à mesma.

Se nós não pusermos uma tónica mais obrigatória no acesso, no direito e na resposta dos problemas pelo serviço público, pelo serviço regional de saúde e colocarmos a alternativa entre o serviço público e o privado, será muito fácil prever qual o destino deste serviço, ou seja, o mau aproveitamento e o desperdício dos recursos.

Há, realmente, uma intenção deliberada de dirigir as pessoas para o serviço regional e fazer com que esse serviço tenha capacidade de resposta para as necessidades.

Em última análise, como situação de recurso em situações perfeitamente demonstradas, até atestadas pelos responsáveis das unidades hospitalares, quando a unidade de saúde está bloqueada e não tem meios, não tem recursos ou não tem forma de resolver o problema, então sim, deve aceder-se à iniciativa privada.

É essa a explicação que lhe dou para este problema o qual estamos todos empenhados em resolver.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Rosa Machado.

Deputada Rosa Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nos programas do V e VI governos vemos, como uma constante, a preocupação de desenvolver estratégias que visam uma melhor qualificação dos recursos humanos regionais, com particular incidência na Educação e Formação Profissional.

Como garantia desta preocupação, assume o VI Governo o compromisso de apoiar a Universidade dos Açores e outros organismos públicos e privados em iniciativas que pretendam "valorizar as nossas gentes", dando entre os vários aspectos um, para mim de vital importância, no plano da educação dar "uma segunda oportunidade de escolaridade àqueles que não a usufruíram na idade própria".

No nosso entender, esta segunda oportunidade que é dada, devia ser alargada não só aos que ainda não possuem a escolaridade obrigatória, mas aos numerosos professores sem habilitação legal, mas que até agora asseguraram o funcionamento das nossas escolas, que sem o seu valioso contributo não teriam funcionado estes anos todos.

Professores sem habilitação, nós também não os desejamos, pois queremos valorizar os nossos quadros de professores, mas e torno a citar o Programa do VI Governo "assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na

idade própria, dando formação a esses açorianos, seria uma maneira justa de valorizar a nossa gente".

Uma vez: que se pretende transformar o Centro de Formação Profissional dos Açores em Instituto Público com autonomia pedagógica e científica, poder-se-ia ministrar nesse Instituto a dita formação; e ao mesmo tempo que formaríamos um quadro de professores açorianos qualificado, diminuir-se-ia o desemprego de pessoas que depois de terem servido a Região, algumas mais de 15 anos, se viram agora no desemprego precisamente por nunca terem tido uma segunda oportunidade de valorização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sendo a população estudantil da Ilha de São Miguel igual à população global da Ilha Terceira e superior à população do conjunto das restantes ilhas, achamos que deveria ser criada naquela ilha, uma Delegação da Secretaria Regional da Educação à semelhança da Delegação dos Desportos da Ilha de São Miguel que funciona e, bem, precisamente pelo elevado número de atletas existentes na ilha. Por estar mais perto das populações melhor resolve os problemas a ela ligados. Uma Delegação da Secretaria Regional da Educação também resolveria muitos dos problemas que afligem as nossas escolas, entre eles a colocação de professores em mini-concurso, que existindo este organismo numa ilha com um número de escolas tão elevado poderia com maior celeridade solucioná-los.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

"Os tempos modernos não começam de uma vez por todas Meu avô já vivia numa época nova Meu neto talvez ainda viva na antiga"

Esta frase de B. Brecht citada pelos professores responsáveis pelo novo projecto educativo de escola, pretende mostrar a simultaneidade do "novo" e do "velho", no campo da educação.

Se se entende por projecto educativo de escola um plano concebido de modo a enfrentar o tempo presente e preparação do futuro, então o projecto educativo de escola deverá corresponder à importância destas aspirações.

A evolução do conceito de escola define, agora, a escola como uma realidade sócio-educativa com características próprias, resultante de várias interações de pessoas e de sistemas.

Rosnay caracteriza a escola de hoje como um "conjunto de elementos em interação dinâmica recíproca que modifica o comportamento ou a natureza dos elementos.

Este novo conceito aponta para a escola como uma comunidade educativa dotada de uma lógica de funcionamento.

Neste novo contexto exige-se uma nova política, em que diferentemente da política educativa antiga, que considerava todas as escolas iguais, admite-se agora a especificidade de cada, dando-lhes autonomia pedagógica, administrativa e financeira e a participação da comunidade.

Mas para a concretização desta nova escola, têm de se formar "gestores", saídos do quadro de professores profissionalizados das escolas e não um gestor qualquer, para que o professor-gestor possa pôr em prática coerentemente e consistentemente um plano educativo de escola.

Ao colocarmos como presidente do conselho directivo de uma escola um professor que não tenha adquirido a especificidade de gestor e o mandarmos executar os novos planos é, como citam os responsáveis do lançamento do novo projecto, "difundir programas velhos com antenas novas".

Assim, é com a confiança renovada no programa do VI Governo que aqui deixamos expressa a vontade de muitos na construção de uma sociedade mais igual pela educação.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Viram-se tempos de mudança, tempos de transição. O mês de Outubro foi fértil quer para a Região quer para o País na produção de transformações. Pretendo debruçar-me

sobre as mudanças, transições que se operaram na área da Educação no Governo da República e no Governo Regional.

Nas eleições de 1 de Outubro os portugueses entenderam atribuir as responsabilidades governativas ao Partido Socialista. António Guterres indigitado Primeiro Ministro, escolheu para Ministro da Educação o Professor Marçal Grilo que constitui equipa com Guilherme d'Oliveira Martins, Silva Lopes e Ana Benavente.

O PS escolheu como área prioritária da Governação a Educação. Esperava-se uma equipa competente. Assim foi. Os responsáveis nomeados são personalidades competentes e com larga experiência na área educativa. Desejamos e esperamos que correspondam às legítimas expectativas que todos depositamos nesta equipa.

Das remodelações efectuadas do V para o VI Governo Regional, uma das três Secretarias que sofreu adaptações foi a da Educação e Cultura. Naturalmente que os açorianos esperam alterações não só nos comportamentos dos novos responsáveis, mas sobretudo a tomada de algumas medidas que se exigem de há muito. Só espero que o Dr. Bento Barcelos e a sua equipa se comportem de forma diferente com os professores, pais e alunos e tentem uma postura de diálogo e abertura aos diversos actores do processo educativo que, infelizmente, não se observou nos últimos anos.

Se tivéssemos de fazer um balanço e olhássemos à nossa volta, verificaríamos que o desalento e a desmotivação são características dominantes do estado de espírito de quem faz da Educação a sua vida.

Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, aceite pela generalidade dos interventores no sistema educativo, criaram-se expectativas que com a entrada do Eng.º Roberto Carneiro no Ministério da Educação, mais se avolumaram e que, na Região, deram azo a uma dinâmica diferente e com resultados positivos a vários níveis. Mas, as múltiplas atribulações vividas no Ministério da Educação, com Diamantino Durão, Couto dos Santos e Manuela Ferreira Leite, não deixaram de ter os seus reflexos nos Açores com Azevedo Rosa e Manuel Conde Bettencourt.

O País e a Região necessitavam de novas políticas educativas, do cumprimento da Lei de Bases, da salvaguarda do Estatuto Político-Administrativo; mas, desafortunadamente, vivemos anos difíceis, com diminuição de verbas, incapacidades

de iniciativa legislativa, inoperacionalidade dos serviços, desarticulação de directrizes, cópia de erros nacionais transmitidos aos açorianos, numa palavra perdeu-se a vontade e a capacidade de querer ser autónomos.

Os açorianos disseram não a este estado de "coisas" no dia 1 de Outubro. Têm direito a uma nova esperança. Inevitavelmente essa ânsia de mudança não se encontra consubstanciada neste Programa de Governo.

Desde logo não se percebe qual a prioridade para o Governo. Múltiplas são as áreas identificadas como prioritárias. Vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que se diz no programa em análise:

- Página 10 - Educação - "... merecendo, da parte do Governo, uma aposta prioritária."

- Página 11 - Juventude - "... natural prioridade à prevenção das toxicodependências, ... "

- Página 11 - Juventude - "... O combate à toxicodependência constitui aliás um objectivo prioritário ..."

- Página 11 - Formação Profissional - " A política de valorização dos recursos humanos... deve assumir um papel decisivo..."

- Página 13 - Emprego - "... os programas de apoio à criação de novos postos de trabalho, ... constitui desde logo um objectivo estratégico ..."

- Página 15 - Saúde - " A Saúde ... deve ser considerada como função fulcral ..."

- Página 15 - Segurança Social - " O VI Governo privilegiará neste sector o reforço de combate ... "

- Página 16 - Protecção Civil - " A política de protecção civil ... instrumento privilegiado de reduzir ... "

Como se vê, e poderíamos continuar ao longo de todo o texto, Sr. Presidente e Srs. Deputados "tudo é privilegiado, todos são prioritários". Afinal em que ficamos? A Educação é prioritária? Se o é, com que novas medidas? Quais os novos projectos? Quais as alterações? Onde estão as mudanças? Nem sequer nas pessoas, porque, de acordo com responsáveis do PSD, apenas três pessoas teriam de ser substituídas! Foram-no, mas as medidas políticas, pelo menos a nível das propostas do Governo permanecem idênticas!

O V Governo dizia "Reforçar os meios sócio-educativos necessários à plena integração social dos alunos mais carecidos". O VI Governo agora escreve "Reforçar os apoios sócio-educativos necessários à plena integração social dos alunos mais carenciados" .

Onde está a mudança?

O VI Governo propõe-se "valorizar a carreira de Professor, continuando a promover, para além da formação inicial, o acesso rápido à profissionalização em exercício e à formação contínua". Já o V Governo tinha como objectivo "valorizar a carreira do professor na Região : - continuar a promover, para além da formação inicial, o acesso rápido à profissionalização em exercício e à formação contínua."

Onde está a mudança?

O V Governo prometia "melhoria da administração e gestão do sistema de ensino". O VI Governo alvitra "promover a melhoria da administração e gestão do sistema educativo".

Onde está a mudança?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderíamos continuar a cotejar o programa deste Governo com o do seu antecessor. Acabámos de demonstrar que, com algumas ligeiras variantes, e, cambiantes quanto baste, nada ou quase nada mudou.

A mudança que se quer é outra! E logicamente não é o PSD nem este Governo quem a protagonizará!

Senão, vejamos:

Está este Governo em condições de retomar iniciativas já aprovadas nesta Câmara e depois revogadas, no que respeita a apoios aos alunos mais carenciados, aos alunos de algumas ilhas?

Pretende efectivamente o VI Governo valorizar o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância, dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, dos Investigadores e Docentes do Ensino Superior, criando e implementando novas políticas? Está este Governo disponível para negociar com os Docentes, as Escolas e a Universidade novas políticas de apoio à deslocação e fixação de docentes? Está este Governo em condições de encetar, coordenadamente com o Ministério da Educação,

algumas experiências pedagógicas, didáticas e científicas na Região? Tem este Governo condições para, em diálogo com os diversos parceiros, estrear novas medidas de combate ao analfabetismo, ao abandono escolar, à fuga à escolaridade obrigatória? Tem o novo Secretário condições financeiras para "melhorar a rede escolar através da beneficiação do actual parque escolar, bem como assegurar a construção de novos espaços de ensino e complementares" ? Como ?

Como, pergunto eu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se, porque se anteciparam as obras na Avenida Marginal em Ponta Delgada, isso nos custou a construção das então anunciadas Escolas Preparatórias e Secundárias de Lagoa, Maia, Ginetes e Ponta Delgada? Porque, os 600.000 contos que se gastaram, para possibilitar a sua inauguração em Setembro de 92, permitir-nos-iam receber de Bruxelas 3.400.000 contos! Mais! Na construção do tão propalado Monumento da Autonomia, que custou mais de 400.000 contos, esbanjaram-se 2.266.000 contos que nos viriam da Comunidade para construirmos a inacabável Escola Secundária Cardeal Costa Nunes, na Madalena, a nova Escola Secundária da Horta e a sempre anunciada EB2,3 e Ensino Artístico em Angra do Heroísmo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não acreditamos que este Governo vá fazer diferente. Eu não acredito! Até porque notícias já difundidas vêm alertar-nos que não haverá mudanças ! **Continuar-se-á a "tirar de onde faz falta e a colocar onde der nas vistas"! Quero dizer, onde der votos, onde apaziguar as hostes!**

Porém, contem connosco. O PS, os seus Deputados e Dirigentes insistirão na denúncia destas situações e manter-se-ão firmes na apresentação de propostas alternativas, responsáveis, sérias.

Está o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura disponível para acabar com as tão desnecessárias acções de formação acreditadas que levam os professores a participar em qualquer uma, mesmo que nada tenha a ver com o seu grupo de docência, a sua área disciplinar, mas, porque têm de ter créditos para progredir na carreira, lá vão eles desmotivados, desinteressados, sentar-se frente a prelectores que nada lhes dizem?

Está o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura desperto para as inúmeras dificuldades por que passam a Educação e Ensino Especial nesta Região, desde a falta de verbas à falta de pessoal? Com projectos para a Formação Profissional que não avançam porque a Direcção Regional da Educação não garante os 21% correspondentes à sua parte?

A Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia aprova o projecto da Escola de Educação Especial de Ponta Delgada. Os seus antecessores disseram não! O que diz V. Excelência? E sobre o parque escolar, as grandes reparações nos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico, as ampliações nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, o preenchimento dos quadros docentes, dos quadros de pessoal auxiliar e administrativo, das equipas de educação especial, dos serviços de psicologia e orientação, dos jardins de infância?

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura será que V. Excelência já tomou plena consciência da "Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na Área das Necessidades Educativas Especiais" ? Já se debruçou sobre a " Recomendação relativa à situação dos Professores, aprovada pela Conferência Intergovernamental Especial, realizada em Paris e encerrada no dia 5 de Outubro de 1966" pela UNESCO e OIT e que efectivamente trata da formação de Professores?

Sei que o tempo é curto! Urge arrancar rapidamente com algumas acções imprescindíveis para a concretização do primeiro objectivo do vosso Programa de Governo "assegurar as condições que permitam uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso à escola e do sucesso educativo contribuindo-se, assim, para o cumprimento da escolaridade obrigatória e para o prosseguimento de estudos".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falemos de algumas outras áreas do Programa do Governo.

O Emprego é uma das questões que mais preocupa quem nesta Região está entre os 18 e os 25 anos de idade e, sobretudo, se for do sexo feminino. Os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional indicam-nos que em Setembro/94 existiam 6.879 desempregados inscritos, em Abril/95 eram 7.250 e em Setembro/95 baixaram para 5.909. Aparentemente diminuíram os desempregados na Região! Será mesmo assim? Não se tratará da colocação em empregos temporários? Durante o período de

campanha eleitoral para as Legislativas fomos abordados por dezenas e dezenas de micaelenses, cuja preocupação principal, era a falta de emprego!

O que concretamente de novo se vai fazendo nesta matéria ? É sabido que o fenómeno Emprego/Desemprego é originado nas condições do mundo económico. O nosso tecido económico está muito fragilizado, mas a situação degradante em que vivem muitas famílias açorianas exige de todos nós um claro empenhamento nesta matéria. Não basta atribuírem-se alguns apoios para a manutenção de postos de trabalho, alguns deles correspondentes, pelo menos na aparência, ao pagamento de pequenos favores partidários ou de evidente clientelismo! **Como se pode aceitar que empresas que receberam apoios ao investimento e apoio pela criação de postos de trabalho, através do Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) e que a legislação obriga a manter os postos de trabalho pelo menos durante 4 anos, ainda no decurso deste período, o Governo apóie a mesma empresa na manutenção de postos de trabalho?**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passemos, ainda que muito rapidamente, pela Formação Profissional.

O que é que se passa com este importante sector? São queixas por tudo quanto é empresa, instituição, entidade, serviço que se predispõe a fazer Formação. São as verbas que tardam em chegar, até a metodologia de entrega das participações foi alterada, em Setembro já se haviam esgotado as verbas! Que vai acontecer ao Centro de Formação Profissional dos Açores? Porquê tanta demora? Iremos levar 3 anos para que se faça luz e se apresentem intenções?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate vai prosseguir. Continuaremos atentos a fim de nos apercebermos das alterações introduzidas e das informações prestadas ao longo deste debate neste caso.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS e do Deputado Independente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pela intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa foram levantadas algumas questões relacionadas com a área do emprego às quais me proponho responder.

Com efeito, o Sr. Deputado levanta algumas questões em relação aos números de desempregados, mas mais do que isso, levanta algumas suspeitas em relação a esses números.

Não vou discutir esse aspecto. Obviamente que se os números fossem mais altos em Setembro de 1995 do que em Setembro de 1994, certamente que o Sr. Deputado estaria aqui a fazer uma intervenção de bancada, mas como são mais baixos, porque decresceram significativamente, lança a suspeita se de facto esse abaixamento se deve aos programas ocupacionais.

Não é isso que se passa, Sr. Deputado. Se o Sr. se der ao trabalho de verificar os números que aqui referi, quer do Instituto de Emprego e Formação Profissional, quer inclusivamente uma publicação que eu mandei recentemente para os Srs. Deputados com os indicadores de Setembro, verificará que, efectivamente, isso nada tem a ver com os programas de características ocupacionais.

Há uma baixa significativa nos indicadores dos Centros de Emprego da Região e, obviamente, duvidar disso, é duvidar de todo o sistema que está implementado a nível nacional e que resulta do saldo dos inscritos entre os que estão e entre os que são colocados no mercado de trabalho.

Da nossa parte desejaríamos que esse número aumentasse, mas se o Sr. Deputado também se deu ao trabalho de verificar os números, concluiria que nos últimos seis meses para trás em relação ao mês de Setembro, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego da Região tem vindo a decrescer significativamente. Isto é notório através da nossa publicação em que o número mais baixo do que 5 909 empregados registado em Setembro, só se verificou em Maio ou Junho de 1994. Isso resulta de um esforço que temos feito com programas ocupacionais.

É missão deste Governo desenvolver esses programas porque eles potenciam durante a sua vigência a colocação de desempregados em postos de trabalho definitivos, mas também se deve aos programas relacionados com a obtenção de postos de trabalho com carácter de efectividade.

Numa sessão recente desta Câmara, eu tive o cuidado de evidenciar esses aspectos e em relação sobretudo ao Programa PROFORM, que está a ter uma grande adesão no nosso tecido empresarial, este prevê em toda a sua regulamentação não haver duplicação de apoios, ou seja, se uma empresa já foi objecto de apoio à manutenção de postos de trabalho, ou se não manteve o nível de emprego no último ano na altura que perde o apoio para a criação de novos postos de trabalho através do PROFORM, efectivamente, esta empresa não tem condições para se candidatar a este programa.

A questão que levanta aqui em relação a empresas que tiveram outros tipos de apoios depois de se poderem candidatar à manutenção de postos de trabalho, não corresponde de facto à realidade.

Em relação às verbas, o Sr. sabe muito bem que qualquer promotor da formação profissional nesta Região apresenta a sua candidatura na Secretaria Regional do Emprego, sendo a mesma analisada dentro de todos os parâmetros da regulamentação comunitária e a partir daí o promotor é prevenido. A acção inicia-se após o termo de aceitação de candidatura e começa toda a componente do processamento das tranches a que têm direito.

Essas tranches nem passam pelo orçamento regional. São transferidas directamente do DAFSE a nível central - Departamento dos Assuntos de Fundo Social Europeu dependente do IFP - para o promotor. Não existem, sobre qualquer responsabilidade da Região, quaisquer culpas se eventualmente existe um ou outro atraso nesta matéria.

Resumindo, poderei dizer que em relação à mesma, não sei se o Sr. Deputado está ou não convenientemente informado, terei a oportunidade aquando da discussão do plano de dar informações mais detalhadas, inclusivamente, em relação a alguma questão que possa levantar sobre essa matéria, mas não existe qualquer intervenção da Região neste campo.

Em relação a candidaturas que entraram no mês de Setembro e que às quais tenha sido comunicado aos promotores que não existem verbas, isso não é verdade.

O Sr. sabe as verbas que a Região tem para gerir, o presente Quadro Comunitário de Apoio e a sua repartição anual a que valores é que montam. Nós solicitámos a todas as entidades que fizessem a sua programação anual, o seu plano de formação anual.

Obviamente que temos determinadas verbas para um determinado ano e tudo o que surja para além disso, solicitamos aos promotores para apresentarem as suas candidaturas no ano seguinte. Não vamos aprovar candidaturas que excedam os plafonds que estão previstos anualmente para a formação profissional, correndo o risco de, efectivamente, os promotores iniciarem as mesmas e as verbas se atrasarem ou com base nos preceitos de natureza legal, as mesmas não serem atribuídas a estes.

Não se trata de modo algum de rejeitarmos candidaturas pelo facto de não haver verbas. Trata-se, sim, de gerir um programa com racionalidade em face dos planos de formação apresentados pelos diversos promotores e se surge uma entidade no final do ano com um plano de formação na ordem dos 100 mil contos, se já temos o plafond esgotado, sugerimos que apresente essa candidatura em Janeiro de 96 e as mesmas serão apresentadas neste mesmo ano.

Em relação ao Centro de Formação Profissional dos Açores que aqui referiu, ele está a funcionar normalmente, com novas áreas na qualificação, envolvendo um maior número de activos na curta formação, em horário pós-laboral e também no novo sistema que se iniciou recentemente, ou seja, o sistema de aprendizagem em três áreas muito objectivas e que já está a funcionar em pleno.

Neste momento, estamos a trabalhar a proposta legislativa que poderá transformar o Centro de Formação Profissional em Instituto, com um novo âmbito de acção descentralizada. Esse processo passa também por outros departamentos governamentais que têm que se pronunciar sobre esse diploma. Muito oportunamente estará presente em Conselho de Governo para seguir a sua tramitação através da Assembleia Legislativa Regional.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para participar no debate.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero repetir mais uma vez nesta Casa que nós não duvidamos dos números que existem sobre o emprego. O Sr. Secretário disse que nós duvidamos. Não duvidei!

Eu fiz-lhe uma pergunta muito concreta, ou seja, se não havia aqui algumas situações de emprego precário e o Sr. respondeu que sim.

Não tive dúvidas nenhuma sobre os números e não quero suspeitar a esse ponto das instituições.

No entanto, é mentira o que o Sr. disse!

Deputado Jorge Cabral (PSD): O que é isso?!

O Orador: Vou repetir bem alto: **é mentira** o que o Sr. disse sobre o SIBR e sobre o programa de manutenção de postos de trabalho! Pela terceira vez, **é mentira!**

Faça favor de apresentar, nesta Câmara, nas próximas 24 horas, uma relação completa da listagem dos apoios fornecidos pelo SIBR nos últimos 3 anos e das empresas que recebendo desses apoios, em 1995 - eu só lhe pedi de 92 para a frente, agora peço-lhe de 95 - através do programa da manutenção dos postos de trabalho.

Tem 24 horas para demonstrar a esta Casa que o que eu disse era mentira. Eu tenho 24 horas para demonstrar que o que disse era verdade. Está feito o desafio. Peço-lhe que seja até ao meio dia porque amanhã vou ter que me ausentar a essa hora!

O que eu disse é verdade e o que o Sr. disse é mentira! Já disse e repito!

No que diz respeito às candidaturas, eu também faço parte de um centro que faz formação e foi-lhe dito em Setembro que não apresentassem mais nenhuma candidaturas para este ano porque a verba estava esgotada.

O Sr. Secretário efectivamente disse isso, isto é, que os plafonds estavam esgotados. Eu falo em verbas (em português), o Sr. fala em plafonds (em Francês) se calhar a diferença está nisto, um fala Francês o outro fala em português. Eu peço imensa desculpa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia

(Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não podia deixar de dar um esclarecimento perante a questão final levantada pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, com um tom agressivo, sobre a questão da mentira.

Deputado Francisco Sousa (PS): O Sr. disse que era mentira o que eu tinha referido. E eu disse que era mentira o que o Sr. disse!

O Orador: Se houvesse dúvidas de alguma modificação de posturas por sua parte e num clima de abertura que também por nós é demonstrado a nível governamental, obviamente que essas dúvidas se dissiparam aqui.

Eu não falei em relação ao SIBR, mas sim em relação ao Programa de Manutenção de Postos de Trabalho em relação a outros programas.

Deputado Francisco Sousa (PS): Eu falei no SIBR em relação aos postos de trabalho.

O Orador: Ademais Sr. Deputado, é inconcebível a sua postura. Demonstra que o Sr. vai continuar nesta Casa a ser o que é e conforme já é conhecido com esse tipo de posturas agressivas, insultuosas inclusivamente!!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Em relação ao Programa de Manutenção de Postos de Trabalho, V. Exa. sabe muito bem, porque conhece a legislação que suporta o mesmo, que a lei é incompatível com outros programas do mesmo cariz, como o PROFORM, como a iniciativa local de emprego e obviamente que estou a referir-me em relação a esses programas.

Eu não invoquei aqui qualquer palavra em relação ao SIBR, mas sim V. Exa..

Eu não vou devolver no mesmo tom o modo como invocou aqui a mentira. Obviamente que estarei disponível aquando da discussão do plano e orçamento, apresentar qualquer listagem nesta Casa relacionada com o SIBR.

V. Exa. poderá dizer que este ou aquele projecto foi coroado de insucesso, obviamente que sim. Em qualquer programa de investimentos, há investimentos menos bem sucedidos, há investimentos melhores.

De qualquer modo, esta matéria será objecto a muito curto prazo, e com base num estudo que está sendo levado a cabo, para se saber da eficiência dos sistemas de incentivos nesta Região.

Também a curto prazo, o Sr. Deputado terá um alicerce que poderá, consubstancial ou não, manifestar opinião que tem sobre os programas de investimentos com base no anterior Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente o SIBR, o SINC, o SIFIT ou outros.

Julgo que é prematuro, neste momento, a afirmação e o tom que utilizou aqui, ou seja, que era mentira o que eu tinha dito.

Eu devolvo-lhe o mínimo que V. Exa. atirou...

Deputado Francisco Sousa (PS): Devolva-me as provas!

O Orador: Não lhe respondo no mesmo tom, obviamente, só lhe digo que eu não falei em SIBR, mas sim nos sistemas de apoio à criação e manutenção de postos de trabalho!

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra com que finalidade?

Deputado Carlos César (PS): Para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário da Juventude, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta que foi formulada pelo Sr. Deputado Regional do Partido Socialista, do meu ponto de vista, foi bem formulada. A pergunta foi clarinha.

A legislação do SIBR obriga as empresas a manterem os postos de trabalho pelo menos durante 4 anos. Isso torna também incompatível a atribuição a outro tipo de subsídio para o mesmo fim. Até aqui estamos bem.

O Sr. Deputado Francisco Sousa disse que o Sr. Secretário concedeu um subsídio com base no SIBR e com base noutra programa, às mesmas empresas para os mesmos fins, em desacordo com esta orientação da lei relativa ao SIBR.

O Sr. Secretário meteu uma série de outros programas e não nos disse se isso era verdade ou era mentira. Ou talvez quando disse que era mentira, eventualmente

referiu-se a outra situação que não aquela que tinha sido colocada justamente pelo Sr. Deputado Francisco Sousa.

O que nós estamos dizendo é que o Sr. Secretário fez isso, nós temos provas disso e por isso questionámos sobre essa matéria e nesse sentido o Sr. não nos deu a resposta à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Francisco Sousa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu agradeço a ajuda que o Sr. Deputado Carlos César deu ao seu camarada de bancada, porque efectivamente ele formulou a pergunta noutros termos.

Deputado Carlos César (PS): Eu não dei ajuda nenhuma!

O Orador: Sr. Deputado Carlos César, qualquer sistema de apoio à manutenção de postos de trabalho na sua fase de tramitação a qualquer empresa, a primeira coisa que vamos ver nos nossos registos é se essa empresa foi objecto de algum apoio, inclusivamente dos sistemas não só dos actuais como do anterior Quadro Comunitário de Apoio. Já detectámos algumas situações desse cariz e, nessas situações, esses processos foram indeferidos. Não foi isso que o Sr. Deputado Francisco Sousa disse.

Deputado Francisco Sousa (PS): Foi isso que eu disse!

O Orador: Essas situações quando são detectadas os processos são indeferidos, mas isso já se sabe Sr. Deputado.

Deputados Carlos César e Francisco Sousa (PS): Indeferidos?!

O Orador: Com certeza.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco de Sousa)

O Orador: Está bem, o Sr. Deputado depois fará o favor de me informar desses casos, deve ter uma listagem...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não, o Sr. é que tem a listagem!

O Orador: O Sr. há-de pôr essa questão num tempo oportuno e nós vamos ver.

Eu não tenho aqui a listagem para lhe dizer quais as empresas em que os projectos foram indeferidos por já terem usufruído deste ou daquele apoio em termos do sistema de incentivos.

Esta é uma questão essencial que nós verificamos sempre.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou pedir a V. Exa. que investigue, já que o Sr. verifica tão minuciosamente esses casos de repetição de subsídios para o mesmo fim, pode ser que V. Exa. ainda na discussão deste programa do Governo, possa esclarecer a razão pela qual determinada revista periódica obteve nos últimos três anos um subsídio ao abrigo do SIBR e no mês de Outubro deste ano obteve mais um subsídio, julgo eu, para o mesmo fim.

Permita-me que o diga com grande hipocrisia, se o Sr. Secretário, que é uma pessoa naturalmente atenta e que sabe que não há muitas revistas periódicas de informação geral que se publicam mensalmente na Região, talvez até procure nas capas do mês de Outubro de alguma revista e descubra a razão pela qual o Sr. atribuiu esse subsídio.

Estamos esclarecidos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão que o Sr. Deputado Carlos César aqui levantou, costuma-se dizer que "quem não deve não teme" e obviamente teremos a oportunidade de mandar indagar essa questão.

Agora, o Sr. refere aqui o SIBR e a revista. Eu não estou a ver a ligação entre um Sistema de Incentivos de Base Regional dessa natureza a dar apoio a um projecto de uma revista. De qualquer modo, registo aqui a questão que levantou e terei a oportunidade de o esclarecer pessoalmente sobre essa matéria.

Deputado Carlos César (PS): Não é pessoalmente, é aqui nesta Câmara!

O Orador: Desculpe, pessoalmente, nesta Câmara!

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Srs. Deputados das Representações Parlamentares, para quando fossem 18.25 horas, fizéssemos uma pequena reunião na sala de conferência.

Eram 18.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 19.00 horas.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com a permissão do Sr. Presidente, eu gostaria de responder a algumas questões que foram aqui colocadas pela Sra. Deputada Rosa Machado e pelo Sr. Deputado Francisco Sousa.

As intervenções que foram feitas por estes Srs. Deputados, são pertinentes e merecem da minha parte alguns comentários.

Começaria como é óbvio, respondendo à intervenção da Sra. Deputada.

Em relação aos professores sem habilitação legal, com carência de qualificação, esta é uma matéria cuidadosa, exigente, mas temos que a encarar. Não temos dúvidas que haverá professores sem habilitação legal que durante vários anos leccionaram, fizeram-no com qualidade, conhecendo o meio onde trabalhavam, conhecendo a escola e os alunos e certamente estes são valores e potencialidades que devem ser potenciadas.

Sei que a Universidade dos Açores, por solicitação da Secretaria Regional da Educação e Cultura, abriu a possibilidade de formar alguns desses professores. No entanto, também sei que alguns não apresentaram condições para essa formação.

Estamos ainda abertos a reflectir e a estudar a possibilidade de viabilizar a pretensão da formação de professores ao nível de habilitação própria.

Em relação à questão que se inter-relaciona dos mini-concursos, esta é também uma matéria delicada e carece de estudo adequado, por forma a serem potenciados esses professores que ao longo de vários anos leccionaram e que, neste ano lectivo, não ficaram colocados.

Quanto à gestão escolar e aquilo que a Sra. Deputada Rosa Machado referia, o prof. gestor, de facto, no Decreto-Lei 162/91, de 10 de Maio, definiu o novo regime de gestão escolar. Este novo regime foi bastante contestado pelos profissionais da educação e pelos sindicatos. Não foi ainda aplicado na generalidade no Continente e creio que terão sido essas razões que levaram à sua não aplicação aqui, nos Açores.

É uma matéria que também vamos estudar, na medida em que eu entendo que para gerir uma escola - há escolas que são grandes empresas pelo número de trabalhadores que nelas trabalham e que são profissionais, pelo número de alunos, movimentos de verbas e de recursos materiais - é necessário pessoas com perfil adequado para estar à frente da gestão da mesma.

Passarei também a responder a algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado Francisco Sousa.

O Sr. levantou aqui questões pertinentes, mas permita-me que comece por dizer que não é de chocar que a proposta do programa do Governo, na área da educação, seja muito similar à proposta anterior.

O Sr. Deputado compreende que este Governo é alicerçado na mesma maioria parlamentar.

Está a decorrer um ano lectivo e a reforma do sistema educativo. Portanto, não faria sentido de forma nenhuma, que houvesse rotura com todos os grandes objectivos ou linhas programáticas definidas pelo anterior governo.

O Sr. Deputado referia também logo de entrada que não há mudança nos actos.

Sr. Deputado, eu não tomei nenhum acto. Até agora, tenho estado a conhecer os dossiers da Secretaria. Até aqui tenho sido um aluno estudando esses dossiers, para depois tomar os actos que são necessários, na certeza porém, que também não os

podia tomar em termos legislativos, na medida em que o Governo não está investido dessa competência política.

Eu não quero confundir de forma nenhuma o seu cargo de deputado com o seu cargo de docente e de responsável pelo Sindicato. Ainda não tivemos oportunidade de trabalhar, mas eu já cedi uma audiência com o Sr. Deputado que vai decorrer na próxima semana e, só a partir dessa altura, é que seria razoável aceitar da sua parte o comentário de que não vai haver mudança.

O Sr. levantou algumas questões. Se me permitir, apenas vou esclarecer algumas e na minha intervenção penso esclarecer as outras. Estarei sempre disponível aqui ou no exterior para falar com o Sr. Deputado sobre esta matéria.

Falou em fixação de docentes. Este é um problema complicado, fixar docentes, uma classe profissional de extrema importância, nas ilhas mais carenciadas.

Há pouco, também referia aqui que é necessário contenção na despesa. O Sr. Deputado sabe que, neste momento, gasta-se por ano 120 mil contos de subsídios de fixação aos docentes, o que quer dizer Srs. Deputados, 10 mil contos por mês.

Se eu pensar que esta verba é ainda agravada, poderá reduzir no orçamento que eu tenho para área da educação, coincidência por exemplo no FRASE, na acção social escolar, no apoio à alimentação ao nível do leite escolar, nos transportes, etc.. Não sei se de facto não é impertinente pensar que não se deve agravar as despesas na área da fixação. É uma questão que também não está fechada, Também iremos falar, mas é preciso ter uma grande sensibilidade na sua abordagem.

O Sr. Deputado referiu também a problemática das verbas dedicadas ao apoio socio-educativo para a integração social dos alunos mais carenciados. Eu estou muito preocupado com isso.

Como sabe Sr. Deputado, eu venho da área da segurança social, como Director Regional, e também tive essa grande preocupação. Há possibilidades de haver um certo enquadramento nas despesas do FRASE, nomeadamente no transporte escolar, por forma a se poder fazer essa acção, um imperativo da lei, com menos custos, sobrando algumas verbas para que possam ser canalizadas para o apoio directo às nossas crianças e jovens filhos de famílias mais carenciadas. Vamos ter uma atenção muito especial a essa matéria.

Quanto a equipamentos, parques e construções escolares, este não é momento para abordarmos essa matéria. A discussão do plano e orçamento ir-nos-á permitir essa abordagem.

Em relação aos créditos, ou seja, as acções de formação imperativas para a progressão na carreira dos professores, o Sr. sabe melhor do que eu, que foi nos termos de uma determinação nacional que esse normativo de aplicação imediata nos Açores foi criado.

Creio, pela informação que tenho, que não é possível, neste momento, anular-se esse dispositivo legal. Se o vosso Governo conseguir fazer algumas alterações nesse sentido estaremos abertos a reflectir.

Por último, em relação ao projecto da educação especial da escola de Ponta Delgada e da já falada telecomunicação social dos 21% que faltam, devo-lhe dizer que esta escola é um estabelecimento de ensino que tem a tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Esta escola foi dotada de uma verba considerada necessária para o seu funcionamento. Foi solicitado um reforço dessa verba o qual foi atribuído, mais ou menos de 10 mil contos, que seria para formação profissional.

Entretanto, foi lançado um projecto comunitário o ANDINET e o HORIZON- P 40, que foi aprovado e apoiado e tudo levava a crer que, tendo em conta que há despesas no desenvolvimento desse projecto em termos do pessoal docente da própria escola, são asseguradas pelas despesas de funcionamento da mesma e em termos de equipamentos necessários estes são assegurados pelo orçamento da própria escola. Havia as verbas consideradas necessárias para assumir-se os 21%. Pelos vistos não há, o processo também não está terminado. Mal eu tomei posse tive conhecimento disso e o que posso dizer ao Sr. Deputado é que na próxima semana vai haver uma reunião entre a direcção da escola e o Director Regional da Educação sobre isso, havendo contudo alternativas de projectos de validade na área do apoio às crianças e jovens deficientes.

Em relação à "Recomendação de Salamanca" e à "Conferência Intergovernamental de Paris" sobre a situação dos professores, eu conheço alguma coisa do primeiro documento quando ainda era Director Regional da Segurança Social. Creio que este documento - irá corrigir-me se não for verdade - aponta para integração plena no

sistema regular das crianças e jovens deficientes. Não há qualquer dúvida sobre essa metodologia, apenas há aqui uma questão preocupante, ou seja, há muita dificuldade no meio adequado, nas características das salas, no equipamento e na mobilidade para se poder acompanhar essas crianças e jovens que são nossos concidadãos.

Em relação à "Conferência Intergovernamental de Paris" sobre a situação dos professores, eu tenho lido muito nestes últimos dias, mas, sinceramente, não sei. Não lhe posso dizer nada sobre esta matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Passarei agora à minha intervenção.

Na minha primeira intervenção na tribuna da Assembleia Legislativa Regional, impõe-se-me saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente, deste primeiro órgão de Governo próprio da Região, o mais representativo do Povo Açoriano e da nossa nova Autonomia Democrática, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho do alto cargo para que foi eleito.

Saúdo também, com muito respeito, todos as senhoras e senhores Deputados, como titulares directos do mandato legítimo e democrático dos Açorianos. E com estas palavras simples, quero também saudar cordialmente, todos os meus concidadãos que nas nossas ilhas fazem a sua vida, dando o seu contributo inestimável para o bem-estar, desenvolvimento e progresso dos Açores, que todos nós desejamos e que nunca é um processo acabado.

Ao aproximar-se 1996, ano que marca os 20 anos da nossa Autonomia política e ainda no envolvimento das comemorações dos 100 anos das primeiras experiências da Autonomia, que neste Órgão teve a sua expressão máxima, quero afirmar, como Açoriano, como actual responsável político dos sectores da Educação, Cultura e Desporto, o meu respeito e a minha homenagem, a todos os que, com as suas reflexões, os seus escritos, as suas palavras, o seu trabalho e os seus actos sociais, comunitários e políticos ajudaram, pela via da Democracia e da Liberdade, a construir a nossa Autonomia, e que lhe deram corpo e alma. Sim, alma, creio que digo bem, porque não sendo a Autonomia uma realidade estática, imune aos acontecimentos políticos e à evolução dos tempos, importa que nesta dinâmica, nesta

dialéctica que temos que manter, que a alma e o espírito não nos faltem, para além da vontade, da coragem, do engenho e da arte, que as "coisas" da política exigem.

Está o VI Governo Regional a apresentar o seu Programa do Governo nesta Assembleia, a fim de receber dela a investidura, que lhe permitirá assumir a plenitude dos seus poderes políticos.

Cabe, pois, ao Secretário Regional da Educação e Cultura, dar também o seu contributo, apresentando as linhas gerais que orientarão o seu desempenho político nos sectores da Educação, da Cultura e do Desporto, no respeito pela orientação programática e política do Partido Social Democrata, no respeito pelas orientações políticas da maioria parlamentar desta Assembleia e no cumprimento, seguramente, das directrizes políticas do Senhor Presidente do Governo.

Desde já, entendo afirmar, que pautarei a minha actuação duma forma respeitadora, aberta e dialogante, com as instituições de natureza política, com os senhores Deputados, com as Autarquias Locais, com as instituições da sociedade civil organizada, com os serviços da Educação, da Cultura e do Desporto, com os Sindicatos e, naturalmente, com os responsáveis políticos homólogos do Governo da República, num diálogo institucional franco e responsável, sabendo, que, certamente, encontraremos ideias e pensamentos diferentes, actos e decisões no seu conteúdo e natureza diferentes, mas que o interesse nacional e regional exige, que sejam potenciados, harmonizados e enriquecidos, sem violar a nossa orientação política e a nossa consciência.

Tem neste âmbito, das relações institucionais do Governo Regional com o Governo da República, uma importância decisiva, o sector da Educação, dado a natureza e complexidade do sistema educativo e o seu carácter universal, e estar em curso uma reforma do ensino ou em sentido mais lato, uma reforma educativa.

Mas, os sectores do Desporto e mesmo o da Cultura exigem, compreensivelmente, uma relação nacional, que reforçará as nossas potencialidades no fomento das actividades e na divulgação da nossa vida desportiva e cultural, no desenvolvimento das nossas capacidades endógenas nestes âmbitos, que são, sem qualquer dúvida, muito ricas.

A Educação, o Desporto e a Cultura constituem um tripé fundamental na política do Governo, porque constituem individualmente e no seu conjunto, um alicerce relevante e até indispensável para o desenvolvimento integral do Homem, começando bem cedo, nas crianças, nos adolescentes, nos jovens e por aí fora, até que em idade adulta, as mulheres e os homens serão, em comportamento, em capacidade, o que conseguiram adquirir quando novos. É da conjugação da educação, da cultura e do desporto, polos nucleares de desenvolvimento, que poderemos ter, que já temos e que não nos cansaremos de ajudar a formar, jovens, homens e mulheres de "mentes sãs em corpos sãos", relembrando a máxima e princípio grego, de sempre e grande actualidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tendo presente o limitado espaço temporal de acção do Governo, importa definir prioridades nas linhas de orientação política, tanto para a Educação, como para os outros sectores que me estão cometidos.

A aposta na Educação constitui um dos maiores desafios da actualidade e, conseqüentemente, do Governo, na certeza de que, só uma sociedade em que a Educação assuma o seu papel determinante, pode aspirar a um futuro melhor.

Apostar na Educação é também apostar na juventude.

Os Açores, Região Insular da União Europeia, sofrendo já, ainda que em menor escala, dos fenómenos demográficos que se estendem por toda a Europa Ocidental e Nórdica, de envelhecimento da população e de redução da natalidade, tem que dar uma total prioridade à Educação.

Melhorar as condições da prestação do binómio Instrução/Educação é uma tarefa empolgante para o presente, mas é a melhor forma de dar um melhor futuro às nossas crianças e aos nossos jovens.

É sabido que temos dificuldades acrescidas conseqüentes da nossa realidade arquipelágica.

É sabido que estamos a fazer um grande esforço com os recursos financeiros existentes, que são escassos, com os recursos humanos e materiais ao nosso dispor, desempenho do processo educativo, nomeadamente, para se dar condições, nas nossas ilhas mais pequenas ou de menor densidade populacional, à prestação do

ensino secundário, como é o caso que se verifica nas ilhas Graciosa, S. Jorge, Flores e até agora, a outro nível escolar, no Corvo.

Os nossos concidadãos destas nossas ilhas e as famílias, merecem tal esforço e é a garantia do acompanhamento afectivo e educacional próximo, que a relação saudável de pais/filhos não dispensa, principalmente nas idades mais novas.

É também a garantia do natural e necessário rejuvenescimento das suas populações, do seu tecido social e da transmissão de valores familiares e culturais que cada ilha, nas suas diferenças e especificidades, que fazem tornar mais rica, social e culturalmente, esta Região. De realçar neste âmbito a cooperação significativa das Câmaras Municipais, das Escolas, dos professores, dos pais e Encarregados de Educação.

Importantes passos foram dados nesta matéria pelo V Governo Regional que tomou medidas de grande alcance nestes objectivos, as quais, aliás, correspondiam ao apelo que as famílias, as instituições da sociedade civil e as autarquias apresentaram à Comissão Executiva da Família, a que tive a honra e o agrado de presidir.

A qualidade do ensino e da educação, em sentido lato, na Região, não nos envergonha de forma alguma.

Antes pelo contrário, mantendo proximidade de parâmetros qualitativos em relação ao Continente, tem em alguns aspectos, ultrapassado os níveis nacionais, como é o caso da rede pré-escolar, que cobre 92% das 150 freguesias da Região.

Refira-se que, dos 62.000 alunos, aproximadamente, matriculados no ano lectivo presente, quase 7.000, são crianças, integradas no pré-escolar.

Temos um bom nível de sucesso escolar, no primeiro, segundo, terceiro ciclos e no secundário, que também é fruto da qualidade profissional, técnica, pedagógica e científica da maioria dos nossos docentes. Cabe aqui uma palavra, aliás merecida, de reconhecimento pelo esforço e pela competência dos educadores de infância e dos professores, que a rede oficial e particular tem ao seu serviço nestas ilhas, e que em instalações e equipamentos escolares, em alguns casos menos adequados, temos consciência disso, vão, dedicadamente, sendo bons "mestres, bons educadores dos nossos filhos, no dever e na qualidade que a escola nova tem, de ser uma parte

integrante primordial do processo educativo e na relação interactiva Escola/Família/Sociedade.

Também aqui cabe um apelo à participação dos alunos e dos encarregados de educação na potenciação de todos os meios, muitos deles de grande qualidade, que estão ao seu serviço e do sistema educativo e o apelo e a compreensão, em relação às dificuldades (financeiras, materiais e outros...) que vão existindo sempre, não obstante, o grande esforço a todos os níveis que o Governo e os responsáveis pelos estabelecimentos de ensino fazem, para as ultrapassar.

Apostamos também no desenvolvimento da reforma educativa e tentaremos, com optimismo, dar resposta às suas solicitações, conscientes dos impactos financeiros e funcionais que a reforma vai exigindo.

Apostamos num trabalho conjunto comprometido e determinado, em execução de políticas transversais sectoriais, com os departamentos governamentais competentes, na sensibilização e educação dos nossos alunos, nomeadamente os jovens, para a luta contra a droga, contra a sida, contra o álcool

que não lhes dá a saúde, a felicidade e a alegria que queremos que tenham. Nesta aposta, preocupa-me a segurança nas nossas escolas e a sua estabilização, o acesso, de estranhos às suas instalações e redondezas, e a proximidade ilegal de estabelecimentos de venda de álcool. Neste campo, a acção dos professores deverá ser complementada, com grande empenho, pelos pais e encarregados de Educação, com o apoio óbvio das forças de segurança. Queremos jovens fortes, saudáveis e alegres e bons alunos, claro.

Apostamos na consolidação e potenciação da nossa já extensa rede da educação pré-escolar, com a preocupação e a convicção de que as crianças devem essencialmente ser educadas no seio da família, contudo, esta resposta social e educativa tem grande pertinência e actualidade, até mesmo nos nossos meios rurais. A necessidade de sociabilização, o atendimento da criança durante a ocupação profissional dos pais, devido essencialmente à incidência do emprego feminino, a alteração visível da estrutura familiar nuclear e alargada e os fenómenos da urbanização crescente, solicitam esta resposta, a par de ser um apoio social às famílias mais carenciadas e desfavorecidas, que normalmente têm uma natalidade mais elevada.

Queremos apostar no ensino técnico-profissional, no reforço dos cursos já existentes e na implementação de outros, bem como no apoio às Escolas Profissionais que, felizmente, vão existindo nos Açores e que têm um papel fundamental na preparação profissional dos nossos jovens para o mundo do trabalho e para a produção, contribuindo para a realização pessoal e a criação de riqueza.

Por último, apostamos, convictamente, na educação especial. Temos consciência que as crianças e os jovens deficientes são, de entre os frágeis da nossa sociedade, de que saliento, os idosos, os toxico-dependentes, os doentes, os desprovidos de meio familiar natural, os deficientes são, repito, os mais frágeis. Estes nossos concidadãos, para alguns de nós, nossos filhos e irmãos, precisam e merecem o maior dos nossos esforços, bem como, as suas famílias.

São estes os quatro grandes objectivos. A segurança e estabilização das nossas Escolas, a consolidação da educação pré-escolar, o reforço do ensino técnico-profissional e o alargamento do apoio à educação especial.

Mas, tenho a certeza, que o Secretário Regional da Educação e Cultura nada faz sozinho, porque estas apostas, estes desafios, carecem da cooperação de todos, desde já dos outros departamentos governamentais, que em execução de políticas transversais, actuaremos em conjunto, da cooperação das autarquias locais, dos profissionais do ensino, das instituições sociais particulares, das famílias e dos directos beneficiários do sistema educativo, os alunos e os pais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sobre o sector da educação não devo alongar-me mais. No documento em discussão do Programa do Governo consta, numa apresentação mais detalhada, os nossos objectivos e as linhas de actuação política.

Debruçar-me-ei agora sobre os sectores da Cultura e do Desporto que, indiscutivelmente, também, tal como na Educação, envolvem milhares de açorianos e algumas centenas de instituições particulares, que constituem a sociedade civil organizada, grande motor da participação das pessoas, dos homens e mulheres, que voluntariamente dão o seu válido contributo à causa do desenvolvimento e da modernização da nossa sociedade.

Refiro-me, necessariamente, às Associações Recreativo-Culturais, às Sociedades Filarmónicas, aos Grupos de Teatro e de Folclore, aos Institutos Culturais Associativos, às Casas do Povo, mas também, no que se refere ao Desporto, aos Clubes Desportivos, às Associações das mais diversas modalidades e aos agentes culturais e desportivos, que individual e colectivamente dão um contributo inestimável na dinamização cultural e desportiva.

Para além dos objectivos políticos traçados e as linhas orientadoras da actuação do Governo, no âmbito da cultura e do património cultural, devo afirmar, que no meu ponto de vista, um dos alicerces fundamentais da Autonomia, advém da natureza, especificidade e genuinidade da nossa cultura, melhor dizendo, das nossas culturas, da nossa história, do nosso património artístico, civil e sacro e das nossas manifestações culturais de grande incidência popular.

A alma, o pensamento e o espírito do nosso Povo atribui à nossa realidade cultural uma personalidade ímpar, uma identidade muito própria.

Portugueses, sem dúvida, europeus e universais também, os Açorianos emanam de si uma expressão cultural, que os distingue, no nosso País, nos Países de imigração, onde as nossas comunidades projectam uma vida literária, espiritual e cultural que a distingue das outras.

Por tudo isto, importa alimentar a nossa realidade cultural, acarinhar as iniciativas individuais ou colectivas nas artes, na literatura, na poesia, na ficção, no conto, envolver os nossos jovens nestes objectivos e na expressão musical e teatral, defender e proteger o nosso património arquitectónico, artístico, antropológico e etnográfico o que é um imperativo do Governo e de toda a sociedade, é dar corpo e vida, à nossa identidade cultural, que passa obrigatoriamente pela defesa dos nossos próprios valores.

A propósito, não posso deixar de partilhar nesta Assembleia, a preocupação do Governo em relação à protecção do nosso património cultural subaquático. De facto, a legislação nacional existente não respeita a participação política, constitucional e funcional da Região, nas decisões sobre a eventual inventariação, exploração, recolha, classificação, restauro, preservação museológica e direito patrimonial do espólio cultural subaquático, quando é sabido, pela voz de categorizados

historiadores, arqueólogos e investigadores, que os mares dos Açores são, indiscutivelmente, os mais ricos nesta matéria.

Manteremos uma posição firme, com o necessário e frutuoso diálogo, em cooperação com os departamentos competentes do Governo da República, para a revisão da legislação em causa. Estamos confiantes que o Governo da República irá atender a esta pretensão política e constitucional, que é da mais elementar justiça.

Esta é uma questão de relevante interesse regional e nacional, que nos mobilizará com entusiasmo e que deverá apelar à participação da Universidade dos Açores que, tal como já acontece com a Educação, poderá envolver os seus professores e investigadores dos seus departamentos competentes. Aliás, o Senhor Reitor, com quem estive a trabalhar há dias, mostrou-se muito aberto a esta cooperação que tem também, naturalmente, grande relevância para a Universidade.

Creio que, também esta Assembleia poderá desenvolver um papel importante e decisivo neste desafio, que se nos coloca pela frente.

Relativamente ao desporto e sem querer também repetir o que constitui a proposta do programa do Governo que está em discussão, realçava a importância da inter-ligação do desporto escolar, do desporto de recreação e do desporto de rendimento ou de competição. São três valências, digamos assim, que reforçam e complementam entre si, a dinâmica desportiva que existe na Região.

Também nesta área, o alvo preferencial são os jovens, (iniciados e juvenis), não obstante aceitarmos com normalidade, que a prática desportiva, como actividade saudável para o corpo e para o espírito, praticada individualmente ou em grupo, se destina a todos os homens e mulheres, qualquer que seja a idade. Mas, efectivamente, tem a juventude mais um desafio e um meio ao seu alcance para a sociabilização e para o desenvolvimento a todos os níveis.

Apostamos na continuação do fortalecimento do desporto, desenvolvido no meio escolar e pelas estruturas da sociedade civil organizada, para o qual o Governo tem vindo a cooperar, técnica e financeiramente, promovendo a celebração de contratos-programa, que têm vindo a demonstrar ser um instrumento indispensável e disciplinador na relação institucional de apoio entre os clubes desportivos, associações de modalidade, e outras instituições promotoras da actividade desportiva.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Consciente das dificuldades que vamos enfrentar, das limitações financeiras existentes, que exigirão uma gestão muito acompanhada e criteriosa na implementação das acções a que o Governo se propõe, mas ciente da vontade e do esforço de todos os que participam nas áreas da Educação, da Cultura e do Desporto, sinto o dever de afirmar, da minha total disponibilidade e determinação para fazer cumprir, não isento de poder falhar, estes objectivos políticos, a que nos propomos.

Comecei por falar na educação e nas crianças.

Termino, usando umas curtas palavras que falam da educação e das crianças.

Se o filósofo Grego, Sócrates, dizia, "que o fim último da Educação era tornar as crianças inteligentes e boas", o poeta Fernando Pessoa, poeta dos poetas, no seu poema "A Liberdade", lembra-nos que, e cito, "grande é a poesia, a bondade e as danças. Mas o melhor do mundo são as crianças".

Acreditamos nas Crianças!

Disse

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Se me permite, eu tenho procurado ao longo de muitos anos diferenciar as suas áreas. Penso que foi feito um esforço e tenho conseguido. Vou continuar a fazê-lo, nesta Casa, ainda que sem a sua advertência.

Actividade sindical, honro-me muito dela e começo por aí já que se mete nessa área.

No passado mês de Maio tive a honra de presidir ao "V Congresso Nacional da FENPROF", onde esteve presente o Sr. Presidente da República e na frente dele disse que, a melhor e maior rede da educação pré-escolar existente em Portugal, estava na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Estou à vontade, porque nos lugares próprios também tenho procurado dizer aquilo que temos de bom. Naturalmente, critico quando entendo que aquilo que temos é mau.

Já disse em vários sítios e nesta Casa também, que o que falta, na minha opinião, na rede pré-escolar é o complemento que a escola não dá, isto é, a rede pré-escolar, a rede pública, termina às 15.00, 15.30 horas. Para as famílias é um tormento o que fazer às crianças entre as 15.30, 18.00, 18.30 horas.

Também já disse várias vezes nesta Casa que muitas das Câmaras do Continente, neste momento, já fazem actividades extra-escolares entre esse horário, em cooperação com o Ministério da Educação, Autarquias, Associações de Pais e Instituições Particulares e Sociedade Social.

Na minha opinião, e na opinião de todos os Deputados Socialistas, chegou a hora de se encaminhar e de se tentar fazer algumas experiências nessa matéria.

Por ser muito velho nessa outra actividade, já tive momentos de muito e profícuo diálogo com a Secretaria Regional da Educação e Cultura, mas também já tive momentos muito tristes nessa área, solicitei ao Sr. Secretário que se encerrasse um ciclo de 3 anos que foi desastroso nessa matéria para os professores, pais, famílias, encarregados de educação, porque infelizmente esse diálogo não existiu só com os professores, tinha que ser com as famílias, com as associações de pais, com as autarquias e mesmo aí, infelizmente, foi público, notório, visível e portanto nem sequer vale apenas comentar mais porque isso é um muro que não vale a pena bater mais.

Falou-se na formação de professores. É uma área fundamental e é tão fundamental que este ano houve e está a haver graves problemas em algumas escolas, devido à colocação de professores tardiamente. O mini-concurso foi feito, mas as suas regras têm que ser revistas rapidamente, de forma a que no próximo ano, já não sejam as mesmas e há que corrigir algumas situações que estão erradas.

No que diz respeito aos concursos normais, há que ter em atenção algumas medidas como sejam, concertar com o Ministério da Educação e a Secretaria Regional da Educação da Madeira, a abertura e a data de encerramento dos concursos de forma a que, pelo menos, se recuperem para a segunda fase do concurso as vagas. Não

podemos chegar ao dia 1 de Setembro e não saber se esse professor vem ou não vem para os Açores.

O Partido Socialista está disponível para que, nesta Casa, uma vez mais se mexa nos diplomas dos concursos tendo em atenção esta regra, isto é, no dia 1 de Setembro a Região já sabe se o professor "A", "B", ou "C" que está noutra zona qualquer do país, vem ou não vem para a Região e isso tem que ser feito até ao final o mês de Maio, no máximo Junho, por forma a que a segunda fase dos concursos já possa enquadrar essas vagas que foram preenchidas por alguém que não vem para a Região em Setembro.

Estamos disponíveis para fazer esse debate e fazer a introdução das alterações que se acharem mais convenientes.

Posso-lhe lembrar que esta Região é aquela que mais mexeu até hoje, no País, em diplomas de 88, sobre concursos e isso também o Sr. Secretário sabe. Penso que muito do que foi feito, nessa área, só foi conseguido em alguns momentos, porque houve diálogo.

No que diz respeito à educação e ensino especial, queria deixar algumas notas. Eu refiro-me essencialmente à integração das crianças que já estão nas escolas básicas e secundárias.

Por exemplo, a Escola Secundária da Ribeira Grande tem, neste momento, um invisual no 10.º ano. A sala de informática está no segundo andar da escola. Esse aluno tem que ser sempre acompanhado por alguém.

Por outro lado também há um aluno no 10.º ano que anda de cadeira de rodas, com escadas, em que não há rampas, não há nada.

Eu aqui já não estou a falar naqueles que o Sr. Secretário falou, do deficiente profundo, não é desses. Eu estou a falar no deficiente invisual, auditivo, destes que têm uma capacidade intelectual normal e que já estão integrados no nosso sistema de ensino secundário, ou seja, nos 10.º, 11.º e 12.º anos.

É com muita honra que digo que tenho na classe de professores um invisual que está a dar as suas aulas e é um óptimo professor. As escolas têm que começar a dar resposta nessas áreas e, infelizmente, não foram feitas para isso. Há que fazer aqui alguns investimentos.

Quanto às acções de formação, Sr. Secretário, eu refiro-me muito claramente às acções de formação às quais os professores são obrigados a ir e que não lhes dizem rigorosamente nada. Mas porque têm que ter um "maldito de um crédito", como dizem os professores todos os dias, lá vão a uma coisa que detestam, onde não estão a fazer nada, que é uma coisa horrorosa, mas lá vão porque têm que ter esse crédito para passar ao escalão seguinte.

Sr. Secretário, há medidas que podem ser tomadas e a lei as prevê. Basta definir-se o que é, como está na lei, área adequada de formação. Se o Sr. Secretário definir o que é área adequada de formação e diga desde logo que não é obrigado a ir a uma acção de formação que não tenha nada a ver com a sua área de formação, está meio caminho andado.

Na fixação de professores, é necessário tomarem-se algumas medidas. Já nesta Casa disse várias vezes que há um diploma aprovado por esta Câmara que diz o que é a fixação de professores. Infelizmente, todos os Governos até hoje, não cumpriram. Espero que este seja diferente e que cumpra o que foi dito por esta Casa sobre a fixação de professores e quem é que tem direito ao subsídio de fixação.

Um professor que venha aos Açores dois ou três meses, não tem direito, de acordo com o diploma que foi aprovado nesta Casa, ao subsídio de fixação. Há coisas que o Governo nunca quis entender e cumprir inclusivamente e portanto, é uma área em que também estamos disponíveis para conversar e interpretar muito bem a lei.

Em contrapartida, há legislação feita que não cabe na cabeça de ninguém. Ou seja, o professor só tem direito ao subsídio de instalação, que é o momento em que se vai instalar, depois de estar no sítio 180 dias. Como 180 dias já é o ano civil seguinte, já esse subsídio entra nas contas do ano findo. Resultado: ele começa a trabalhar no Nordeste no dia 1 de Setembro e recebe o subsídio no dia 1 de Setembro do ano seguinte quando já está em "freixo de espada a Sintra".

(Aparte inaudível do Deputado Eugénio Leal)

O Orador: Pois, mas como o Sr. Deputado não sabe, foi secretário mas não sabia nada disto, só depois de estar no sítio 180 dias é que se desencadeia todo o processo

administrativo para lhe atribuir o subsídio que devia ter recebido no dia 1 quando foi para lá, porque é um subsídio de instalação, foi dado e quando foi concedido foi para se instalar. Ao fim de um ano ele já está mais que desinstalado.

Sobre o FRASE Sr. Secretário, há situações e o Sr. conhece-as perfeitamente, em que as escolas muitas vezes vêm-se aflitas para responder a questões tão simples como um par de óculos ou a consulta. Aí é preciso termos em atenção que a escolaridade obrigatória já é de 9 anos, coisa que o Governo anterior teve muita dificuldade em perceber.

Essa escolaridade de 9 anos aumentou em 30% o número de alunos desta Região no 3.º ciclo do ensino secundário. Isso nunca foi entendido, infelizmente, mas parece que as últimas estatísticas já vêm demonstrar que afinal o Partido Socialista, pela voz de Francisco Sousa, tinha razão há 6 ou 7 anos atrás quando gritou, também nesta Casa, "precisamos de ter instalações e professores para mais 30% dos alunos que temos na rede!" Infelizmente, não se tomaram algumas dessas medidas, inclusivamente eu disse na tribuna, porque se gastou o dinheiro onde não se devia ter gasto e agora estamos a pagar essa factura.

Nas medidas de fixação de professores é necessário clarificar algumas situações.

Em relação aos apoios a alunos, é necessário verificar, por exemplo, a situação económica dos agregados familiares. É público, é notório, é sabido que o contínuo da escola, o auxiliar de acção educativa da escola, tem menos direito ao subsídio que muitos empresários desta Região.

Há uma coisa que todos nós gostamos muito, ou seja, a moralidade. Ou há moralidade ou comem todos.

É necessário que se tomem medidas legislativas porque, como já vimos de manhã com o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, não se abate uma vaca nestas ilhas, nem entra um litro de leite no posto de leite que não se saiba. Não se vende um quilo de peixe nesta Região que não se saiba que ele foi pescado.

Há vários mecanismos que podem ser perfeitamente utilizados para se verificar a situação económica do agregado familiar. Deve ser feita justiça neste campo, porque infelizmente muitas vezes as pessoas queixam-se que o vizinho tem isto e aquilo e

tem subsídios e o filho porque é funcionário público e recebe o ordenado mínimo não tem.

O Partido Socialista está disponível, desde há muitos anos, ainda no velho edifício da Assembleia Regional, para legislar claramente sobre esta matéria.

Ainda me lembro o que disse nessa altura, isto é, devia ser o Governo Regional a impedir de dar um saco de cimento ou um caminhão de areia fosse a quem fosse, desde que essa pessoa não demonstrasse que o seu filho frequentava a escola. Passados 7, 8, 9 anos continuo a dizer rigorosamente a mesma coisa. Ninguém nesta Região devia receber um centavo de subsídio, sem demonstrar que cumpria as suas obrigações para com a escola e isto também nunca foi feito. É mais um desafio que volto a lançar e que estamos disponíveis para trabalharmos sobre essa matéria.

Sr. Secretário, não lhe quero carregar mais de necessidades, de urgências e de medidas. Reconheço que precisa de tempo, mas também reconheço que o tempo é curto e disse-o na minha intervenção. Temos que tomar aqui algumas medidas para se evitarem alguns casos de desperdício.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

Apenas dois ou três comentários face à intervenção do Sr. Deputado.

O primeiro refere-se à questão da educação num sentido lato, uma questão de pedagogia, ou seja, as construções que dificultam a mobilidade e o acesso das pessoas deficientes, isto é, o romper com as barreiras arquitectónicas.

Saberá o Sr. Deputado que esta matéria, não obstante estar regulamentada na construção geral de edifícios, é uma questão de mentalidade, de cultura, de hábito, de sensibilidade por parte desde as equipas de projectos até aos construtores e certamente a todas as entidades que têm responsabilidades na construção de qualquer edifício. Vamos ter uma particular atenção nesse sentido.

Em relação à matéria que o Sr. referiu sobre os determinados créditos, eu estou aberto a estudar essa possibilidade de se definir a tal área adequada para a formação que, neste caso, canalizava os professores para áreas preferenciais que, sob ponto de vista

didático-pedagógico ou até científico, possam ter interesse ao enriquecimento da docência.

Em relação à questão que referiu do FRASE, é sabido que há um certo descontentamento em relação a algumas possíveis injustiças que se possam verificar na atribuição de certos benefícios a famílias que deveriam ser menos beneficiadas ou mais beneficiadas que outras. Mas como o Sr. Deputado compreende, não podem ser os serviços de saúde, com limitações de funcionários, a fazer essa função de inspectores de entidades fiscalizadoras passando pelos mais diferentes departamentos desde a Repartição de Finanças às Conservatórias de Registo Civil ou Notarial, para se conseguir avaliar uma proposta e sobre ela fazer um juízo de valor. Nós também estamos abertos a tentar estudar algum mecanismo, obviamente legal, por forma a se corrigir essas injustiças, porque nós pugnamos pela justiça social.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

- Uma primeira palavra para saudar os Srs. Deputados Aurélio da Fonseca e Eugénio Leal. Estou certo que a vossa capacidade e a experiência governativa será útil ao desempenho das novas funções. Que as exerçam com o mesmo esforço, são os meus votos.

Sejam bem vindos!

- Saúdo, também, o regresso do Sr. Deputado Martins Goulart, por acaso não está, mas saúdo na mesma. Não se lhe aplicando, certamente, a conhecida parábola bíblica do "Filho Pródigo", é de qualquer modo, um regresso à "casa paterna" com um duplo significado: regressa novamente a este Parlamento e, simultaneamente, à sua terra. O seu valimento intelectual enriquecerá, certamente, o debate parlamentar. Seja, por isso, também, bem vindo Sr. Deputado.

Saúdo, ainda, o Partido Socialista - hoje estou para isto - e o Partido Popular pelos resultados alcançados nas idas eleições de 1 de Outubro. Entendo que souberam capitalizar o descontentamento dos eleitores.

Entendo, também, que as eleições foram mais perdidas pelo PSD do que ganhas com mérito pelo PS. O futuro o dirá.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é normal!

O Orador: O que importa, agora, é trabalhar com o legítimo Governo da República. E fazê-lo mais com a razão do que com o coração. Não estamos em tempos de sentimentalismos, mas sim de rigor e objectividade. O cerne da Autonomia está hoje focalizado no suporte financeiro de que esta Região carece. Sem receitas suficientes não haverá autonomia que resista. Não sou dos que se assustam com o montante das dívidas, assusta-me, sim, saber que não disponho de meios para honrar os meus compromissos.

Assim, não é tão importante saber se a Região deve 100 ou 150, é, certamente, muito mais importante saber (é mesmo decisivo saber) como se são pagos esses 100 ou 150. E na mesma linha evitar, com adequada planificação, despesas inúteis, por desadequadas aos objectivos ou, por à partida, se saber, de antemão, que não gerarão condições de criar mais riqueza e bem estar.

O investimento público não tem, necessariamente, que ser reprodutivo.

Mas entendo que na fase em que se encontram as economias da maior parte dos países (entre os quais Portugal), o investimento público deve obedecer a critérios de racionalidade objectiva.

Quer isto dizer que, uma vez satisfeitas as estruturas básicas fundamentais, os grandes investimentos devem, preferencialmente, concentrar-se em áreas de maiores densidades populacionais e com maior capacidade de iniciativa a fim de que, por esse efeito, se criem vários polos de desenvolvimento que, pouco a pouco, alargarão a sua área de influência, gerando mais indústrias, mais serviços, mais comércio, mais iniciativas, mais investimento privado, em suma, fomentando riqueza e emprego. O que fica dito, não arreda o meu pensamento de que continuam a ser necessárias mais obras públicas em áreas de menor densidade populacional e com menor apetência para se desenvolverem. Bem pelo contrário.

Façam-se obras, muitas, se for possível em todos os concelhos e freguesias.

Porém, dimensionem-se e racionalizem-se.

Adequar o investimento público ao seu fim é, hoje, o grande segredo do bem governar.

Penso, sinceramente, que terá de ser esta a grande prioridade deste Governo.

Permitam-me saudar também o VI Governo dos Açores. Faço-o particularmente, na pessoa do seu Presidente. Liga-me a V. Ex^a. uma já longa amizade (e permita-me dizer um particular afecto), merecendo-me a sua pessoa uma grande consideração e respeito.

Pelo que é, pelo que sempre soube ser, pela sua postura digna que sempre teve ao longo destes anos.

Perguntou um dia um jornalista a um grande amigo do sábio Einstein qual era, em sua opinião, a maior qualidade que reconhecia a Einstein. Para seu espanto recebeu o jornalista esta resposta: " Einsten tem uma qualidade rara só conseguida por muito poucos. É uma verdadeira humildade, a maior de todas as qualidades que um homem pode ter. E é isso que o faz grande."

Sem ser V. Ex^a. um cientista e sem ser um jornalista, penso, sinceramente, que esta é a sua qualidade que o vai impor a todos os açorianos.

E para bom entendedor, já V. Ex.^a deu hoje, aqui, nesta sala, uma resposta a um deputado da oposição, resposta curta, mas muito sintomática e cito: "O Senhor Deputado ainda se vai surpreender mais."

Ficamos todos à espera de muitas e boas surpresas Sr. Presidente.

- Cumprimento também os novos membros do governo, a quem desejo as maiores felicidades esperando a devida cooperação que, desde já, também se promete.

- Passando ao programa que o VI Governo apresentou a esta Câmara, já ouvi aqui de quase tudo um pouco. Evolução na continuidade, falta de inovação, etc. etc. Acredito que não haja programas perfeitos. Nada, infelizmente, é perfeito.

Deputado Fernando Fonte (PS): Não?!

O Orador: Como V. Exa. por exemplo!

No entanto, detenhamo-nos na situação concreta que temos para ajuizar.

Primeiro: entramos no último ano desta legislatura;

Segundo: Existe um Plano a Médio Prazo, reportado a 4 anos, aprovado nesta Câmara;

Terceiro: Existem 3 Planos e Orçamentos anuais reportados aos 3 anos anteriores;

Quarto: Existem obras em curso, outras adjudicadas ou em fase de adiantamento de planificação;

Quinto: Existem limitações financeiras que são de todos conhecidas;

- Com estas premissas (e silogisticamente racionando, muito aliás ao gosto do Sr. Deputado Dionísio de Sousa) que conclusões poderemos tirar?

- Que este Governo viesse a esta Casa prometer mundos e fundos, ou seja, anunciar a sua capacidade em realizar o que de antemão sabido irrealizável?

- Ou, pelo contrário, com senso e com ponderação prosseguisse os principais objectivos aprovados no PMP, com particular relevância para os sectores sociais, procurando satisfazer as necessidades básicas (emprego, habitação, saúde, educação, etc.) sem o que tudo mais é, neste momento e no estado social da sociedade, meramente, secundário?

- Salvo melhor opinião - o que ainda não me foi aqui demonstrado - é esta segunda conclusão que está certa, direi mesmo que é a única viável.

- Tudo o mais seria fantasioso, enganador.

Aliás, contrariamente, ao já aqui afirmado, não é despiciendo, nem arbitrário, a ordem por que se acham relacionados os grandes temas constantes do Programa do Governo.

Antes de mais e acima de tudo é necessário saber quem somos e o que queremos.

Temos uma identidade e acreditamos num projecto.

Em seguida, devemos preparar-nos para assumir esse projecto e sabê-lo viver com dignidade, mediante a inserção do homem num habitat consentâneo, aliás às necessidades que qualquer ser humano hoje em dia reclama, exige e o deve fazer.

E daí partir para a acção, visando a obtenção dos necessários meios mediante o exercício das actividades mais consentâneas com as capacidades de cada um. É tudo isto e, por esta ordem, que, em meu entender, se traduzem os grandes temas do Programa do VI Governo.

Outra crise e diferente é saber se este governo será capaz de o executar.

Bem espero que sim. Um Governo, qualquer que seja, é um órgão colegial, porém, orientado e coordenado pelo seu Presidente. Contrariamente, ao receio do Sr.

Deputado Dionísio de Sousa ao referir e cito a expressão "pacatez bovina" por ele utilizada, certamente, para qualificar de inércia, inaptidão ou lentidão, não sei se do Governo ou do seu Presidente (fiquei na dúvida?) não estou tão preocupado quanto ele, nem com a pacatez nem com a bovina.

Sempre ouvi dizer que "cão que ladra não morde" ou que "boi manso é imprevisível". Talvez o Sr. Deputado e outros que assim pensam ou possam pensar, daqui a uns tempos, me dêem razão ao ver que, silenciosa e pacatamente, os problemas vão encontrando a melhor solução. Nessa altura, espero, que melhor ponderarão, a fábula da "lebre e da tartaruga". Para vosso desconsolo e alegria nossa. Disse.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Quem é a lebre?!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental. Vamos dar por terminados os nossos trabalhos e amanhã recomeçaremos às 10.00 horas.

Boa noite e muito obrigado.

Eram 20.00 horas.

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - José Maria Bairos, Rui Luís, Victor Cruz; **PS** - Carlos César; **Dep.Independ.** - Manuel António Martins).*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Fátima Oliveira; **PS** - Mário Machado).*

A Redactora de 2.ª Classe: Maria da Conceição Fraga Branco